

37-0003/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO SUBCOMISSÃO	37 - 0003 / 2012	DE	2012
MATÉRIA LEGISLATIVA	RSC	37 - 0003 / 2012	DE 24/07/2012
PROMOVENTE	VEREADOR	MILTON LEITE	
EMENTA: REQUER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, A CONSTITUIÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA VERIFICAR O CUMPRIMENTO OU NÃO DE CONTRAPARTIDAS POR PARTE DE EMPREENDIMENTOS CONTEMPLADOS POR AUMENTO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO, A QUALQUER TÍTULO, OU DE GERADORES DE TRÁFEGO DE TODA NATUREZA, BEM COMO A ADEQUAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROJETOS APROVADOS E A REALIDADE EXISTENTE EXECUTADA, ALÉM DA APURAÇÃO DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO.			
OBSERVAÇÕES: ACOMPANHA 5 ANEXOS, CONFORME DESCRITOS ABAIXOS: ANEXO 1 - DOCUMENTOS RECEBIDOS DA PREFEITURA, COM 5 VOLUMES ANEXO 2 - DOCUMENTOS RECEBIDOS DE EMPREENDIMENTOS, COM 2 VOLUMES ANEXO 3 - DOCUMENTOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COM 1 VOLUME ANEXO 4 - DOCUMENTOS RECEBIDOS DA WTORRE EM REUNIÃO, COM 3 VOLUMES ANEXO 5 - CERTIDÕES DE DIRETRIZES, COM 12 VOLUMES.			

ARQUIVADO EM 12/03/2013

Ad. CHEFE DE SEÇÃO Silva
Conc. e T. Legist. - Bibliotecário
Sup. Arquivo Geral - SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 01 de proc.
Nº 37 - 3 de 12
Adelina C. de A. - Ass. P. Legislativa
RF. 100-100

São Paulo, 24 de julho de 2012

À SGP.2,
Senhor Secretário,

37 - RSC
37-00003/2012

Em atendimento a requerimento de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, foi aprovada e instalada em 25 de abril de 2012, no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, a constituição de subcomissão *"para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo, a qualquer título, ou de geradores de tráfego de toda natureza, bem como a adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito"*. Definiu-se que os membros da Subcomissão seriam os Vereadores Adilson Amadeu, Aníbal de Freitas, Antonio Donato, Atilio Francisco, Aurélio Miguel, Francisco Chagas e Wadih Mutran. Definiu-se, também, que o presidente será o Vereador Aurélio Miguel.

A constituição de subcomissão encontra fundamento no artigo 55 do Regimento Interno da Casa.

Posto isso, considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos, a necessidade de disponibilizar o conteúdo dos trabalhos para futuras consultas, bem como permitir a adequada localização dos documentos, além de facultar a possibilidade de envio ao competente departamento de arquivo da Edilidade, solicito a indexação do presente documento.


Milton Leite
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CMSP - SGP.22 - 24/07/2012 - 16:14 - 002641 - 1/1



CÂMARA MUNICIPAL DE

SÃO PAULO

Secretaria de Apoio Legislativo - SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 02

do processo nº 34 - 3 de 20 12 , 24, 7, 12 (a) 02

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

Registro 160.436

À SGP-12 - Sra. Supervisora,

Encaminho o presente expediente da Subcomissão numerada sob nº RSC 37-0003/12,
de 24/07/2012.

24/07/2012

JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário de Apoio Legislativo Subst.
SGP-2

Supra - Processo - data documento (r)
e o nº do documento retido - data (r)
nº 03 A 12 Em 01/10/91
Andre. Marc. Assura
Técnico Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

Folha nº 03
nº 37-003 de 12

André Maron
RP 1126

25 DEB 2012

REQUERIMENTO N.

Considerando os fatos fartamente noticiados na imprensa neste mês de abril de 2012, tornando-os notórios, da existência de descumprimento de contrapartidas por parte de empreendimentos geradores de tráfego;

Considerando que o Ministério Público estadual noticia que abrirá procedimento investigatório, inicialmente sobre 08 (oito) centros de compras.

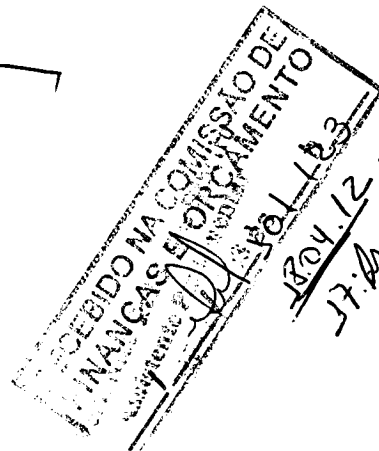
Considerando que a inadimplência supra narrada demonstra extrema fragilidade e deficiência da municipalidade na apuração e verificação do cumprimento das medidas comprometidas e que tais irregularidades aparentam existir em maior escala e em diversos empreendimentos de naturezas diversas;

Requeiro, a constituição de Subcomissão Temporária, composta por 05 (cinco) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias, eventualmente prorrogáveis, com o fito de verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo, a qualquer título, ou de geradores de tráfego de toda natureza; bem como a adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito.

AURÉLIO MIGUEL
VEREADOR

MMCI/TC/fgi/MP/2012

Viaduto Jacareí 100-º andar sala 714
Fone: 3396-4873 ou 3396-4614



Prédios 'disfarçam' tamanho da garagem para burlar lei

Segundo Promotoria, estratégia é para evitar obras de compensação do trânsito

Ministério Público acionou empreiteiras e Prefeitura de São Paulo por dar autorização para o início da obra

CRISTINA MORENO DE CASTRO
SÃO PAULO

O prédio em construção no Butantã, na zona oeste, vai ter apartamentos de até 72 m², área de lazer completo e 499 vagas na garagem.

Veja bem: 499.

Se tivesse uma vaga a mais, o prédio já seria enquadrado como "polo gerador de trânsito" e suas empreiteiras teriam que arcar com custos de obras nas ruas do entorno para compensar o impacto que os novos moradores vão causar no trânsito local.

Sem essas obras, o prédio não obterá o habite-se nem poderia ser lançado.

Para o promotor Maurício Ribeiro Lopes (habitação e urbanismo), a falta de apenas uma vaga é uma "fraude".

Ele entrou com uma ação contra as empreiteiras Camargo Corrêa e a Multipla Engenharia, que fazem a obra na av. Cândido Motta Filho.

Outros dois casos que ele considera terem burlado a lei chegaram à Promotoria após denúncias de moradores vizinhos e viraram inquérito.

"E, como esses, seguramente há outros", diz Lopes.

Em um deles, no Morumbi, o panfleto que anuncia o projeto mostra os oito blocos como se estivessem interligados e fossem um só empreendimento, batizado de Club Life Morumbi.

Juntos, somam 1.218 vagas — mas cada lote foi cadastrado na prefeitura com uma matrícula diferente, cada uma com pouco mais de 300 vagas de estacionamento.

Morador vizinho ao empreendimento, o industrial Vicente Mello, 58, aponta a preocupação com duas escolas públicas que funcionam no mesmo quarteirão.

"Nos horários de entrada e saída das aulas o fluxo é totalmente interrompido pois os alunos bloqueiam a rua, porque as calçadas são minúsculas e a rua é estreita."

Ele e outros cerca de 200 moradores de cinco prédios próximos se mobilizaram contra a construção e procuraram o Ministério Público (veja texto na pág. C7).

Outro projeto na Barra Funda fez o mesmo desmembramento de matrículas, mas já estuda, segundo o promotor, fazer uma rua ligando a av. Marquês de São Vicente à marginal Tietê.

"Quando a prefeitura alivia o empreendedor, ou ela traz para si essa conta, porque vai ter que realizar essas obras com nossos impostos, ou nem ela exige e nem faz — e ficamos simplesmente com o impacto", diz o promotor.

Ele também incluiu a Prefeitura de São Paulo na ação contra o empreendimento do Butantã. A Secretaria de Habitação é a responsável por autorizar os projetos das obras e fazer a triagem dos polos geradores de tráfego

antes de enviá-los para a Secretaria de Transportes.

"A Sehab precisa olhar pra esses empreendimentos com olhos um pouco mais sociais e não do ponto de vista do mercado", afirma ele.

DINHEIRO

A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) analisou o impacto do prédio no Butantã, a pedido da Promotoria.

Concluiu que, para minimizar o impacto, o empreendimento deveria rebaixar guias de calçadas, abrir o canteiro central da av. Cândido Motta Filho para um retorno e implantar sinalização, semáforos e iluminação nas travessias de pedestres.

As empreiteiras ofereceram, segundo a ação, R\$ 100 mil — recusados pela CET.

"Ao sonegar uma única vaga de estacionamento, livrou-se de despesa de milhares de reais, a ponto de oferecer, confessadamente, para minimizar os danos a importância de R\$ 100 mil", argumenta Lopes na ação.

Uma audiência de conciliação foi marcada para o próximo dia 19. O juiz Kenichi Koyama disse, em sua decisão, que considera que há "margem de diálogo".

“Quando a prefeitura alivia o empreendedor, ou ela traz para si essa conta, porque vai ter que realizar essas obras com nossos impostos, ou nem exige e nem faz”

MAURÍCIO RIBEIRO LOPES
promotor

> OUTRO LADO <

Empreiteiras dizem cumprir a legislação

DE SÃO PAULO

Responsáveis pela obra no Butantã que é questionada na Justiça, a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário e a Múltipla Engenharia afirmam que o empreendimento foi aprovado pela prefeitura e atende à legislação.

"Por não se enquadrar como polo gerador de tráfego devido ao número de vagas, o empreendimento foi dispensado por lei do estudo de impacto de trânsito."

Alexandre Pacheco, diretor comercial da Incorporadora Extó, uma das responsáveis pela obra no Morumbi, diz estar "dentro da lei" e que os quatro lotes, que somam 1.218 vagas, são separados, e por isso tiveram as matrículas desmembradas.

"Fizemos projeto de uma rotatória. Estamos esperando avaliação da CET."

As incorporadoras Gafisa e Bueno Netto, que fazem as obras na Barra Funda, que têm, em seis lotes, 1.679 vagas, dizem que "todo o empreendimento cumpre rigorosamente a legislação e apresenta todas as licenças e aprovações pertinentes".

A Secretaria de Habitação diz que "os processos de licenciamento são analisados conforme a legislação vigente" e que, "sempre que solicitada, envia à Promotoria as informações pedidas".

Vizinhos se unem para denunciar desrespeito a regra

DE SÃO PAULO

Cerca de 200 moradores do Morumbi se uniram contra a obra na esquina das ruas Dr. Laerte Setúbal com Dr. José Carlos de Toledo Piza. No local, serão erguidas oito torres com 25 andares.

O temor é com a quantidade de carros que serão despejados diariamente no quarteirão. Graças a eles, o Ministério Público abriu o inquérito.

"As ruas já são muito estreitas e o trânsito está saturado. Isso aqui vai virar um inferno", diz o professor da USP Alberto Ramos, 55.

No Butantã, os moradores fizeram um abaixo-assinado quando a obra começou a ser construída na rua Cândido Motta Filho.

"Já estamos com dificuldades de sair do bairro, imagine com 4.000 moradores a mais", diz Arnaldo Tonella, 54, vizinho da construção.

O consultor em engenharia de tráfego Horácio Augusto Figueira critica a postura da Prefeitura de São Paulo por autorizar os megaempreendimentos em locais já saturados da cidade.

"A prefeitura é que está autorizando essas coisas. Precisa chegar num acordo. Falar: gente, não cabe mais."

Folha n.º 05 do proc.
n.º 37-003 de 20.12
André A. ...
RF 264

PRÉDIOS E O TRÂNSITO

Edifícios residenciais burlam lei para não ter de custear obras viárias, diz Promotoria

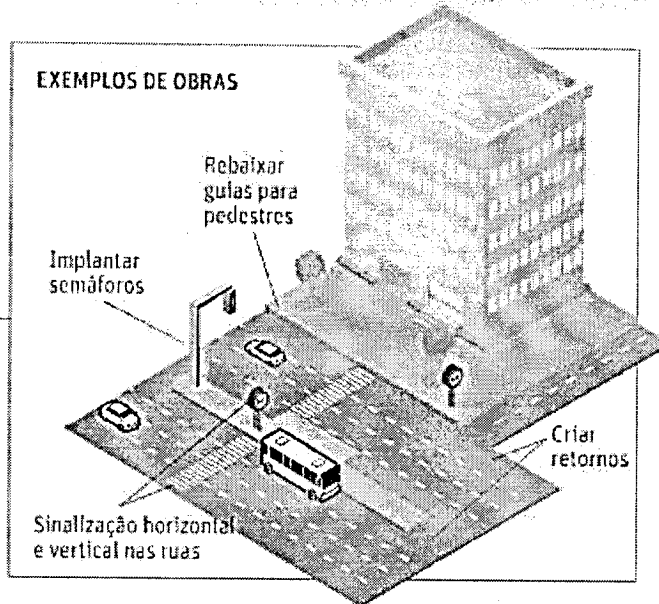
O QUE DIZ A LEI

Prédios residenciais com 500 vagas ou mais são considerados polos geradores de tráfego. Por isso, devem tomar medidas para minimizar o impacto no trânsito.

A prefeitura define o que deve ser feito: o empreendimento é que tem de arcar com custos e fazer a obra viária.

Só depois das medidas é que o prédio ganha um termo da prefeitura dizendo que não há mais pendências e, com ele, pode pedir o habite-se.

EXEMPLOS DE OBRAS



O QUE OS PRÉDIOS ESTÃO FAZENDO

499 vagas

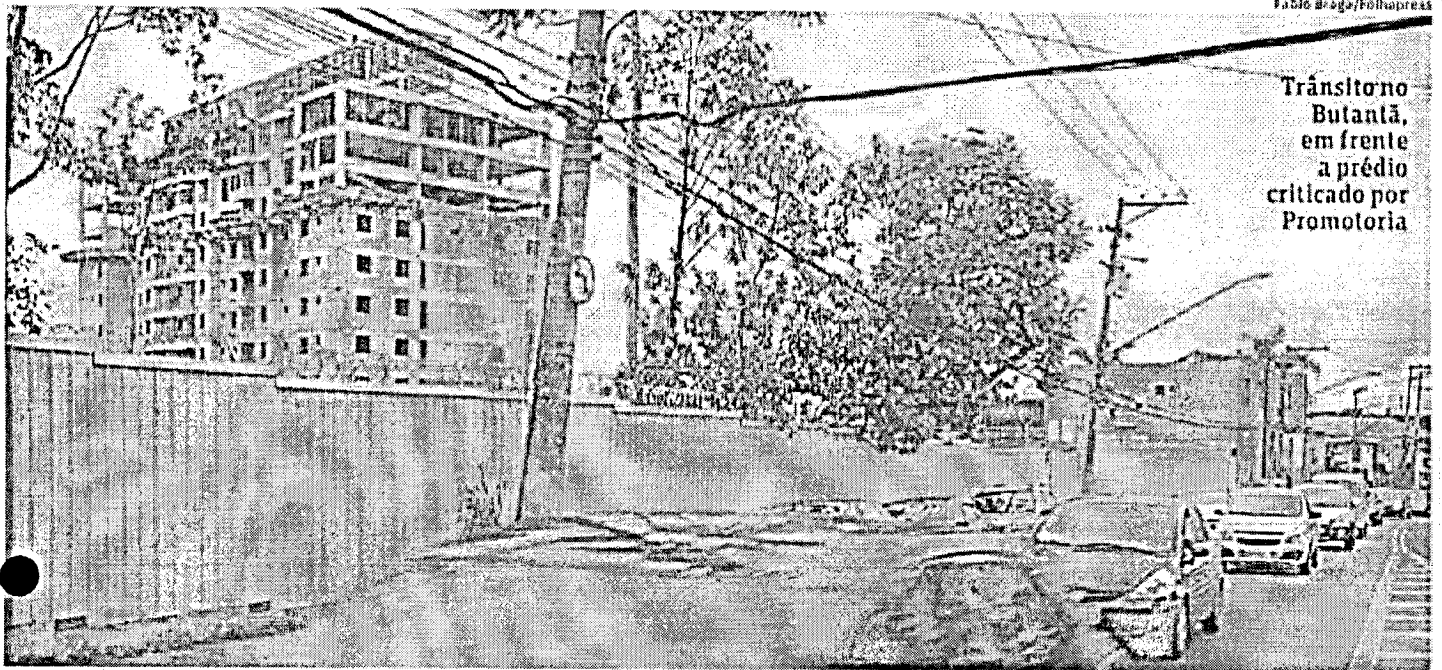
Um dos empreendimentos, por exemplo, fez projeto com 499 vagas para fugir da exigência, o que a Promotoria considera uma "fraude".



Prédios 'independentes'

Outros dois condomínios desmembraram suas matrículas para parecer que são vários prédios independentes. Mas somadas, as vagas, todas de um mesmo empreendimento, elas são mais de 500.

Fábio Braga/Folhapress



Trânsito no Butantã, em frente a prédio criticado por Promotoria

Prédios diminuem vagas para burlar lei

Empreendimentos limitam garagens para não fazer obras que minimizem o trânsito da região

O prédio em construção no Butantã, na zona oeste, vai ter apartamentos de até 72 m², área de lazer completo e 499 vagas na garagem. Veja bem: 499.

Se tivesse uma vaga a mais, o prédio já seria enquadrado como polo gerador de trânsito e suas empreiteiras teriam que arcar com custos de obras nas ruas do entorno para compensar o impacto que os novos moradores vão causar no trânsito local.

Sem essas obras, o prédio não obterá o habite-se nem poderia ser lançado.

Para o promotor Maurício Ribeiro Lopes, a falta de uma

vaga é uma "fraude". Ele entrou com uma ação contra as empreiteiras Camargo Corrêa e a Multipla Engenharia, que fazem a obra.

"Quando a prefeitura alivia o empreendedor, ou ela traz para si essa conta, porque vai ter que realizar essas obras com nossos impostos, ou nem ela exige e nem faz — e ficamos simplesmente com o impacto", diz o promotor.

Ele também incluiu a Prefeitura de São Paulo na ação contra o prédio do Butantã.

Segundo análise da CET, seriam necessárias obras nos canteiros próximos e implantação de semáforos e faixas de pedestres para minimizar o impacto do empreendimento no trânsito da região.

As empreiteiras ofereceram, segundo a ação, R\$ 100 mil — recusados pela CET. (FSP)

RESPOSTA

'Imóvel atende à legislação'

Responsáveis pela obra no Butantã, a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário e a Multipla Engenharia afirmam que o empreendimento foi aprovado pela prefeitura e atende à legislação.

A Secretaria Municipal da Habitação diz que "os processos de licenciamento são analisados conforme a legislação vigente" e que, "sempre que solicitada, envia à Promotória as informações pedidas". (FSP)

Prédios e o trânsito

Edifícios residenciais burlam lei para não ter de custear obras viárias, diz Promotoria

08
nº. 37-003 de 20.12
André M. A.
RF 6



O que diz a lei

Prédios residenciais com 500 vagas ou mais são considerados polos geradores de tráfego. Por isso, devem tomar medidas para minimizar o impacto no trânsito

A prefeitura define o que deve ser feito; o empreendimento é que tem de arcar com custos e fazer a obra viária

Só depois das medidas é que o prédio ganha um termo da prefeitura dizendo que não há mais pendências e, com ele, pode pedir o habite-se

EXEMPLOS DE OBRAS



Promotoria cobra de shoppings melhoria no trânsito

09
Forma n° 37-003 de 2012
de 2012
André M. A.
RF 1

Ministério Público concluiu que CET não consegue dimensionar impacto nas vias e levou cobrança direto aos estabelecimentos

Gio Mendes
Cristiane Bonfim

Depois de concluir que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) não tem capacidade para avaliar o impacto que os shoppings causam no trânsito, o Ministério Público Estadual (MPE) vai cobrar dos centros de compras as melhorias necessárias para reduzir os engarrafamentos nas suas vizinhanças. No fim deste mês, a Promotoria de Habitação e Urbanismo vai instaurar inquéritos civis para investigar oito shopping centers.

Esses estabelecimentos vão ter de provar que suas atividades não causam impacto no trânsito e que realizaram obras viárias para diminuir o problema ao longo dos anos. A ação acontece no mesmo mês em que o Tribunal de Justiça (TJ) decidiu que o Shopping JK Iguatemi não poderia ser aberto sem a realização de obras viárias exigidas pela Prefeitura no Itaim-Bibi, na zona sul.

A intenção do promotor José Carlos de Freitas é verificar a situação de todos os shoppings da cidade. Em um inquérito iniciado em 2007 e concluído em dezembro do ano passado, Freitas concluiu que a CET "não tem capacidade técnica para aferir os impactos gerados por esse tipo de polo gerador de tráfego".

A própria CET encaminhou ofício para o MPE, no dia 10 de

fevereiro de 2011, admitindo a incapacidade. "A CET não tem condições de quantificar ou estimar as consequências para a fluidez e a segurança do trânsito geradas em decorrência da implementação de cada shopping center", escreveu a Assessoria Jurídica da companhia.

O promotor decidiu, então, que os shoppings deverão provar que fizeram as melhorias viárias. Segundo Freitas, os oito primeiros shoppings investigados não tinham, até meados de 2011, o Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo (Trad), documento emitido pela CET para os empreendimentos que fizeram obras para diminuir o impacto no trânsito. "Sem esse termo, não poderiam ter o alvará de funcionamento", disse Freitas.

A Promotoria quer ouvir consultores de tráfego, além dos

shoppings, para apurar os problemas. Segundo o promotor, será feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para que o problema seja sanado, em vez de abrir uma ação civil pública contra o shopping.

Transtorno. Aos sábados e domingos, o trânsito no entorno do Shopping Ibirapuera, na zona sul, por exemplo, fica impraticável. Além do excesso de veículos, muitos clientes que saem da Avenida Miruna fecham o cruzamento com a Alameda dos Jurupis, para entrar no estacionamento. "Vira uma confusão. O semáforo abre e carro nenhum anda", contou o taxista Alexandre Lopes, de 34 anos, que trabalha há 13 no ponto da Avenida Miruna. Nos fins de semana, diz, leva mais de 10 minutos para percorrer uma quadra no local.

OS PRIMEIROS QUESTIONADOS

● Zona oeste

Raposo Shopping, com 1.845 vagas de estacionamento (Butantã); e Continental, com 1.439 vagas (Jaguarié)

● Zona sul

Jardim Sul, com 1.439 vagas (Morumbi); SP Market, com 5 mil vagas (Campo Grande); e Shopping Ibirapuera, com 3.110 vagas

(Moema)

● Zona leste

Shopping Aricanduva, com 14,7 mil vagas (Aricanduva); e Central Plaza, com 4,5 mil vagas (Vila Prudente)

● Zona norte

Center Norte, com 7 mil vagas (Vila Guilherme)

Estabelecimentos alegam que estão fazendo projetos

O Shopping Center Norte e o Central Plaza Shopping admitiram que não têm o Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo (Trad) emitido pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). O Continental Shopping informou, por meio de sua assessoria, que não iria se pronunciar. Os outros cinco shoppings que serão investigados também foram procurados pela reportagem, mas não se manifestaram.

O Central Plaza Shopping informou, por nota, "que já realizou diversas melhorias viárias fi-

xadas pela Certidão de Diretrizes da CET, mas que restam pequenas pendências que estão sendo resolvidas para a obtenção do Trad". Também por nota, o Center Norte informou que já

● Mercado

52

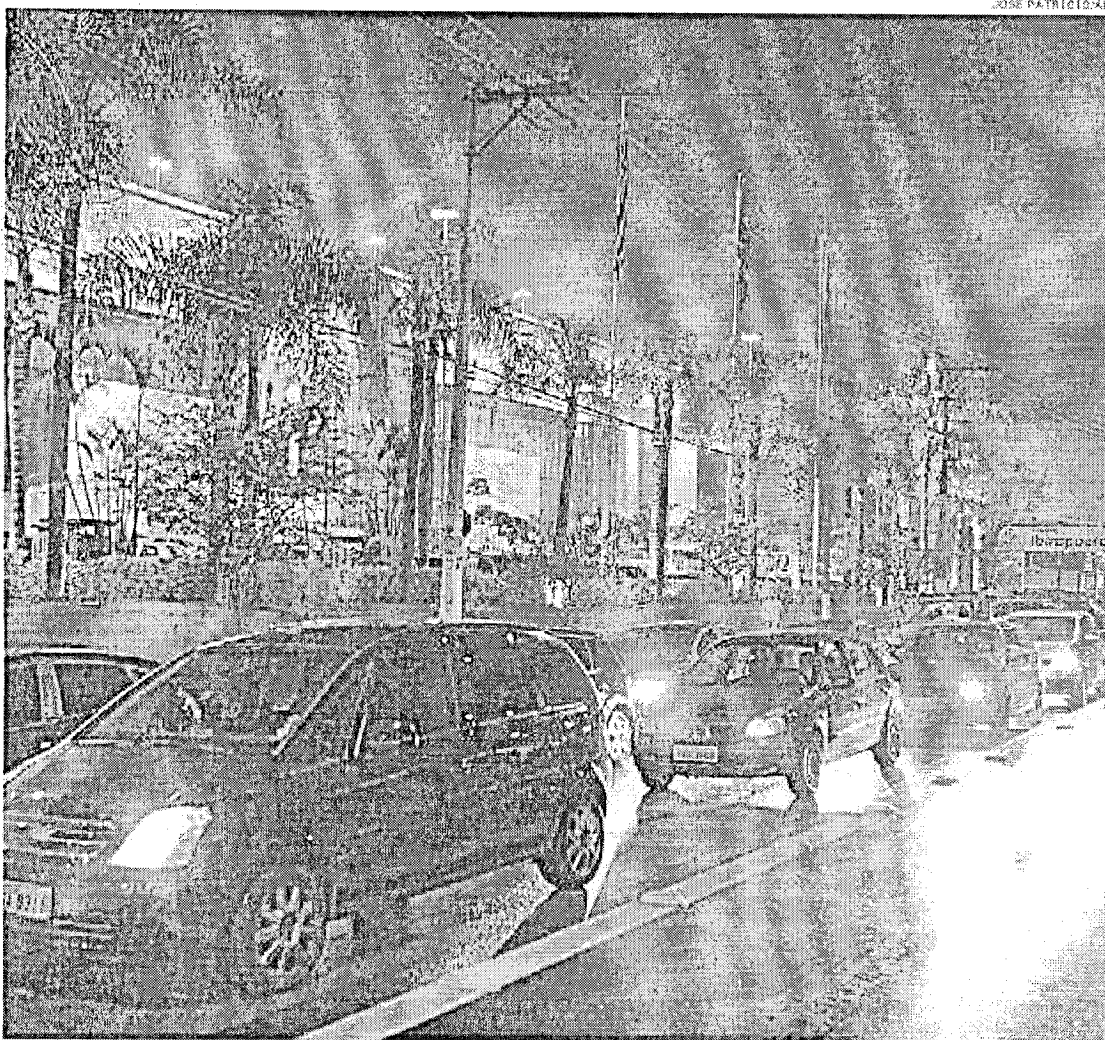
centros comerciais funcionam na capital paulista, segundo a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Abshop)

deu entrada em um projeto para atender às exigências da Prefeitura. "A execução do projeto entra contra-se em fase de custeio", disse o Center Norte.

Segundo a Prefeitura, o Raposo Shopping está regular porque atendeu a Certidão de Diretrizes, que relaciona as melhorias viárias necessárias. O Shopping Jardim Sul precisa tirar do papel um projeto de sinalização aprovado em janeiro. A regularização dos shoppings Aricanduva e Continental está em análise, segundo a administração municipal.

A Prefeitura também afirma que o Ibirapuera e o SP Market informaram à Secretaria Municipal de Transportes que vão fazer reforma e ampliação. Mas os projetos ainda estão em estudo pelos estabelecimentos. / G.M. e C.B.

10 de proc.
37-003 de 2012
André Maion
RF 1



Ibirapuera. Ruas ao redor do centro comercial em Moema ficam travadas no fim de semana

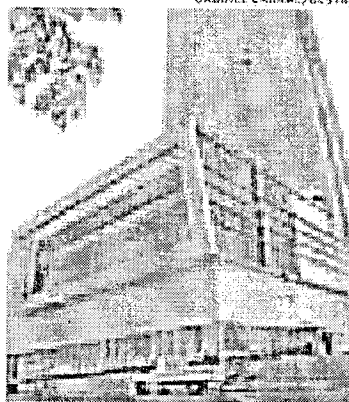
IMPACTO NO TRÂNSITO

MP investigará obras viárias de oito shoppings da cidade

Após decisão judicial que impediu a abertura do shopping JK Iguatemi, no Itaim-Bibi, por não ter construído um viaduto que daria vazão ao tráfego gerado, o Ministério Público do Estado deve abrir inquéritos para cobrar de outros oito shoppings informações sobre obras viárias que deveriam ter sido realizadas para reduzir o impacto dos empreendimentos no trânsito.

O promotor da área de habitação e urbanismo José Carlos Freitas disse ao portal G1 que quer investigar especificamente shoppings que não apresentaram a comprovação de que fizeram as obras determinadas pela prefeitura. Ele não revelou quais são esses empreendimentos.

Segundo Freitas, os inquéritos devem ser abertos neste mês. A decisão que vetou a abertura do JK Iguatemi saiu na semana passada.



Shopping JK Iguatemi (zona sul): sem viaduto, não pode abrir

O prefeito Gilberto Kassab (PSD) afirmou ao G1 que a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) tem sido "muito rigorosa e aplica a lei." Disse que as contrapartidas têm sido exigidas e realizadas e garantiu que vai colaborar com a investigação.

"O Ministério Público é parceiro, estamos abertos a qualquer contribuição que ele queira", afirmou Kassab.

Proc. C. 11 de 2012
n. 37-003 de 2012
André M. RF

Investigação

Futuro shopping na mira do MP

Promotoria quer garantir que obras viárias exigidas pela Prefeitura sejam realizadas no prazo

ADRIANA FERRAZ

adriana.ferraz@grupoestadao.com.br

O Ministério Público Estadual (MP) abriu processo para investigar a construção do Tietê Plaza Shopping, no cruzamento da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães com a Marginal do Tietê, em Pirituba, zona norte de São Paulo. O objetivo é assegurar que as obras de contrapartida exigidas pela Prefeitura até outubro de 2013, quando o empreendimento deve ser inaugurado, fiquem prontas a tempo de reduzir o impacto negativo no trânsito local.

Investigação também vai verificar se obras viárias exigidas pela CET são suficientes

Segundo a promotora de Justiça Stela Tinone Kuba, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, o futuro shopping já pode ser classificado como um grande polo gerador de tráfego, por isso requer acompanhamento. Outros oito centros de compras já em funcionamento (leia nesta página) estão na lista do MP, além do Shopping JK Iguatemi, cuja inauguração foi impedida por decisão judicial por não ter feito obras de melhoria no viário previstas pela Prefeitura na aprovação do projeto.

A expectativa é de que Tietê Plaza receba 20 mil pessoas por dia – 3 mil a mais que o previsto para o Shopping JK Iguatemi. No caso do empreendimento de Pirituba, a investigação aberta pela Promotoria visa a evitar uma nova ação ci-

vil pública por descumprimento das regras, além de definir se as intervenções exigidas pela Prefeitura são suficientes.

O pacote estabelecido na certidão de diretrizes emitida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) não prevê grandes obras – como a construção de um novo viaduto, como quer a comunidade – mas investimentos na adoção de nova sinalização, alargamento de via, recuperação de pavimento e instalação de câmeras de monitoramento, além de painéis de mensagens variáveis.

Responsável pela construção, a Cyrella assegurou que cumprirá as determinações municipais a tempo de reduzir os impactos no trânsito. "Os projetos já estão elaborados e as obras serão finalizadas antes da inauguração do empreendimento", afirmou, em nota. A lista, segundo a empresa, inclui ainda o plantio de 515 mudas de espécies nativas.

A primeira fase do shopping terá 214 lojas, 7 salas de cinema e estacionamento com capacidade para até 2,4 mil vagas. Os números podem aumentar, uma vez que o projeto prevê expansão.

Antiga demanda da comunidade de Pirituba, a ponte que ligaria a Marginal do Tietê à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães voltou a ser debatida com o início das obras do shopping. Na sexta-feira, em audiência convocada pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, moradores reivindicaram que a obra seja incluída no Orçamento de 2013.

Para os moradores, a ponte ajudaria a reduzir não só os transtornos provocados pelo empreendimento, também amenizaria o aumento de fluxo que o Piritubão (centro de eventos previsto para a região) e o Trecho Norte do Rodaanel levarão ao bairro.::

Segue em anexo, para a sua apreciação,
a planilha de informações solicitada, sob o nº
nº 13. Em 02/01/13.

Atenciosamente,
[Assinatura]
M. T. 2014 - Técnico Administrativo

Assessoria Jurídica S. - neste data de...
de informação...
de 14 A 105 em 02 01 13
Assessoria Jurídica S. - neste data de...
de 14 A 105 em 02 01 13
Assessoria Jurídica S. - neste data de...
de 14 A 105 em 02 01 13



Folha nº 14

Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon - RF 11.264
Técnico Administrativo - SGP.12

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**SUBCOMISSÃO DAS CONTRAPARTIDAS
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02-05-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Com a presença dos Srs. Vereadores: Donato, Aurélio Miguel, Aníbal de Freitas e Atilio Francisco, estão abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária do ano de 2012, da Subcomissão da Comissão de Finanças constituída para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo a qualquer título ou de geradores de tráfego de toda natureza, bem como adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e aplicação dos valores correspondentes, incluindo o fundo municipal de desenvolvimento e trânsito.

Esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br/links TV Câmara e Auditórios On-Line.

Peço a Sr. Secretário que proceda a leitura dos requerimentos:

- São lidos os seguintes: (Requerimentos de autoria do Vereador Adilson Amadeu: oficiando a CET; oficiando a Sehab e CET; oficiando a Aprov; oficiando o Ministério Público de São Paulo... e requerimento de autoria do Vereador Donato, convidando a Promotora de Justiça Habitação e Urbanismo Dra. Stela Ticono Cuba)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Lidos os requerimentos. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovados.

Consulto aos Srs. Vereadores presentes se desejam fazer uso da palavra. (Pausa) Nada mais a tratar na presente reunião, declaro encerrados os trabalhos.

Estão encerrados os trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 16
Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon – RF 11.264
Técnico Administrativo – SGP.12

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09 DE MAIO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todas e a todos. Na qualidade de Vice-Presidente desta Comissão de Finanças, dou início aos trabalhos.

Esta Subcomissão de Finanças e Orçamento foi constituída para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo a qualquer título, ou de geradores de tráfego de toda a natureza, bem como a adequação de respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação da aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Declaro abertos os trabalhos para a 2ª reunião ordinária do ano de 2012, com a presença dos nobres Vereadores Atilio Francisco, Aníbal de Freitas, Francisco Chagas e Wadih Mutran.

Temos, ainda, a presença dos convidados da empresa W. Torre – Sr. Walter Torre Jr, Sr. Nilton Bertucci e Sr. Willians Piovezan.

Suspenderemos essa Subcomissão e deveremos retornar após a realização da Subcomissão de Finanças, que terá início às 11h.

Estão suspensos nossos trabalhos.

- Reabertos os trabalhos, sob a presidência do Sr. Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Reabertos nossos trabalhos.

Esta Subcomissão de Finanças e Orçamento foi constituída para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo a qualquer título, ou de geradores de tráfego de toda a natureza, bem como a adequação de respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação da aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Declaro abertos os trabalhos para a 2ª reunião ordinária do ano de 2012, com a presença dos nobres Vereadores Atilio Francisco, Aníbal de Freitas, Francisco Chagas e Wadih Mutran.

Lerei o e-mail: "Em atenção ao ofício encaminhado à Dra. Estela Tinone Cuba, gostaria de agradecer a gentileza do convite, mas declinando por motivo de horário, haja vista que possui audiência marcada para o mesmo período do dia".

Mas esta sessão está sendo transmitida via *internet* e, desde já, agradeço a presença da Imprensa. Também convidamos o Sr. Secretário de Transportes, Cardinale Branco. S.Exa. já tinha sua agenda lotada para o dia de hoje.

Sem dúvida alguma, registro que nós, dentro do projeto de lei que foi aqui trabalhado, ocorrendo a Lei do Polo Gerador, tivemos o prazer de receber empresários do setor para que falassem a respeito dessa lei. Hoje, estamos observando que algumas coisas não estão acontecendo no cumprimento da lei. Logicamente, é manchete de todos os jornais, de rádio e televisão, de que foi impedida a abertura do Empreendimento JK. Então, a convite, estamos trazendo o proprietário e representantes para que algumas perguntas.

Já tenho algumas perguntas e gostaria de iniciar.

Agradeço, desde já, a TV Câmara São Paulo, que cobrirá essa Subcomissão.

Sr. Walter Torre, obrigado por sua presença.

Gostaria de fazer algumas perguntas. Qual sua formação?

O SR. WALTER TORRE – Bom dia a todos. Sou Engenheiro Civil, formado já há 32 anos.

P – Há quanto tempo o senhor é proprietário ou funcionário da empresa W. Torre?

R – Fundei a empresa há 30 anos.

P – A empresa possui, no Município, outros empreendimentos considerados polos geradores de tráfego?

R – Possui, sim.

R – O senhor poderia falar alguns?

R – Aqui, na cidade de São Paulo, estamos agora começando um grande edifício, que considero o maior edifício da cidade de São Paulo, na Marginal Pinheiros. Um edifício com cem mil metros, que já tem a sua estrutura da contrapartida ajustada. Estamos fazendo a Arena do Palmeiras; concluindo, agora, um edifício na Marginal, ao lado do Shopping Eldorado. Tenho várias obras na cidade de São Paulo.

P – Muito bem. O senhor aprovou algum empreendimento na Cidade, na vigência da Lei 15150/10?

R – Aprovei. Esse edifício grande, agora, na Marginal, aprovamos já.

P – Esse foi aprovado na vigência da lei?

R – Na vigência da lei.

P – Quanto ao JK Iguatemi, qual foi o investimento empregado nessa obra?

R – Temos duas formas de falar. Em função da Lei pelo *cub*, o empreendimento tem, na área total construída, 422 mil metros. Portanto, pelo *cub* a despesa total é aproximadamente, 422 milhões. E o valor real é na ordem de 700 milhões.

P – Esse valor oficial é para efeito de cálculo da Prefeitura e para a aplicação do teto de gastos?

R – Exato.

P – O empreendimento conta com quantas vagas de estacionamento?

R – Conta com 6600 vagas de automóveis, o empreendimento todo, mais mil vagas de motos. Exatamente, ele tem 6055 vagas de automóveis; 1211 vagas de motos; 212 vagas para carga e descarga e 182 vagas para portadores de necessidades especiais. Ainda há mais 200 vagas para utilitários.

Foi exigido fazer, no meio do caminho, uma espécie de rodoviária para 20 ônibus fretados, no meio, já com a obra pronta. O Secretário nos pediu, tivemos de derrubar as lajes e criar essa rodoviária que teve um custo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita-me uma intervenção? Qual foi o Secretário que pediu?

O SR. WALTER TORRES – O Secretário Alexandre de Moraes. Quando o prédio já estava pronto, ele exigiu, para nos dar o habite-se, que fizéssemos essa modificação e construíssemos essa espécie de rodoviária embaixo do prédio.

P – O Município fez algum cálculo para pedir essa modificação no meio do projeto?

R – Não sei, Vereador.

P – Eles disseram que estava dentro da lei ou que o senhor precisava realmente...

R – É até bom o senhor me fazer essa pergunta.

P – Gostaria que o senhor fosse explanando porque queremos conhecer um pouco mais do que estamos analisando do empreendimento em si, que está fechado.

R – Está bem. Aproveitando o comentário do Presidente da comissão a respeito do que ele chamou atenção nos outros empreendimentos. O que aconteceu conosco foi algo atípico. Pediram-nos, várias vezes, o que é normal. Investimos até agora, depois de vários outros investimentos que esse empreendimento já teve, todo mundo deve se lembrar de que esse era o antigo esqueleto e para que ele fosse construído foram feitas várias contrapartidas. No passado, entre elas, o próprio viaduto dos armênios, aquele da Av. Bandeirantes que chega à Marginal, já foi feito por isso.

Depois, quando a Daslu foi inaugurada, foi feita uma contrapartida, se doou oito metros de terreno e foram feitas várias contrapartidas. Depois, compramos o empreendimento e, nesse instante, nos pediram uma quantidade absolutamente atípica e anormal que montou, aproximadamente, 80 milhões.

Isso nos chama atenção porque como não pediram para nenhuma outra, só para nós, achamos que algo diferente nós tínhamos em relação a todas as outras obras da região. Uma vez que esse empreendimento já tinha o seu direito de construção desde 1988, quer dizer, ele foi o primeiro até da Vila Olímpia, mas, por algum motivo, ele foi marcado.

Então, é bom ressaltar que fizemos muitas...

P – Permita-me uma intervenção. Marcado pela pujança, pelo tamanho, só para entender um pouco.

R – Na verdade, por alguma coisa que eu também não sei, mas fizemos 23% do valor do empreendimento em contrapartida - o que é uma coisa bastante anormal -, lembrando que os vizinhos não fizeram contrapartida. Como esse nosso empreendimento está em duas vias estruturais, a Marginal e a Juscelino Kubitschek, e conta com transporte público - o trem que agora virou metrô -, até deveria ter algumas benesses porque os outros empreendimentos que estão para dentro, são do mesmo polo gerador e não tiveram de fazer.

Então, nos sentimos até um pouco - a palavra é forte - perseguidos, mas, na verdade, nós fizemos muito mais do que o normal. Por exemplo, tivemos até uma discussão jurídica quando eles nos pediram essa quantidade, da ordem de quase 90 milhões de contrapartida, e na Justiça ganhamos

o direito de fazer só 9,600 milhões.

O empreendimento foi dividido em duas fases. A Fase I é o Edifício Santander e a Fase II são todas as outras obras: três prédios, sendo que os três juntos são menores que o Edifício Santander, representa 70% dele e mais o Shopping Center. Nessa primeira fase, nos pediram para fazer um volume astronômico de contrapartida – achamos extremamente estranho. Recorremos à Justiça e ganhamos o direito de fazer somente 9,640 milhões de contrapartida. Quer dizer, nós faríamos o que a Prefeitura exigisse limitado ao valor de 9,640 milhões.

Nisso, a Prefeitura nos pede para fazer um valor de, aproximadamente, 32 a 34 milhões de obra, desrespeitando o acordo que tínhamos feito na Justiça.

No afã de chegar a um acordo - o tempo passando e eu necessitando urgentemente do Habite-se desse edifício, que já havíamos vendido e a empresa precisava assumi-lo, era um empreendimento que tinha aproximadamente seis mil funcionários, havia a responsabilidade com o cliente, que é o Banco Santander -, acabei cedendo à pressão da Prefeitura e, diferentemente do que fora acordado na Justiça, executei o que nos pediram, ou seja, várias outras obras que remontaram a um total de 36 milhões. Com o acordo da Prefeitura de que isso seria compensado para a fase dois, que seriam o *shopping* e outros três edifícios. Acreditei neles e fiz.

Fizemos inúmeras obras: vários quilômetros de marginal, as duas pistas extras; a passagem embaixo da ponte Cidade Jardim; 14 intervenções nas ruas; alargamento em várias ruas; 16 novos semáforos inteligentes; oito novos painéis eletrônicos, enfim, fizemos uma quantidade enorme de obras em contrapartida, atipicamente, porque até hoje nunca houve em São Paulo ou no Brasil nenhuma contrapartida dessa ordem, proporcionalmente à área construída.

Até questioneei, na época, no jornal, por que estávamos sendo cobrados proporcionalmente seis, oito, na verdade, 12 vezes mais do que o segundo maior executor de contrapartidas? Mas continuei executando a obra.

Passado esse tempo, entregamos as obras e se combinou com a Prefeitura que seria feita uma medição de toda a nossa mitigação do trânsito, para ver se seria necessário algo mais. Exigiram que essa mitigação fosse feita somente um ano depois, quando 100% do prédio do Santander estivesse ocupado, para que o trânsito de fato fosse levantado.

Quando isso aconteceu e outros empreendimentos da região acabaram ficando prontos foi feita a mitigação.

Como, infelizmente fui o único que tinha a obrigação de fazer contrapartida, só a nossa contrapartida acabou acontecendo naquela região e, para surpresa nossa, a mitigação de trânsito foi excelente.

Medida pelo CAEx, que é um órgão do Ministério Público, mostrou que a velocidade média da região, que era de 33 quilômetros por hora, passado um ano, outros empreendimentos ficaram prontos e com todo o nosso empreendimento ocupado, aumentou a velocidade para 41 quilômetros por hora.

Portanto, a nossa interferência e todo nosso investimento, da ordem de 33 milhões, resultou num aumento de 24% da velocidade.

Até estamos crendo que não seria necessária mais nenhuma contrapartida, uma vez que isso aí já era superior à contrapartida que a lei estabelecia.

Mas, para nossa surpresa, o Dr. Marcelo Branco exigiu que fizéssemos mais uma de 42 milhões. Tentamos regatear, mas no fim não teve jeito.

Então, ficou que para darem o Habite-se da nossa nova participação do *shopping* e dos outros prédios nós teríamos de fazer essa outra contrapartida, elevando a totalidade para aproximadamente 75 milhões, mais a garagem de ônibus que foi 20 milhões, mais as calçadas, que no meio do caminho nos pediram para fazer as calçadas da Vila Olímpia, todas drenantes, para as quais gastamos mais seis milhões.

Foi uma sucessão de serviços que foram pedidos para o nosso empreendimento e que, no afã de nossa empresa que é cidadã - estamos querendo ser exemplo para a Cidade -, fomos fazendo.

Mas estamos entendendo que somos bem quistos na Cidade, ao contrário, estamos passando com o papel de vilão, não estamos conseguindo entender.

No meio do caminho saiu a certidão de que nós, de fato, teremos de fazer essas novas contrapartidas.

Essa certidão saiu – é importante que os senhores tomem nota – no dia 25.5.2011, então, há onze meses a Prefeitura determinou que nós, de fato, teríamos de fazer um viaduto, mais um trecho de marginal e duas passarelas de ciclovia que levariam as bicicletas dos parques até a ciclovia, pulando a marginal e a linha de trem.

No meio do caminho eles resolveram trocar uma das passarelas por toda a nova ciclovia. Apesar de já ter feito toda aquela outra contrapartida e para fazer a Daslu já tinha sido feito uma contrapartida, para inaugurar o primeiro prédio já tinha sido feito outra contrapartida, quer dizer, esse empreendimento contribuiu para a Cidade de uma forma anormal. Então, ficamos obrigados, no dia 25/11, a executar uma ciclovia, uma passarela de bicicleta, uma marginal e um viaduto. Exatamente no dia seguinte a essa data, demos entrada a todas as aprovações necessárias.

A ciclovia é uma obra que está em uma área do Estado e não precisou de aprovação, saiu rapidamente a aprovação e nós, em quatro meses, executamos a ciclovia. É uma obra complexa porque cruza todos os emissários de água e os riachos, os esgotos, então tivemos de executar todas essas bocas, essas saídas, mas mesmo assim fizemos a ciclovia e foi inaugurada. Fizemos o primeiro trecho de inauguração no aniversário da Cidade, em dois meses. Depois, em mais 40 dias, fizemos o segundo trecho.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Só o gasto da ciclovia?

O SR. WALTER TORRES - Na ciclovia, nós gastamos 4 milhões e 900, aproximadamente.

As outras três obras andaram bem. Conseguimos aprovar quase tudo em 10 meses, o que é um fato raro na cidade de São Paulo. Vocês sabem muito bem que a Cidade está entrando em um problema sério de aprovação pelo número crescente de obras e manutenção do quadro de aprovação. Hoje para se aprovar um projeto em São Paulo, leva-se de um ano a um ano e meio ou até dois. Conseguimos fazer com que todas as aprovações, exceto a aprovação do meio ambiente, saíssem em 10 meses.

Quando veio esse boato de que seríamos proibidos de abrir o shopping, a Prefeitura em um momento conseguiu fazer a última aprovação necessária que era do meio ambiente. Então, saiu a aprovação do meio ambiente no dia 25 de abril deste ano. Quer dizer, 10 dias antes de inaugurarmos o shopping é que saiu a aprovação do meio ambiente das outras obras para executar.

Mas estamos absolutamente tranquilos porque para isso existe uma lei, aprovada aqui, Lei 15.150 que no artigo 12 dispõe que caso o empreendedor não pudesse executar a obra e que não fosse culpa dele – e não foi nossa culpa, óbvio, porque até hoje não estamos autorizados, vale ressaltar que no afã de fazer o mais rápido possível esse viaduto que é muito complexo porque fica entre o Parque do Povo que é tombado e não podemos entrar e, do outro lado, fica o túnel que não podemos apoiar os pilares, fiz um projeto na Alemanha bastante sofisticado e trouxe para a nossa construtora a responsabilidade técnica - pela primeira vez isso estava acontecendo na Prefeitura, em vez da Prefeitura ser responsável perene pelo projeto, trouxe a responsabilidade construtiva total, quer dizer, assinar a planta pela nossa construtora para poder com isso ganhar tempo na aprovação. Executei todo o projeto e mesmo assim não conseguimos aprovar ainda. A aprovação saiu por causa de todo esse barulho ainda (ininteligível) aprovação sair há dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Registro a presença dos nobres Vereadores Aurélio Miguel, Presidente desta Subcomissão; Floriano Pesaro e o Líder do Governo que já foi anunciado, mas é sempre bom reiterar, o nobre Vereador Roberto Tripoli.

Queremos entender algumas coisas a respeito desse empreendimento e não é só o Vereador Adilson Amadeu, mas os 54 Srs. Vereadores desta Casa. Na Secretaria do Verde, as certidões ficaram paradas por certo tempo. Por quanto tempo? Agora, notícias da imprensa dão conta de que a Secretaria liberou as certidões.

O SR. WALTER TORRE - A aprovação dessas contrapartidas... Na verdade, ela não ficou parada, Vereador. Ela teve vários... Temos até o gráfico de todas as aprovações...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Esse gráfico das aprovações, o senhor pode ir falando sobre ele. E não sei se há essa possibilidade, mas nós gostaríamos de uma cópia desse material, que é importante.

O SR. WALTER TORRE - Vou deixar esse gráfico inteiro, que mostra que fizemos todo o possível para aprovar o mais rápido. Poucas vezes, o projeto ficou na nossa mão. O senhor vai poder

constatar que nunca ele ficou mais do que 2 ou 3 dias em nosso poder. Ou seja, nós entramos em todas as Secretarias o mais rápido que pudemos. Tanto é que estamos conseguindo aprovar um viaduto em 10 meses. Imaginem que na fase 1 levamos quase 2 anos para aprovar a Marginal.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É exatamente isto que estou tentando entender: por que demorou, um determinado item, 2 anos, e, agora, está-se fazendo em 1 mês, 2 meses, tempo recorde. Tenho mais perguntas a serem feitas. Seu raciocínio é muito importante para nós. Já vi algumas entrevistas suas, mas essa explanação de V.Sa. é muito importante para esta Casa, pois passa para nós o que está acontecendo realmente.

Inscritos para perguntas os nobres Vereadores Donato e Wadih Mutran, nessa ordem, além do sempre Presidente da Subcomissão, Vereador Aurélio Miguel, que também deverá formular perguntas.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia. Temos acompanhando bastante, desde alguns anos – este Vereador e os Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Miguel, Abou Anni e, na época, o Vereador Jorge Tadeu Mudalen – essa problemática dos polos geradores, o que nos motivou a apresentar um projeto que atualizou a legislação em dois aspectos. O projeto manteve o mesmo princípio. Havia gente que queria, por meio dos polos geradores, que se pudesse proibir tudo; havia gente que achava que, se havia já o zoneamento e Plano Diretor, aprovar-se-ia tudo. Nosso entendimento era o de haver uma legislação intermediária, que não punisse o empreendedor – que muitas vezes é punido pela incapacidade da Prefeitura de cumprir prazos e tomar decisões mais rápidas - e, ao mesmo tempo, também não desse espaço para o mau empreendedor burlar a legislação. Isso tudo foi discutido, e o texto da lei ficou bastante interessante, porque seu processo de elaboração envolveu empreendedores, CET e Poder Público.

Espanta-nos que, depois de termos feito esse esforço, tenhamos esse impasse, uma vez que a lei procurou regulamentar tudo. Então, eu gostaria de entender algumas questões. O primeiro passo para se iniciar o empreendimento é ter o protocolo em Sehab, que dirá: “Isso aqui é um polo gerador” e encaminhará o processo à CET, que tem de apresentar certidão de diretrizes. Quando foi apresentada a certidão de diretrizes desse empreendimento?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Sou Gerente da área de Aprovação da WTorre. Esse processo, na CET, foi iniciado em dezembro de 2007, e a certidão inicial da primeira fase foi emitida em janeiro de 2009.

O SR. DONATO – E constava o que dessa certidão? Quais as exigências?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Constavam as obras que o Dr. Walter listou...

O SR. DONATO – As que somaram 33 milhões...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Correto.

O SR. DONATO – Apesar de ter uma decisão judicial...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Porque, durante o processo, a CET entendeu... A gente questionava que o valor da obra era muito superior, e a CET entendia que era um valor limitado a esses 9,6 milhões. Quando a gente foi colocar em prática e fazer a obra, a gente apurou esses 35 milhões.

O SR. DONATO – Esse valor de 35 milhões...

O SR. WALTER TORRE – É importante deixar claro isso. Desde o início, ficou claro que o que eles haviam nos pedido ultrapassava o valor de 32 milhões. Então, nós resolvemos fazer uma reunião com toda a Secretaria, com os dados técnicos, e abrir os custos unitários. Aí, ficou atestado que a obra não custaria 9,6 milhões, mas um valor acima de 32 milhões naquela data.

O SR. DONATO – A CET reconhece esse valor?

O SR. WALTER TORRE – a CET conhecia esse valor. Nós abrimos o preço unitário...

O SR. DONATO – Ela reconhece?

O SR. WALTER TORRE – Ela reconhece esse valor.

O SR. DONATO – Reconhece que foram gastos 33 milhões...

O SR. WALTER TORRE – É. Na verdade, na hora em que se abriram as planilhas de custos, eles acabaram confessando que tinham colocado o preço... Eu dou sempre esse exemplo para entender. Não é o caso de eu explicar aqui, mas ele deu a entender que a gente tinha que gastar mais mesmo, que 9,6 milhões era pouco e que ele, quando colocava o preço, colocava o preço só

do semáforo, por exemplo, e não colocava toda a infraestrutura para que o semáforo operasse. Tinha que fazer um rasgo na rua, tinha que fazer a tubulação, pôr a inteligência, a fiação, interligar a uma central... Isso, ele não computava. "Mas, Secretário, o senhor tem que fazer essa outra parte..."

O SR. DONATO – Quem era o Secretário?

O SR. WALTER TORRE – Era o Alexandre de Moraes. Então, ele sabia que ia custar isso.

O SR. DONATO – Esse foi para a primeira fase, para a primeira torre...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Para a primeira fase. Então, o que aconteceu...

O SR. DONATO – A torre que hoje está ocupada pelo Santander...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Correto. O processo foi caminhando em paralelo na SMT e na Sehab. Em janeiro de 2009 foi emitida a certidão, que permitiu a emissão do alvará na época.

O SR. DONATO – Não... A certidão ou o termo de recebimento?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Não, para aprovação do empreendimento. Foi emitida a certidão de diretrizes apenas em 2009. Foi quando conseguimos tirar o alvará. Da primeira fase.

O SR. DONATO – Aí, vocês tiraram do primeiro prédio...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Correto.

O SR. DONATO – E a segunda fase?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – A segunda fase foi protocolada no dia 22-12-2010 e foi emitida no dia 25-05-2011. Já era com...

O SR. DONATO – Com base na nova lei...

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Com base na nova lei.

O SR. DONATO – Ela foi emitida 5 meses depois do solicitado?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – Isso. Positivo.

O SR. DONATO – E que a certidão de diretrizes da segunda fase exigia?

O SR. WILLIANS PIOVEZAN – São essas obras que o Sr. Walter listou, que são: alargamento da quarta faixa na Marginal, construção do viaduto e 2 passarelas.

O SR. WALTER TORRE – Deixe-me só esclarecer mais uma coisa, Excelência. A certidão era clara ao dizer o seguinte: só depois de ser feita uma medição, e se comprovada a necessidade, é que seria dito se seria feita uma nova interferência para mitigar o trânsito. Dentro do acordo.

O SR. DONATO – Uma nova certidão, que é uma certidão provisória. Ela é condicionada.

O SR. WALTER TORRE – Exato.

O SR. DONATO – Com essa certidão, o senhor pode... Bem, o senhor aceitou essa certidão...

O SR. WALTER TORRE – Nós aceitamos a certidão da segunda fase.

O SR. DONATO – Confiando que a medição...

O SR. WALTER TORRE – Seria positiva.

O SR. DONATO – E não seriam necessárias novas obras...

O SR. WALTER TORRE – Exato.

O SR. DONATO – Então, a confusão está aí, nessa certidão.

O SR. WALTER TORRE – Confiando na Secretaria, que disse: "Então, você gasta esse extra. Sabendo que você só tem que gastar 9,6 milhões, você gasta a diferença para os 32 milhões". Na verdade, era até 42 milhões, mas nós conseguimos economizar e gastamos só 32 milhões.

O SR. DONATO – Mas o senhor confiou em palavras só... Não há nenhum documento?

O SR. WALTER TORRE – Não, não, tem um protocolo.

O SR. DONATO – Tem isso por escrito? É importante a gente saber.

O SR. WALTER TORRE – Sim, tem um protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Permita-me, Nobre Vereador?

O SR. WALTER TORRE – É que, na verdade, Excelência, nós estamos pensando na Cidade. Nós não estamos pensando só nas nossas contrapartidas e no empreendimento, ou no documento; nós estamos pensando que a Cidade tem que funcionar também. Eu sou interessado em que a região fique boa, em que região funcione. Então, mais do que eles, para nós é interessante que o trânsito flua ali. Então, é importante pensar que a nossa empresa contribui para a Cidade. Por exemplo, independentemente da contrapartida, fizemos o Parque do Povo na frente e há cinco anos o mantemos com aproximadamente 200 mil por mês. O nosso interesse, então, é a coletividade. Quer dizer, tinha de funcionar. Se os nove milhões não fossem necessários e se os 32 fossem

necessários, fariamos os 32, porque tem de funcionar. E foi o que fizemos. O que nos estranhou é que, mesmo funcionando, nos pediram mais e só pediram para nós e não para os vizinhos.

O SR. DONATO – Quais grandes empreendimentos estão sendo construídos lá?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Que foram construídos, nobre Vereador.

O SR. WALTER TORRE – Vários. Um *shopping* na Vila Olímpia.e... São vários prédios em volta.

P – E não foi exigido nada de contrapartida?

R – No caso do *shopping*, as contrapartidas foram pífias.

P – Entendi onde está a confusão. Diretrizes condicionavam num estudo a possibilidade de mudar essa certidão?

R – Tínhamos um acordo judicial que condicionava essa...

P – Mas foi feito um estudo...

R – Foi feito um estudo.

P – ...que, segundo o senhor, melhorou a fluidez do trânsito.

R – De 33 para 41 quilômetros por hora.

P – E a CET não reconhece esse estudo?

R – Esse estudo é dela e da CAEx, um órgão do Ministério. Ela reconhece esse estudo.

P – E o que ela argumenta, então, para manter essas outras intervenções?

R – Não sei, Excelência. Pediram-nos mais intervenções, e elas ultrapassavam o valor todo. Mas acabamos atendendo, porque tínhamos de cuidar da aprovação e se não tivéssemos o habite-se, não conseguiríamos ir à frente com todo o investimento e já estávamos no meio do caminho. É importante lembrar que esse é um empreendimento que não nasceu conosco, nós entramos no meio do caminho. É importante lembrar também que esse novo pedido veio no meio da obra.

Só para finalizar a minha dissertação lá de trás, cumprindo a regra, fizemos aquele depósito como o artigo 12 manda. Até para a nossa estranheza, a nossa ciclovia acabou não sendo aceita. No fim, em vez de fazer como a obra toda, já que a segunda contrapartida era de 42 milhões, e a ciclovia já tinha custado 4,9 milhões, acabaram-se não sendo descontados os cinco milhões e fomos obrigados a fazer a garantia dos 42 e não dos 37. Portanto, depositamos dois meses antes da inauguração do *shopping*, seguindo estritamente a lei, uma fiança de 84 milhões. Como foi tudo como a lei manda, estamos 100% tranquilos.

Para o senhor entender, em toda a parte da obra na qual podia ser feita e não dependia do verde, onde não havia árvores, nós já estávamos fazendo a obra, mostrando a boa vontade de execução. Para a nossa surpresa, o Ministério Público diz que não concorda com a lei e que quer discuti-la. Mas estou cumprindo a lei enquanto ela é vigente.

P – O problema do senhor hoje não é com a Prefeitura, é com o Ministério Público?

R – Não, o problema hoje é com os dois, porque, quando fomos discutir na Justiça...

P – Se o senhor depositou a fiança, o senhor tinha de receber o Termo de Aceitação Provisório?

R – Exatamente.

P – E isso não foi emitido?

R – Não foi emitido, mas esperam que emitam. Não foi emitido até hoje, mas o Prefeito me disse que está cuidando disso.

P – O senhor falou com o Prefeito?

R – Várias vezes. Falo diariamente com ele.

P – Só por curiosidade, o que ele fala para o senhor?

R – Que está vendo.

P – É o que ele fala para muita gente também. Ele sempre está vendo alguma coisa, e as coisas não acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ele está vendo também quanto o senhor está pagando por dia de multa?

O SR. WALTER TORRE – Excelência, hoje o problema não é mais o nosso prejuízo, não é mais o prejuízo dos investidores que investiram no *shopping* para abrir suas lojas, não são mais os 3,5 mil funcionários que estão para ser despedidos, já que a expectativa é que venhamos a perder, uma vez que ia haver outra audiência por parte da Justiça, mas não haverá mais. O problema hoje é um pouco mais grave, é o da imagem do Brasil por não cumprir realmente os contratos. Há 30 companhias que pela primeira vez vieram ao Brasil; outras dez pela primeira vez abriram lojas.

Então, são 40 companhias que têm sua primeira instalação aqui, sendo que 30 são estrangeiras. Elas não conseguem entender o que está acontecendo. Todas elas estão aqui, com funcionários contratados e não têm outra loja para diluir seus estoques ou para mandar seus empregados. A situação está vergonhosa, está uma desonra e não conseguimos dar nenhuma explicação. Não consigo dizer que estou errado, não consigo mostrar o porquê não está sendo aberto. Já recorremos a todas as instâncias, já fizemos todo tipo de pressão possível. Só queria que se cumprisse a lei. Não consigo entender o que está acontecendo. Na verdade, é uma vergonha o que São Paulo está fazendo.

O SR. DONATO – O Ministério Público entrou com uma ação na Justiça e conseguiu uma decisão judicial impedindo a abertura. É isso?

R – Na verdade, não. O Desembargador deu um parecer dizendo que achava que a Prefeitura era capaz de entender, desde que o empreendedor estivesse cumprindo o que era para ser cumprido. Quer dizer, ele transferiu, outra vez, a responsabilidade para a Prefeitura. O que o Ministério Público pediu é que eu estivesse proibido de abrir se eu não tivesse todas as licenças. É óbvio que não iríamos abrir se não tivéssemos todas as licenças, todos os documentos. E a discussão ficou assim: o Desembargador devolveu a bola para a Prefeitura.

P – Se a Prefeitura emitir o TRAP, o senhor abre?

R – Exato.

P – O Ministério Público não tem como questionar? Ele pode questionar hoje que o senhor não tem o TRAP. É isso?

R – Exato.

P – Então, o problema é com a Prefeitura, fundamentalmente?

R – Com a Prefeitura. Estou aguardando a Prefeitura dar uma solução. Não consigo entender o porquê de a Prefeitura não permitir a abertura. A minha pergunta é: por que ela não dá o TRAP, se fiz tudo que me foi pedido. Tudo o que o Secretário de Transportes nos pediu, nós fizemos. Todos os acordos que ele nos propôs, nós cumprimos.

P – Há alguma outra demanda judicial em alguma outra obra, seja de certidão de diretrizes, de polo gerador?

R – Não, nenhuma.

P – Só nessa?

R – Só nessa. Estranha-me também o fato, Excelência, de o Procurador da Prefeitura, na audiência com o juiz, dar pareceres contraditórios, dizendo que não havíamos executado a contrapartida da fase 1 e que desde 2009 sabíamos dessa contrapartida da fase 2. Como isso é documentado, achei muito estranho ele dar um parecer desses, uma vez que a própria Prefeitura nos deu o aceite, há mais de um ano, para a última etapa da fase 1, que é quatro vezes superior ao acordo, porque eram nove milhões e fizemos 32, acrescido da garagem de ônibus, das calçadas e de outras coisas. Como todos os todos os paulistas e paulistanos estão usando a nova Marginal, a passagem baixa, então, achei muito estranho o Procurador da Prefeitura ter dado essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vereador Donato, permita-me. Qual é o nome do Procurador, porque precisamos trazê-lo imediatamente a esta Casa ou irmos até ele para que fale a respeito. Por gentileza, é muito importante para esta Casa sabermos quem é o Procurador.

O SR. DONATO – Só para concluir. Sr. Presidente, é bastante grave, muito grave. O Secretário Marcelo Branco não tem muito apreço por esta Casa, porque ele nunca comparece. Raramente ele vem aqui. Se ele mais uma vez não aceitou o convite, proponho que o convoquemos, porque é muito grave. Se a lei está sendo cumprida, ele precisa explicar por que ele não cumpre a lei. Ele tem a responsabilidade de dar o TRAP ou então de desmenti-lo. É evidente que temos de dar oportunidade para a Prefeitura dizer que o empreendedor não contou toda a verdade, mas é grave e precisamos resolver uma questão que tem um impacto enorme na Cidade, tanto do ponto de vista viário como do ponto de vista social, dos empregos, do empreendimento, além do ponto de vista mais geral, de se ter uma Cidade que não cumpre as leis que nós aprovamos.

Então, eu acho que é fundamental a convocação do Secretário Marcelo Branco com a maior rapidez possível para que possamos esclarecer essa questão.

É só isso. Obrigado.

O SR. WALTER TORRE – Ele não entendeu a lei. Ele gostaria de ser esclarecido se ele pode, de fato, me dar o TRAP. Eu acho que esse é o grande...

O SR. DONATO – A lei é muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ele não entendeu ou não quis entender, mas ele vai entender. Ele vai vir aqui falar a respeito.

O SR. WALTER TORRE – Hoje nós temos um problema seriíssimo.

P – Nobre Vereador Tripoli, esta Casa precisa ver que estão passando em cima da nossa lei, a lei que saiu desta Casa. Até lamento pelos Procuradores e até faço questão, com a maior humildade, de falar para eles que estão passando por cima da lei, e não é assim. Se sair, acho que 90% do que foi construído nesta cidade fecha, e quem construiu não consegue abrir. Não conheço de fato, nunca fui lá, só passo na porta e não tenho compromisso nenhum com eles. Como fiscalizador do Município, só tenho compromisso com o munícipe e acho um absurdo o que está acontecendo.

Sr. Walter, por favor, o nome do Procurador?

R – O Procurador chama-se José Roberto Strang Xavier Filho.

P – José Roberto...?

R – Ele diz que não cumprimos a primeira fase, até por não ter o EIA/RIMA.

P – José Roberto Strang?

R – Strang Xavier Filho.

P – Eu queria aproveitar para propor um requerimento para que possamos trazer o Procurador ou que o Presidente desta Subcomissão pessoalmente vá falar com o Procurador o mais rápido possível. Está nas mãos desse Procurador do Ministério Público a abertura desse *shopping*. Da parte do Prefeito, lamento, porque sou oposição a ele e não vou acreditar nunca no que ele fala.

Por favor, assessoria, prepare o requerimento.

Nobre Vereador Donato, mais alguma pergunta?

R – Queria deixar registrado que o Prefeito disse que está providenciando o TRAP. Eu tinha de inaugurar o *shopping* dia 19, está todo mundo pronto para o dia 19, e ele disse que está providenciando o TRAP desde o dia 19.

P – Nobre Vereador Donato, mais alguma pergunta? (Pausa) Nobre Vereador Wadih Mutran? (Pausa)

Em relação à convocação, eu queria, neste momento... Vou passar a presidência ao nobre Vereador Aurélio Miguel neste momento, mas antes eu gostaria de aprovar a convocação desse Procurador para o mais rápido possível.

O SR. DONATO – Eu sugiro que seja convocado o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu também sugiro a convocação do Sr. Secretário Branco, e ele tem de arrumar tempo. Gostaria até que o Líder do Governo pudesse nos auxiliar na tarefa de trazer o Sr. Secretário a esta Casa de Leis, que tem um carinho muito grande por ele. Carinho que eles não têm pelos Srs. Vereadores.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, acredito que, pelo que o depoente está comunicando a esta Casa, não é só o problema da Prefeitura, mas do empreendedor, do Ministério Público e do Procurador também. Sugiro que façamos uma convocação de todos, porque assim podemos discutir com todos sobre o que está acontecendo. Aí sim, porque, pelo que estou ouvindo, fica parecendo que o empreendedor é o bonzinho e a Prefeitura é a malvada.

O Governo se coloca à disposição para trazer os elementos atores desse empreendimento para discutir com V.Sa. Mas não só a Prefeitura. Eu acho que temos de trazer o Ministério Público, o Poder Judiciário, porque assim podemos discutir a questão mais a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Agradeço muito o nobre Foi feito o convite à Sra. Promotora Estela Cuba e também ao Promotor, ao Sr. Cardinale Branco que hoje tinha compromisso e não pôde vir. Deveria vir um representante do Sr. Secretário Cardinale. Todos nós devemos nos empenhar e pedir para o nobre Vereador Roberto Tripoli para que essas pessoas do Governo venham num só momento e todos ponham as cartas na mesa para vermos o que está acontecendo. Que realmente se abra esse empreendimento que é uma vergonha não para o Brasil, para o mundo até, porque há pessoas de outros países aqui.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Só para deixar muito claro, a primeira providência desta subcomissão, Vereador

Tripoli, foi convidar todos. Infelizmente, só compareceram os empreendedores e deram a versão deles. É uma versão. É evidente que pode ter outras. Agora, os outros tiveram oportunidade. Foram chamados hoje, o Secretário ou seu representante. Não vieram nem o Secretário nem o representante. O Ministério Público foi convidado e também não veio. Então, hoje nós temos uma versão. Não há como convocar o Ministério Público, mas representantes da Prefeitura é obrigação diante do impacto para podermos apurar a verdade dos fatos. É obrigação da Prefeitura estar presente. O Secretário pode ter, como costumeiramente tem, problemas de agenda em todos os dias em que o convidamos, mas a Secretaria tem inúmeros funcionários de alta graduação que podem vir explicar e não vieram. Por isso, o pedido de convocação, porque parece haver um desprezo com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Neste momento, passo a presidência ao nobre Vereador Aurélio Miguel que dará a palavra ao Vereador Roberto Tripoli.

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra o Vereador, sempre Presidente desta Casa, Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Obrigado e boas vindas pela volta do Vereador Aurélio Miguel.

Sr. Presidente, faço parte da douta Comissão de Finanças e Orçamento já pela segunda vez em que trabalhamos juntos há dois anos. Nunca me neguei a votar uma convocação ou um convite a nenhum membro do Governo e sempre todos vieram.

Quero deixar bem claro que em toda a convocação feita pela Comissão, este líder sempre trouxe o representante do Governo nas audiências públicas do Vereador Chagas, nos pedidos do Vereador Donato. Enfim, não há problema algum. Vou entrar em contato com as autoridades e ver uma data. É uma questão de agendamento. Concorde com V.Exa, mas o Governo está querendo a maior transparência possível nesse processo. Quero deixar bem claro também tanto as posições do Executivo, quanto as do Legislativo e as do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Donato.

O SR. DONATO – O que o Vereador Tripoli falou é a pura verdade. Tem se comportado como um líder do Governo que respeita a Casa. Em homenagem ao Vereador, aceitando que trará o nosso Secretário Marcelo Branco, retiro a convocação confiando na palavra do Vereador. Que, através de um convite feito pelo Vereador Tripoli, possamos trazer o Secretário até a semana que vem para esclarecer essa questão. Retiro o meu pedido de convocação deixando em suas mãos a possibilidade, confiando que conseguirá trazê-lo e não é uma missão fácil.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Queria registrar a presença do líder do PT, Vereador Chico Macena.

O SR. WALTER TORRE - Excelência, queria confirmar que tudo o que falei é documentado, porque todos os meus atos são protocolados na Prefeitura, tudo o que fizemos. Não é questão de ser bonzinho. Estou simplesmente fazendo o papel do empresário que cumpre as suas obrigações, é só isso.

P – O senhor está com os documentos?

R – Todos os documentos serão deixados aqui.

P – Já pode deixá-los aqui.

P – Já estão aí os documentos?

R – Todos os documentos estão aqui. Isso também me estranha, porque como tudo isso é documentado, não precisa ser julgado, não precisa ter opinião. É só ser lido nos processos, nos protocolos, na data. Então, me estranhou mais ainda. Não é questão de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Passo a palavra ao Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Sr. Walter Torres, bom dia. A única coisa que gostaria de esclarecer, Sr. Presidente, é que estamos fazendo um debate entre nós por uma investigação que esta comissão tem de fazer. A Comissão convoca e quem não vem depois veremos o que está acontecendo. Portanto, vamos aguardar as pessoas que não vieram e a responsabilidade é de cada um. Não adianta ficar debatendo com um ou outro. Estou aqui para investigar.

Sr. Walter, o senhor falou que trabalha há 30 anos e o Sr. Presidente fez uma pergunta ao senhor que acabei não entendendo, se o Executivo fez alguma exigência a alguma pergunta para o senhor e o senhor disse que não sabe daquele empreendimento grande.

O SR. WALTER TORRE – Desculpa.

P - O nobre Vereador Adilson Amadeu fez uma pergunta para o senhor. Estou dizendo que o senhor, com 30 anos na empresa, não soube responder para o nobre Vereador Adilson Amadeu se o Executivo fez alguma exigência ou não nesse empreendimento. No primeiro empreendimento que ele falou, de 6.600 vagas.

R – Eu respondi. O que eu disse que não sabia era porque talvez...

P – Não. O senhor falou que não sabia. É isso que estou perguntando.

R – Não, eu não sabia por que. Sei tudo sobre o meu empreendimento. Não sabia por que tinham pedido tantas coisas a mais para o nosso empreendimento em relação a todos os outros empreendimentos. É por isso. É isso que eu não sei por que.

P – E estou fazendo a pergunta para o senhor porque depois o senhor respondeu: “Fizemos muito mais do que o normal”.

R – Exatamente.

P – O senhor também falou: “É obrigação prestar atenção na Cidade e não no empreendimento”. Isso é claro. Em primeiro lugar a Cidade e depois o empreendimento.

R – Exato.

P – Até concordo com o senhor. O senhor tem outras obras de grande porte?

R – Tenho.

P – Tem? Quantas?

R – Aqui em São Paulo mais quatro grandes obras. E sinto informar a cidade de São Paulo, que é a Cidade que eu amo e em que nasci e me dedico, que serão as últimas na cidade de São Paulo, caso não cumpram as leis mais.

P – O senhor gera muitos empregos. Quantos mais ou menos?

R – Aproximadamente 28 mil empregos.

P – O montante de pedidos nesses outros empreendimentos está dentro da Lei 15.150 de 2010 que fala em 5%?

R – Estão.

O SR. CHICO MACENA – Pela ordem, só um aparte, Vereador Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Pois não, nobre Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Ouvi o Sr. Walter dizendo que não faria nenhum investimento em São Paulo caso não cumpram as leis? Quem não cumpre as leis?

O SR. WALTER TORRE – Hoje não está sendo cumprida a lei. Eu acho que é a Prefeitura que não está cumprindo a lei, porque eu segui exatamente o que combinei com a Secretaria.

P – Não, só para ficar claro, porque dito assim dá a impressão de que alguém não está cumprindo. Então, acho que é bom deixar claro aqui. Obrigado.

O SR. WADIH MUTRAN – Ele fez a pergunta que faria agora. Vou fazer também. O senhor falou que só quer a lei?

O SR. WALTER TORRE – Exato.

P – Onde não estão cumprindo a lei?

R – A Secretaria dos Transportes fez vários acordos conosco. Cumprimos esses acordos. E agora...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com todo o respeito.

O SR. WADIH MUTRAN – Vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ele não pode ter feito acordo com o senhor. Ele tem de ter cumprido a lei. Acordo não existe. Eu ia perguntar na minha hora, mas acordo não existe. Existe respeitar as regras da legislação. Queria até saber com quem vocês falaram lá, porque não existe acordo, existe a conversação em relação a respeitar as posturas municipais que determinam a lei. Por exemplo, a lei... Aí eu fico preocupado, porque fui voto vencido aqui. Gostaria que fosse 5% para todos os empreendedores, porque aí você não cria 1, 5, é subjetivo. Por que eu dei 1% para um, 2% para outro, 3% para outro, 4% para outro e 5% para o outro?

O SR. ADILSON AMADEU – Nobre Vereador, permita um aparte, é que antes da lei realmente se fazia acordo, três computadores, dois sinalizadores... Acredito que agora sim, está investindo, está pagando... Não tenho procuração nenhuma e não sou advogado do Sr. Walter Torre, mas estou achando um absurdo esta cidade. Esse Prefeito não está cumprindo nada e as Secretarias

também. No passado era acordo, agora é dentro da lei. Antes da lei ouvia-se: "Vocês oferecem para a CET dez computadores?" Ouvi muito isso. Um absurdo. Agora não. Dentro da lei oferecida por esta Casa que, graças a Deus eu, o nobre Vereador Aurélio Miguel e outros Vereadores participamos, as coisas estão acontecendo. Então, acordo não. É a lei. É a lei, a lei, a lei.

O SR. WALTER TORRE – Vale uma explicação. Tive de fazer um acordo judicial, porque eles nos pediram 90 milhões na primeira fase. Tive de ir à Justiça porque esse empreendimento é anterior a essa lei e estávamos no meio da obra. Fui obrigado, apesar de ter feito o acordo, eu... Aliás, não queria nem falar, porque isso só gera polêmica, mas o Secretário... Quando mostramos o valor de 9.600 e mostramos que isso custava, no mínimo, 32 ou 35, porque era obra de subsolo, quer dizer, a gente sabe com quanto começa, mas não sabe a quanto acaba. Tive de ouvir, na presença dos meus diretores e dos outros diretores da Secretaria, que eu tinha cara de bobo e bobo paga mais caro. Então, isso é uma coisa um pouco difícil de ouvir. Eu tenho educação, estudo, represento um grupo de funcionários. Infelizmente, paguei 32 milhões porque custou 32. A minha empresa não faz obra pública. Fiz a obra com as empresas que são classificadas e selecionadas a trabalhar na Prefeitura. Essas empresas me orçaram de 30 a 40 milhões. Acabei contratando e acabei gastando 32 milhões nesse serviço. Mas, é isso que tive de ouvir do Secretário, quer dizer, um empresário que está trabalhando sério, honesto, trabalhando na Cidade... Não quero criar polêmica. Quero só abrir o *shopping*. Quero a honra de volta com os meus clientes. Quero o respeito outra vez, porque acho que se a gente criar polêmica, mais tempo ainda vamos ser sacrificados. Só queria abrir o *shopping*, gente. É só isso. Queria o cumprimento da lei, pelo amor de Deus, alguém tem de fazer cumprir a lei. É só isso.

O SR. WADIH MUTRAN – Sr. Presidente, retomando a palavra, tenho um respeito muito grande pelo nobre Vereador Adilson Amadeu, mas estamos numa Comissão de investigação e não para ouvi-lo dizer que o Prefeito não faz nada. Se o Prefeito não faz nada, não adianta investigar nada. Entendo que estamos em uma investigação. É o Prefeito, é o Joaquim, é o Manoel, é o Antonio. Vamos investigar e vamos a fundo ver o que está acontecendo. O Sr. Walter está fazendo uma denúncia e vou querer que mande por escrito a esta comissão que está sendo desrespeitada a lei e quero saber onde. Se é o Prefeito, se é o Antonio, se é o Manoel. Quem quer que seja vai ter de respeitar a lei, porque não estou aqui fazendo leis para não serem respeitadas. Lei que fiz na Câmara Municipal há mais de 30 anos deve ser respeitada. Se não, o que estou fazendo aqui? Vou pegar meu chapéu e ir embora, apesar de não usar chapéu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente. Dentro da fala do nobre Vereador Wadih Mutran, que respeito muito, é um professor, quero deixar claro em Notas Taquigráficas, falo todos os dias na tribuna que realmente é um descaso o que o Prefeito da Cidade faz em alguns setores. E para mim é o pior prefeito que esta Cidade já teve. Então, realmente, eu não quero entrar em polêmica porque já falo isso todo dia na tribuna. A cidade de São Paulo está andando para trás porque não estão cumprindo a lei feita pelos Vereadores nesta Casa.

O SR. WALTER TORRE - Foi emitida uma certidão. Eu não pude executar e fiz o depósito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu vou perguntar para o senhor. Um momentinho.

Queria fazer um requerimento para convidar também o Procurador José Roberto Strang Xavier Filho. Se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Gostaria de tratar de alguns detalhes. Sei que o empreendimento foi feito em duas fases. Pelo que entendi, a primeira fase foi o prédio onde está hoje o Santander.

R – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O prédio do Santander é a primeira fase. É esse o caso que o senhor fala dos 32 milhões?

R – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa é a primeira fase. Primeira fase é página virada, não é?

R – Menos para o procurador. O procurador diz que não foi entregue ainda.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós temos de ver se foi entregue. Foi entregue?

R- Foi entregue, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os senhores fizeram quais obras? O senhor tem aí a

certidão da primeira fase? Os documentos estão todos aí?

R – Estão todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor tem o termo de recebimento e aceitação?

R – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, o senhor tem o cumprimento da primeira fase.

R – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A questão aqui é a segunda fase. Na nova legislação, de 6 de maio de 2010, aprovada por esta Casa... – o Prefeito até tentou se apropriar da lei dizendo que era dele, mas a Casa mostrou que a lei era fruto do trabalho dos Vereadores durante um ano e oito meses. Vereadores Adilson Amadeu, Donato, Tadeu Mudalen e Abou Anni, que também atua nessa área de trânsito.

Nós escutamos toda a sociedade envolvida em relação aos empreendimentos na cidade de São Paulo. E também escutamos o poder concedente – CET, Secretaria de Transportes, Secretaria de Habitação, e verificamos que o Executivo não tinha condições nenhuma e não tinha obrigação nenhuma, e observamos que eles não gostariam de fazer as obras, porque não têm competência. Foi dito aqui, nobre Vereador Líder do Governo, que nem a CET nem a Secretaria de Transportes teriam interesse de fazer as obras. Preferiam que os empreendedores as fizessem porque sairiam mais barato e com mais agilidade. Nós escutamos todos e fizemos uma legislação. Como eu disse, eu fui voto vencido. Eu faria 5% para todos os empreendedores, porque você faz justiça com todos. E o senhor disse que fez um acordo. Um acordo pode ser de 2%, de 3%.

R – Infelizmente, os meus são todos 5%.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esse é o meu questionamento. Quando o senhor falou em acordo, eu me assustei. Não tem de ter acordo, tem de cumprir a lei.

Na segunda fase, vocês entraram dia 29/12/2010, já com o...

R – Pedido da certidão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pedido da certidão do novo empreendimento, da continuação do empreendimento. E os senhores obtiveram a certidão de diretrizes em quanto tempo?

R – É importante o senhor entender por que pedimos nessa data. Estava assinado antes que só seria emitida a nova certidão depois que fosse feito o novo levantamento da mitigação do trânsito, o que teria acontecido. E foi nessa data que chegou o levantamento, mostrando que tinha melhorado o trânsito. E aí fizemos o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, os documentos estão aí.

R – Estão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Segunda fase. O senhor entraram no dia 19/12/2010. A Prefeitura tinha o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para dar a certidão de diretrizes para os senhores.

R – Mas ela deu a certidão no dia 25/05/2011.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, já descumpriram a legislação no que dizia aqui o acordo com o Executivo. O que diz a certidão de diretrizes dessa segunda fase?

R – São essas quatro obras.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quais quatro obras?

R – Um viaduto que liga a Avenida Juscelino Kubitschek à Marginal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é o custo desse viaduto?

R – Aproximadamente 26 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Liga a Juscelino onde?

R – À marginal intermediária, que foi feita por nós na fase 1.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por isso está interditado o tráfego local. Hoje está interditado por isso.

R – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – 26 milhões. Interdição parcial.

Qual é a segunda obra?

R – A segunda obra é um trecho de Marginal que interliga da Rua Quintana até a Avenida dos Bandeirantes. É uma quarta faixa, que já está sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quintana até ?

R – Até a Avenida dos Bandeirantes. Nós vamos entregar daqui a 30 dias a obra concluída.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu vi que vocês estão fazendo as obras.

Terceiro?

R – Uma ciclovia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aonde?

R – São cinco quilômetros de ciclovia. Vai da Usina da Traição até o Parque Vila Lobos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já está pronta?

R – Já está pronta. E a quarta obra é uma passarela de bicicleta que sai próxima ao Parque do Povo, cruza as Marginais, cruza o trem e chega na ciclovia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual o custo ? O trecho da Marginal, qual o custo?

R – O valor total são 42 milhões. São 5 milhões da ciclovia, 28 do viaduto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A segunda fase compreende shopping JK e mais duas torres novas que estão saindo lá.

R – Três torres. Duas torres em cima do shopping e uma torre em cima da Daslu.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quantos mil metros quadrados de construção?

R – São 60 mil metros de escritório e 50 mil metros de shopping, de área total.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual o custo da obra? Correto, sem super ou subavaliação. Correto.

R – O valor correto, em cima do valor da tabela, são 112 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só isso? Saiu outro dia nos jornais que eram 400 milhões.

R – Aí é o custo real.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na verdade, nós fizemos na...

R – Em cima do custo real são 400 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E a Prefeitura pede 42 milhões de obras.

Quer dizer, se custasse 400 milhões, custou 10%, o que já não condiz com a lei.

R – Exato, se bem que a lei é em cima do preço público, não é, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É um preço menor. Que está errado também. Precisamos corrigir ela. Precisamos corrigir várias coisas. Quer ver o que temos de corrigir? Observei, na cidade de São Paulo, os empreendedores de edificações residenciais. A legislação determina 120 vagas. O que eles fazem? Eles dividem o lote e fazem 120, 120, 120, e assim não é considerado polo gerador. Mas é, porque vai adensar a região. Então, temos de mudar isso também, Srs. Vereadores, porque eu, por exemplo, cheguei atrasado aqui porque, para sair de onde eu estava, próximo a Campo Limpo – onde eu verificava com a população algumas obras a serem feitas – até chegar aqui é difícil. Está um caos a mobilidade na cidade de São Paulo.

Bom, 400 milhões, estão pedindo 42 milhões.

O senhor seguiu o procedimento...

R – Em cima da outra fase, que foi só 180, pediram 32.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A outra fase é página virada. Já foi concluída. O senhor já tem o recebimento. Agora, neste caso aqui nós mudamos a legislação porque eu observei, naquela ocasião, que a Prefeitura demorou 5 anos para dizer qual era a contrapartida para alguns empreendedores na cidade de São Paulo. A pessoa já não sabia mais o que fazer. É um absurdo. Então nós estipulamos que a Prefeitura tinha de ter um prazo para dizer a contrapartida.

O senhor seguiu todos os procedimentos determinados pela legislação?

R – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor deixou de fazer o viaduto?

...o senhor deixou de fazer o viaduto?

R – Não, não deixei de fazer. A...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Até agora não está concluído. Por que o senhor deixou de fazer o viaduto?

R – Eu fiz o projeto. Toda a parte burocrática, técnica foi executada. Eu só não pude começar a obra porque não tinha autorização da Prefeitura para começar.

P – E desde quando o senhor entrou com esse pedido de autorização para executar a obra?

R – O acordo foi assinado em 25/5/2011 e eu entrei no dia 26/5/2011, no dia seguinte.

P – Acordo? Eu não sei que acordo é esse.

R – Desculpe, a certidão. A certidão saiu no dia 25/5 e eu entrei com o pedido...

P – O senhor tem todos esses documentos aí?

R – Todos estão aqui. Vou deixar a pasta completa.

P – Saiu a certidão para execução do viaduto? (Pausa) Espera aí. Dia 25/5 saiu a certidão das quatro etapas, das quatro obras que deveriam ser feitas.

R – Isso. Exato. Já no dia 26 eu comecei a ter reuniões com a Prefeitura sobre os projetos.

P – Muito bem. O trecho da Marginal está sendo finalizado. A ciclovía está concluída.

R – Exato.

P – E a passarela da bicicleta?

R – Vai ser...

P – Precisa de autorização também?

R – Não. Ela tem que ser feita em conjunto com o viaduto, porque ela tem que interromper a marginal, então, na mesma hora em que for feito o viaduto, ela vai estar sendo executada.

P – No dia 25/5/2011 o senhor teve a certidão de diretrizes definida?

R – Perfeito.

P – O senhor fez as duas obras e a terceira e a quarta obras, a ciclovía e a passarela, o senhor não conseguiu fazer?

R – Eu comecei a fazer.

P – O senhor ficou impedido em que momento? Eu queria entender, porque a Prefeitura é culpada até o momento em que ela mostra que ela é culpada. Eu quero saber se ela é culpada. Se ela for, o senhor não tenha dúvida de que este Vereador, da mesma forma que foi duro e rígido com o senhor, vai ser rígido e duro com o Prefeito. Nós já tivemos divergências, porque eu acho que a legislação é para proteger a Cidade e para proteger quem investe respeitando as regras da Cidade. A gente quer que os empreendedores invistam na Cidade, mas logicamente que a gente tem de criar mecanismos de proteção para esta Cidade, em que está um absurdo para se viver. Então em que momento fugiu à alçada o controle da execução dessa obra da passarela e do viaduto?

R – A última licença foi emitida cinco dias atrás. Nós, na verdade - acho que isso é uma vitória - conseguimos essas licenças em dez meses. Foi...

P – Licença ambiental?

R – As licenças de aprovação. Tem várias licenças: Siurb, Subprefeitura, Meio Ambiente que é a SVMA, a própria CET. São várias secretarias.

P – Mas o senhor não conseguiu executar em tempo anterior porque o senhor precisou das autorizações também municipais?

R – Exatamente.

P – Porque a lei, no art. 14º, deixa bem claro que, se houve impossibilidade da execução da obra por questões de o poder concedente não ter dado as autorizações, o senhor pode depositar em juízo o dobro do valor da obra, e se responsabilizando em terminá-la também, até porque quem deposita em dobro, em juízo... Quer dizer, se a obra custa 42, eu deposito 84, eu não sou louco de não querer fazer a obra e pegar o dinheiro de volta.

R – E assim foi feito.

P – Foi para isso mesmo que nós punimos, porque muitos empreendedores não responsáveis desta Cidade, muitos que observamos também aqui quando fizemos a primeira subcomissão em 2005, então nós quisemos mostrar... bom, se é correto, se é para fazer a coisa direito, não tem problema de dar uma garantia de duas vezes o valor da obra. O senhor fez isso?

R – Fiz.

P – Fez um depósito...

R – Fiz dois meses atrás, antes da abertura, fiz o depósito de 84 milhões junto à Secretaria da Fazenda. Está lá.

P – E o que a Secretaria alega?

R – Não sei. A dúvida para nós é exatamente isso.

P – Alguém procurou o senhor para dificultar e vender facilidade?

R – Não.

P – Porque me parece um pouco isso, porque a legislação é bem clara. Se o senhor solicitou as

autorizações municipais para realizar obras e o senhor não obteve êxito, então independe da vontade do senhor, então o senhor poderia depositar em dobro e pedir o TRAP. O senhor pediu o TRAP, Termo de Recebimento de Aceitação Provisória?

R – Fiz o requerimento.

P – Está aí com o senhor também?

R – Está também.

P – Quando foi feito isso?

R – Quando nós pedimos?

- Falas fora do microfone.

P – Diante disso, se eu verificar que o Prefeito, ou o Secretário, realmente se omitiu, cabe aqui uma ação de improbidade.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pois não, Vereador.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu até pediria aos assessores do Sr. Valter Torres, a ordem cronológica - os senhores devem ter - das certidões protocoladas. Isso é muito importante. A parte jurídica - parece que estão os advogados aqui também -, se pudesse fazer um resumo dessa novela toda - que para mim é uma novela - do começo ao fim, é muito importante até para esclarecer de uma vez por todas quem é quem, quem não cumpriu, por que não liberou; aí nós vamos saber exatamente. Numa ordem cronológica. Eu agradeço muito. Os senhores vão deixar esse material. Muito obrigado.

R – Nós temos dois...

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

O SR. - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Claro.

O SR. - Esse problema que deu, eles pediram e a Prefeitura não deu, não entrou o Ministério Público no meio aí?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, Vereador, com todo respeito, o Ministério Público eu escutei aqui anteriormente, já deu a resposta. O Poder Judiciário também disse que a Prefeitura tem condições de estabelecer...

O SR. - Não, não. É por isso que ... (ininteligível).

O SR. Presidente (Aurélio Miguel) – É, porque isso aqui é respeito à legislação. Mas o senhor pode responder se o Ministério Público...

R – Hoje o Ministério Público não... já jogou para a Prefeitura e acabou.

- Falas fora do microfone.

O SR. - Responde sobre o Ministério Público.

O SR. - Eu vou ler o que o Ministério Público... o que o juiz deu. Dá o parecer da (ininteligível).

- Falas fora do microfone.

O SR. - O acórdão é o seguinte: "Não se desconhece, é importante ressaltar, a possibilidade legal da obtenção de um TRAP" - isso é o que o juiz escreveu - "em razão da impossibilidade de cumprimento imputável ao empreendedor" - que é o nosso caso - "somada à prestação de garantias de aporte financeiro (Art. 12 do respectivo §1º da Lei Municipal 15.150/2010). Todavia, no presente caso, em momento processual, repita-se, trata-se de mera possibilidade legal sem qualquer substrato fático sobre o qual poderia operar a jurisdição. Eventual ocorrência de fato genérica e abstratamente prevista na norma pode vir a ensejar pretensão jurisdicional que, por sua vez, deve ser levada ao juiz originário do efeito, inclusive para não haver supressão de instância". Então, quando ele fala isso, o que a regra geral prevê, conforme aqui se determina, é que a obtenção de certificado de conclusão da edificação depende do cumprimento integral das obrigações previstas na Certidão de Diretriz, que nós fizemos. As exceções a essa regra, também previstas em lei...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quem diz isso?

R – Esse é o juiz. Esse é o acórdão da...

P – Mas o juiz desconheceu o TRAP?

R – Não, ele reconheceu o TRAP.

P – Ele reconhece, depois reconhece outra coisa. Dá dúvida...

R – Não, não. Nas (ininteligível) as exceções a essa regra, que é o TRAP, também previstas em lei, devem passar pelo juízo técnico da administração para depois, eventualmente, ingressar no Judiciário. Quer dizer, ele fala que a Prefeitura tem que ver se eu cumpro, se eu fiz.

P – O processo que os senhores solicitaram do TRAP, qual foi o despacho? Vocês entraram com pedido de um TRAP, vocês depositaram... Vocês não fizeram as obras porque não tinham as licenças para iniciar as obras. Os senhores depositaram 84 milhões, é isso, em juízo?

R – Oitenta e quatro milhões, apesar de já ter feito a...

P – Está com garantia de 84 milhões; caso o senhor não faça, a Prefeitura vai ficar com esse recurso.

R – Mas eu já estou fazendo.

P – Eu sei que o senhor está fazendo, mas então o senhor deu entrada com pedido de TRAP. O senhor solicitou o TRAP. Qual foi a data e qual foi o despacho? O senhor deve ter aí.

R – A discussão gira em torno de que o valor depositado.....não resolve o problema do trânsito. Eles discutem...

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Não resolve mais vai solucionar assim que tiver as autorizações o senhor vai fazer o viaduto.

O SR. ALTER TORRE R. – Assim que a Prefeitura autorizar que se faça.

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Anteriormente a gente viu muitas coisas acontecendo. Por exemplo, deram para um *shopping* se não me engano o Bourbon, que na época não tinha o TRAP, que fizemos nessa legislação, e dava autorização parcial que não podia na lei. Se o senhor estivesse na outra legislação não poderia ter o habite-se. Nessa legislação pode ter através do TRAP. Onde o senhor não pôde executar o viaduto em função das autorizações municipais não terem sido aprovadas até o momento.

O SR. ALTER TORRE R. – E o Secretário não entendeu assim. Ele acha que ainda não pode.

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Mas até o momento não me falou aqui quando solicitou o TRAP e qual foi o despacho. Porque também o senhor tem de solicitar.

O SR. ALTER TORRE R. – O TRAP foi solicitado dia 31 de janeiro de 2012.

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – E qual foi o despacho, o que ele fala?

O SR. ALTER TORRE R. – Que a caução não resolve o problema do...

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Esse foi, mas os senhores não argumentaram que não fizeram porque não tiveram as autorizações?

O SR. ALTER TORRE R. – Está tudo documentado aqui.

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Está tudo aí. Bom, então, eles estão tentando vender facilidades porque não é possível. Então, o senhor pode deixar a documentação conosco, vamos pedir para a Assessoria Jurídica dar uma olhada e o senhor não tenha dúvida de que, olhando a documentação, se eu verificar que realmente a Prefeitura não correspondeu ao que determina a legislação eu, Vereador Aurélio Miguel, entro com pedido de improbidade. Já entrei com vários. Contra o prefeito, ação popular, etc. Tenho bastante trabalho pelos próximos 20 anos. Já tenho uns 20 processos meus lá.

O SR. ALTER TORRE R. – Eu precisava abrir o *shopping*...

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Aí eu vou verificar o que é lei. Fizemos uma legislação e escutamos durante muito tempo para fazer algo justo para a Prefeitura, para atender aos interesses dos munícipes desta cidade e dos empreendedores, também, respeitando as regras, claro. Senão vira uma grande anarquia e se dá possibilidade para a corrupção. Da forma que estava anteriormente era assim. Fizemos para que fosse o mais correto, justo e transparente possível. Ser alguém está incorrendo em equívoco precisamos abrir os olhos. Vamos verificar a documentação o mais rápido possível.

O SR. ALTER TORRE R. – Vou deixar uma pasta que tem todo o levantamento fotográfico, todas as obras executadas, todos os pareceres do Cacex e eu coloquei todos os processos e protocolos que fizemos.

O SR. PRESIDENTE Aur io Migue – Outra questão: o senhor está com mais quatro empreendimentos na Cidade. São do porte deste também?

O SR. ALTER TORRE R. – Exato.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Já tem a certidão de diretrizes. Entrou. Gostaria de todos os processos.

O SR. ALTER TORRE R. – Eles têm certidão de diretrizes. Em todos eles somos classificados em 5.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Quero deixar bem claro: aqui não é para defender um lado ou o outro. É para defender os interesses da Cidade. Esta legislação foi feita para defender os interesses da cidade de São Paulo e com muito trabalho. Até se comemorou muito quando se aprovou a legislação. Temos que respeitá-la porque foi um trabalho árduo de todos os vereadores da Casa. Queremos saber se estão realmente cumprindo a legislação e no que podemos melhorá-la. Sempre foge algo que poderíamos ter feito e não fizemos. O que podemos melhorar para o futuro nós faremos.

Então os empreendimentos que os senhores têm quais são

O SR. ALTER TORRE R. – Temos um prédio na Marginal em frente ao Shopping Morum, ao lado desse grande complexo que era a Monar, que é um prédio com 100 mil m² de área onde era a antiga fábrica Alfa.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Eu passo lá e fico preocupado. Ali vai haver uma desapropriação.

O SR. ALTER TORRE R. – Já teve.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Vejo que tem os tapumes todos ali e os tapumes não são o limite da rua. A rua entra para dentro.

O SR. ALTER TORRE R. – Fizemos uma doação para uma nova rua. E abrirá uma rua que sai da Marginal e chega na Berrini, que chama Chucrê Aidan. Tem esse projeto.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – E lá já tem a certidão de diretrizes

O SR. ALTER TORRE R. – Temos a certidão de diretrizes.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Qual foi o valor

O SR. ALTER TORRE R. – O percentual foi 5%. O limite maior.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Qual o valor? Não orçaram. Mais ou menos

O SR. NILTON ERT CCI – A gente já iniciou o orçamento dessa certidão. Parte dela que já orçamos está em torno de 6 milhões de reais e ainda falta a parte de intervenção viária de alargamento viário que não temos ideia do custo ainda.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Qual é a outra obra grande na Cidade que requer certidão

O SR. ALTER TORRE R. – Temos outra que é polêmica, que é o Palmeiras e essa é outra que também estamos enfrentando muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Mas essa aí vocês entraram na legislação anterior porque quando saiu o projeto do Palmeira já era na outra legislação. Já tinha certidão de diretrizes

O SR. ALTER TORRE R. – Foi na lei nova, sim, teve certidão de diretrizes, fizemos contrapartida.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Já tem certidão de diretrizes

O SR. ALTER TORRE R. – Tem, já.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Então não tem projeto. Vocês não questionaram a certidão de diretrizes. Estão de acordo. Qual foi o valor da contrapartida em obras, quais obras serão feitas

O SR. NILTON ERT CCI – Está dando em torno de R\$ 9 milhões de reais. A obra mais significativa seria o alargamento da Francisco Matara, o que vai dar mais trabalho para fazer.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Vão desapropriar algum imóvel

O SR. NILTON ERT CCI – Não, na verdade é um alargamento só no canteiro central. Não é um alargamento muito grande mas vai dar bastante trabalho. Tem alguns ajustes na periferia sinalização etc.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Em relação a estacionamentos também qual é o número de vagas

O SR. NILTON ERT CCI – Aproximadamente 1600 vagas.

O SR. ADILSON AMADE – Sr. Presidente, aproveito porque estão falando dessa obra que é ali no Palmeiras. É algo muito crítico. Fui presidente da CPI. Ali precisa re fazer totalmente a galeria

da Turiassu. Tem uma galeria que passa em aí o e os senhores vão ter um parque aquático se não ficar.

O SR. ALTER TORRE R. – Tem um plano de nova drenagem ali.

O SR. ADILSON AMADE – muito importante pensar nisso porque é crítico. Tem filmagens da última enchente com 160m de água. Com o servir a Turiassu.

O SR. ALTER TORRE R. – A obra está até licitada.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – E o outro empreendimento

O SR. ALTER TORRE R. – O outro é na Marginal logo depois do Eldorado. Já tínhamos duas torres prontas e estamos fazendo a terceira torre próximo do túnel do metrô.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Já tem a certidão

O SR. ALTER TORRE R. – Já tem a certidão. Está sendo executado. Para fazer aquele edifício também fizemos uma doação para a Cidade da ordem de milhes foi toda a central de monitoramento de TV para a primeira torre. A torre de trás foi o 5º de contrapartida. Posso encaminhar depois.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Gostaria de saber se estão atendendo aos prazos. A lei foi bastante clara em relação a isso. Tem o prazo do empreendedor e o prazo do poder concedente. Tem de ter o prazo para os dois.

O SR. ALTER TORRE R. – A lei está corretíssima porque as velocidades são distintas. A velocidade da obra privada para a obra pública é muito diferente. Esse parágrafo 12º vem atender justamente a isso. Vai ser muito difícil cumprir esses prazos na mesma velocidade. O que fizemos foi atípico conseguir aprovação nesses dez meses. Se for olhar na fase 1 a Marginal levou quase dois anos para ser aprovada. Muito difícil a aprovação quando entra em regime público que me e com o sistema viário.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Agora na Marginal. Como é que a CET deu ou vocês fizeram a entrada pela Marginal do Santander sem uma desaceleração sem um sinal maior. Vou chamar a CET aqui também.

O SR. ALTER TORRE R. – Foi o resultado deles da análise técnica. Na verdade eles determinam as entradas.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Eu passei lá outro dia e fiquei impressionado de terem autorizado a entrada do Santander pela Marginal sem uma desaceleração sem um sinal.

O SR. ALTER TORRE R. – Mas ali não é a entrada principal é a entrada secundária. Aquela é uma entrada de serviço que provavelmente não será a usada.

O SR. ILLIANS PIO ESAN – O problema é que aquela entrada ainda está sendo muito utilizada porque as outras não estão disponíveis. Com a abertura das novas entradas todo o fluxo de trânsito que vem pela Chedid afetado em vez de fazer a volta para entrar pela Marginal já vai entrar pela Chedid afetado. Então ali a tendência é diminuir bastante a utilização daquela entrada quando tiver o complexo terminado.

O SR. ALTER TORRE R. – Eu queria deixar claro uma coisa interessante: a inauguração do shopping a contrapartida da fase 2 que são essas quatro obras importantes é com a completa entrega da fase 2 a fase 2 tem um edifício que sequer começou. Será entregue daqui dois anos. Os outros edifícios que ficam em cima do shopping serão ocupados lentamente e levarão oito meses para serem ocupados. Então o shopping sequer é o grande causador do trânsito. Os escritórios têm horário correto de entrada e saída. O shopping começa às 10. Tem um estudo bastante importante da Associação Brasileira que mostra que 80% do fluxo nos dias de semana ocorrem entre 11 e 5 da tarde quer dizer fora do horário do rodízio do pico. Então o shopping sequer é o grande causador do tráfego hoje. A expectativa de se olhar o shopping irmão que está na Faria Lima que tem dois acessos esse tem quatro acessos. Não era para ter toda essa polêmica.

O SR. PRESIDENTE Aurio Migue – Vocês comunicaram

O SR. ALTER TORRE R. – Comunicamos e mais ainda para mitigar o possível trânsito que eles pensam que possa ocorrer propusemos de acordo com legislação que existe nos locais que geram trânsito como o Pacaembu o Morum quando existem eventos de grandes dimensões disposição do CET de colocarmos 32 marcos com veículo e tudo com uma despesa da ordem de 15 milhões/m² até o viaduto ficar pronto. Esse foi o TAC que propusemos. Com isso daríamos um

argumento para o Ministério Público e para a Prefeitura para que caso esse trânsito que eles pensam que ocorrerá – e temos segurança de que não ocorrerá – eles teriam disponibilidade dessas pessoas desses técnicos em operação disposição do CET com os veículos para mitigar o possível trânsito que eles pensam que ocorreria. Mas eles desconsideraram nossa proposta e também não surtiu efeito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Da minha parte é só. Algum Sr. Vereador quer fazer uso da palavra

O SR. WALTER TORRE JR. – A verdade é que não estão querendo que o shopping abra.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente quero registrar que lamento o que acontece na Cidade e lamento a respeito desse empreendimento não estar aberto. Quero registrar que estou lamentando a falta de postura de prefeito secretário todos. Um a surdo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Lembrando aos Srs. Vereadores que a próxima reunião ocorrerá na próxima quinta-feira às 10 horas da manhã no Sérgio Vieira de Mello no primeiro andar.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Sr. Presidente apenas para esclarecimento da comissão quem está convocado para a próxima reunião

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – São convidados. Convidamos o Secretário de Transportes novamente o Líder do Governo fará todo o possível para trazer-lo assim como o procurador pois os empreendedores disseram que tiveram contato e para que nos expliquem o que realmente aconteceu.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Obrigado Sr. Presidente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 37

Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon - RF 11.264
Técnico Administrativo - SGP.12

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**SUBCOMISSÃO DAS CONTRAPARTIDAS - COMISSÃO DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17-05-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na qualidade de Presidente da Subcomissão da Comissão de Finanças e Orçamento, constituída para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo a qualquer título de geradores de tráfego de toda a natureza, bem como adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, declaro abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária do ano de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço – www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Registro a presença dos Vereadores Aníbal de Freitas e Wadih Mutran.

Recebemos um ofício do Sr. Celso Augusto Coccaro Filho, Procurador Geral do Município.

- É lido o seguinte: (Ofício de autoria do Sr. Celso Augusto Coccaro Filho, Procurador Geral do Município).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, vamos reconvitar o Sr. José Roberto Strang Xavier Filho para o próximo dia 30.

Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Há um ofício da Promotora de Justiça Stela Tinone Cuba.

- É lido seguinte: (Ofício de autoria da Sra. Stela Tinone Cuba).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vamos verificar um dia em que ela possa vir aqui como convidada.

Registro a presença dos Srs. Ricardo Laiza, Superintendente de Planejamento da CET, João Batista da Silva, Procurador da Secretaria Municipal de Transporte, e Vereador Adilson Amadeu. (Pausa)

Bom dia, Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO LAIZA – Bom dia a todos.

P – Antes de iniciarmos, qual é a formação do senhor?

R – Engenheiro.

P – Engenheiro. Há quanto tempo o senhor está no CET?

R – Há 30 e poucos anos.

P – Trinta anos?

R – É.

P – O senhor trabalhou, então, praticamente só no CET, não é?

R – Trabalhei também na EMTU – Empresa Municipal de Transportes Urbanos.

P – A EMTU é do Governo do Estado?

R – Do Governo do Estado. Isso.

P – Há quanto tempo o senhor cuida de Polo Gerador de Tráfego?

R – Em torno de dois anos. De dois a três anos.

P – De dois a três anos. A Lei 15.150 prevê a caução do dobro do valor da obra para obtenção do TRAP, que foi feito na legislação...

R – Isso.

P – Em relação a esse caso que nós verificamos no noticiário, eu queria que o senhor, antes de eu lhe perguntar outras coisas, falasse o que aconteceu, do por que não deram o TRAP, se houve cumprimento parcial de alguns itens da Certidão de Diretrizes, se houve condicionamento no valor do dobro do valor da obra. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco esse processo, a sua tramitação, do por que estar ainda com essa indefinição em relação ao TRAP.

R – Inicialmente, é bom esclarecer que esse empreendimento foi dividido em duas etapas, e a Lei 15.150 permite a obtenção do TRAP desde que as medidas mitigadoras estejam cumpridas e cada etapa estipulada na Certidão de Diretrizes. A primeira etapa que foi cumprida referia-se ao bloco que hoje já funciona, o Santander. Quando foi terminada, eles obtiveram o TRAP

dessa etapa. Então, com o TRAP é possível ter o habite-se...

P – Um momentinho só. A mudança da legislação foi esta Casa que propôs.

R – Isso.

P – Como o senhor conseguiu dar o TRAP se, quando foi feita a primeira etapa, não existia essa legislação? É um equívoco, então, o que o senhor está me falando.

R – É que, a partir da nova lei, eles entraram com um modificativo.

P – Mas o prédio do Santander já estava funcionando.

R – Sim, mas o empreendimento era único e incluía todos os prédios, não só o do Santander. Eles entraram com um modificativo na Sehab e assim entraram na nova lei. Um dos requisitos da nova lei era que os empreendimentos em análise poderiam optar pela nova lei. Isso foi estipulado na Sehab, não na SMT.

P – Mas na lei não está isso.

R – Está nos dispositivos transitórios.

P – Não, não. Veja bem, a primeira fase é uma etapa.

R – É uma etapa.

P – Foi construída e teve as contrapartidas, inclusive nós pressionamos, se não me engano, a quarta faixa da Marginal na época.

R – Isso.

P – Conseguiram a licença de funcionamento para o empreendimento Santander.

R – Santander.

P – Não existia essa legislação quando conseguiram ter a licença de funcionamento daquele prédio. A legislação veio posteriormente ao funcionamento do Santander. Posteriormente, entraram com outro projeto de ampliação, não sei.

R – Uma modificativa.

P – Modificativa, não sei. E aí a construção do *shopping*, de uma torre em cima. Uma ou duas.

R – Duas.

P – Duas em cima do *shopping* e mais um prédio anexo. É isso?

R – Isso. O antigo prédio da loja da Daslu.

P – Então, vai ter um prédio lá também.

R – Vai ter um prédio de escritórios na antiga loja da Daslu.

P – E essa é a segunda fase?

R – Isso.

P – Certo?

R – Certo.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, só para aproveitar essa pergunta do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor. Ao Sr. Ricardo?

O SR. ADILSON AMADEU – Isso. Duas etapas. É isso que o senhor falou?

O SR. RICARDO LAIZA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já na nova legislação.

O SR. ADILSON AMADEU – Sendo que ainda tem mais um prédio para construir.

O SR. RICARDO LAIZA – Sim, tem. O prédio da Daslu vai ser transformado num prédio de escritórios. Isso seria o término da segunda etapa. Construíram hoje o *shopping* e as duas torres de escritório em cima do *shopping*, que são o bloco C, D e E. O bloco B, que é o último, é o prédio de escritórios, onde funcionava a antiga loja da Daslu.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas a conclusão também é parcial, porque parece que ele concluiu...

O SR. RICARDO LAIZA – Só o *shopping*.

P – A torre não está concluída e só vai funcionar, segundo testemunho, daqui a oito meses. E o prédio da Daslu também não foi concluído.

R – Não, não.

P – Nem iniciou?

R – Nem iniciou.

P – Então, vai ter que ter alguma coisa parcial, da mesma forma que teve...

R – Sim, sim.

P – Então, por que essa dificuldade de ter esse TRAP relativo somente ao empreendimento do *shopping*? Até porque, segundo o empreendedor, que aqui esteve, ele já entregou 50% das contrapartidas de todo o empreendimento da segunda etapa. Disse que a não edificação do viaduto foi por conta de não ter as licenças ambientais. Como quem autoriza é o Município, a obra em questão está retardada. Por que essa dificuldade, uma vez que na lei consta que o Executivo poderá e não deverá? Por que para alguns é dado o TRAP e para outros, não? Esse é o nosso questionamento.

Queremos verificar também se a legislação que aprovamos aqui em 2010 realmente está surgindo efeito, porque esse foi um caso que veio à tona, e queremos entender por que está nessas condições essa indefinição em relação a esse empreendimento específico.

O senhor sabe – falo como Vereador, porque presidi CPI do IPTU, dentre outras, se o empreendedor não adquirir o habite-se até dezembro, quanto a Prefeitura vai perder de IPTU? Se o senhor der o habite-se para ele somente em fevereiro de 2013, ele só vai lançar o IPTU em 2014. O senhor sabia disso?

R – Não. Eu não tenho detalhes.

P – Mas eu sei disso. Então, temos que ter bom senso. Eu não tenho procuração para defender ninguém; inclusive já tive até atrito com esse empreendedor, mas estou querendo dizer que temos que ser justos, temos que ser coerentes e temos que ter equilíbrio nas decisões, senão acabamos tendo problema em relação à proposta da lei, que é dar agilidade e respeitar o que o Executivo determina. Mas o empreendedor também tem os seus direitos. Os dois têm que ter direitos e deveres; não só para um lado, nem só para o outro.

Então, eu queria entender por que a Prefeitura não está dando o TRAP, porque daria para dar, de acordo com a legislação, sendo que o empreendedor depositou caução com valor do dobro da obra que deveria fazer. Segundo ele, já foi feito 50% e tem que fazer ainda o viaduto e uma passarela para ciclovia. É isso que falta?

R – Isso, isso.

P – Por que não foi dado o TRAP? Sou transparente, sem problema algum. Quando fizemos a legislação, percebemos que dificultavam muito, dando-se a entender o que estamos lendo nos jornais ontem, antes de ontem e hoje sobre o problema da Sehab: dificultava-se para vender facilidade. Então, o nosso objetivo foi criar uma legislação mais transparente possível, deixando bem claro quais eram as obrigações de cada lado para que não houvesse esse tipo de problema que estamos lendo nos jornais, porque, quando se dificulta, vende-se facilidade também. Sabemos que funciona assim.

Foi dessa forma que criamos essa legislação.

Quero saber por que não está dando o TRAP, sendo que anteriormente já deu para diversos empreendimentos - e eu sei quais. Não havia nem a legislação de hoje que pode ter o TRAP. Antes tinha de dar o TRAD e não poderia iniciar sem o TRAD, mas abriram várias exceções, desrespeitaram a lei alegando que tinham 3 mil funcionários para começar. Aqui não é diferente. Quero entender isso.

O SR. RICARDO LAIZA - Na questão da emissão do TRAP, de fato, emitimos e temos a preocupação, no âmbito técnico, de ser bastante transparente também. Todos os processos de polos geradores são públicos e à disposição de todos. Eu sou responsável, hoje, por eles e a minha primeira preocupação é como servidor público, sem dúvida nenhuma.

Inclusive, com a nova lei, tivemos participação com vocês de justamente criar uma lei que estabelecesse uma tranquilidade maior para nós na análise de todos esses empreendimentos.

No caso do TRAP, pelo nosso entendimento, cabe nesse empreendimento quando terminar todas as medidas mitigadoras da etapa 2. Os TRAPs que já emitimos são referentes ao término das medidas mitigadoras previstas em cada etapa.

Ele pode ter tido problemas de não conseguir executar a tempo, como ele alega, e isso a própria lei coloca clara a análise do pedido do TRAP. A alegação de que as medidas não foram cumpridas em função de impedimentos de força maior, que é o que estabelece a lei, é mediante uma análise desse impedimento e se, de fato, houve os problemas.

Da parte da SMT, na questão dele inaugurar o empreendimento hoje, mesmo com todos os problemas de IPTU, ele vai criar um impacto que não vai estar mitigado e a construção do viaduto – que é essa mitigação – leva a um prazo muito grande.

Se fosse uma medida que ele estivesse fazendo para terminar daqui a alguns meses ou até o final do ano estivesse pronto, eu acho que esse bom senso, enquanto uma análise técnica – fala que vai ter um problema gerado pelo funcionamento, mas que será logo resolvido –, mas o viaduto, nós da Engenharia de Tráfego, sabemos que a obra levará, no mínimo, de 12 a 18 meses para construir. Esse seria o período que o impacto para a Cidade não estaria mitigado. Então, na questão técnica, a gente não pode afirmar que ele possa estar funcionando sem essa medida mitigatória.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A segunda fase são para quais empreendimentos?

R – Para o shopping, as duas torres de escritório e mais a terceira torre.

P – Cada bloco ou cada edificação, vocês fizeram uma análise, certo?

R – Sim.

P – Quantas vagas deve ter o shopping e qual é o polo gerador?

R – Eu já respondo. Eu tenho os números aqui.

No shopping são 1740 vagas.

P – No prédio que tem em cima, quantas vagas? São dois prédios de escritórios. Quantas?

R – Um com 411 e o segundo com 683.

P – E o outro escritório, da Daslu?

R – 852 vagas.

E já estão em funcionamento 2.417.

P – Estamos falando do shopping, 1700 vagas, certo?

R – Certo.

P – Em todos os outros empreendimentos, as duas torres de escritório e mais a Daslu, em 1946, certo?

R – Certo.

P – Não tem mais nada?

R – Tem a do Bloco A que é a do Santander.

P – Que já cumpriram as contrapartidas.

R – Já cumpriram as contrapartidas.

P – Para mim não interessa a legislação anterior.

R – É que o impacto é somado.

P – Não. Sim, o impacto é somado, mas já foi feito.

Veja bem, o impacto é somado, mas vamos lá. Quando eles fizeram a primeira etapa, não tinha a segunda etapa.

R – Sim.

P – Os senhores são responsáveis para falar quais eram as contrapartidas.

R – Isso.

P – Foi atendido?

R – Sim. Foi atendido.

P – Foi atendido, certo?

R – Certo.

P – Muito bem. Estamos falando da segunda etapa. O shopping tem 1700. O que eles estão alegando que querem abrir, que tem 3.800 funcionários aguardando, está tudo pronto, é o shopping. 45% do empreendimento em relação às contrapartidas, certo? 1700 vagas contra 1946 vagas.

R – Sim.

P – Vocês que definiram isso.

R – Isso.

P – Não sei o que gera mais polo gerado de tráfego, talvez o shopping, os escritórios.

R – Os escritórios geram mais no horário de pico.

P – É. Eu fui lá umas 19h, sem esses empreendimentos, e não dá para andar.

R – Então, é justamente isso. A região está com essa...

P – Tudo bem.

O que ele fez nas contrapartidas da segunda fase?

R – Ele iniciou agora ampliação do complemento da quarta faixa na Marginal Pinheiros, antes do Viaduto Ari Torres, e executou um trecho da ciclovia...

P – Um trecho ou concluiu a contrapartida em relação à ciclovia?

R – Não, ele fez um trecho até...

P – Que era a contrapartida.

R – Que era a contrapartida, isso.

P – Quais eram os itens da contrapartida além da quarta faixa da Marginal?

R – O viaduto, a passarela para a ciclovia do Parque do Povo e a ciclovia até o Parque Villa Lobos, essa que ele fez.

P – Foi concluído?

R – Foi concluído.

P – Ok. A quarta faixa da Marginal?

R – Ele iniciou as obras.

P – Não concluiu?

R – Não.

P – E qual é o prazo de término?

R – Ele diz que em seis meses ele termina.

P – A quarta faixa da Marginal?

R – É a complementação da ampliação da quarta faixa.

P – Por que ele não iniciou a quarta faixa? Precisa de autorizações da CET?

R – Ele alega que foi...

P – Ele alega não. O senhor me desculpe. O senhor é Diretor da CET e sabe bem o que aconteceu ali. Ele alega não. Por exemplo, ele veio há seis meses e disse que queria fazer e deu entrada ao processo. Vocês autorizaram na hora?

R – Sim. Está tudo autorizado.

P – É isso o que eu quero saber.

R – Por isso que estou falando. Eu estou justamente para passar a limpo também. Nós autorizamos todas as medidas e os projetos que eles precisavam de autorização para iniciar.

P – Autorização ambiental e tudo?

R – Não. Estou falando da nossa parte de SMT. Da nossa parte, enquanto os projetos que nós estipulamos como medidas mitigadoras, eles tiveram todas as aprovações na época que foi pedido.

P – Das obras de execução?

R – Na execução, eu não posso...

P – Sim, mas vocês falaram: tem de fazer isso, isso e isso. Ele tem de consultar os órgãos que concedem as licenças da Prefeitura.

R – Sim.

Não pode fazer assim. Não está autorizado.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Ricardo, o senhor tratou diretamente com o W.Torre?

O SR. RICARDO LAIZA – Sim, já tive reuniões.

P – Quantas vezes o senhor esteve com ele, com o W.Torre?

R – Com o Walter Torres, uma vez só.

P – Aonde? No escritório dele?

R – Não, não. Na Secretaria, quando ele estava discutindo justamente as medidas mitigadoras.

P – Fora isso, o senhor tratou com quem deles?

R – Com os diretores responsáveis que fazem esse tipo de trabalho junto a nós.

P – O senhor pode me citar o nome de algum deles?

R – Francisco Caçador.

P – Esteve várias vezes com o senhor?

R – Sim, sim. Várias vezes.

P – Dez, vinte vezes?

R – Acredito que em torno de umas dez. Além dele, os funcionários ligados a ele sempre estiveram junto ao nosso departamento que cuida e trata de toda a tramitação.

P – Mas nada saía se não falasse com o senhor?

R – Não, não.

P – O senhor é engenheiro de carreira?

R – Sim, sim.

P – Há quantos anos o senhor está trabalhando no Município?

R – Há 32 anos.

P – Para mim, tem uma grande estranheza isso, os senhores não terem liberado esse empreendimento. Precisava até pegar as fitas que o Sr. W. Torre falou, para irmos em cima do que ele falou e irmos perguntando ao senhor,

Em 25/05/11 ele deu entrada lá e tudo ficou parado. Depois que começou a sair as notícias nos jornais, os senhores começaram a soltar as licenças.

R – Não, não foi... Acontece o seguinte, existem vários... Não são licenças, são projetos de sinalização. O que nos cabe é projeto de sinalização viária e que esses projetos já tinham sido..., já tinham dado entrada para análise e aprovação final. Isso, ao longo do prazo, desde quando ele iniciou o processo, desde a construção da primeira fase, essa... Quando se inicia no processo de polo gerador, quando o empreendedor entra com o pedido de segunda fase, que é justamente a aprovação dos projetos de mitigação. Dentro do processo, ele entra com os projetos; fazemos a análise e aprovamos. Isso é um processo que não é em um único momento, são vários momentos, porque, inclusive, os projetos têm vários comunicados até a aprovação final.

P – A minha estranheza é que começou a sair tudo de 20 dias para cá. Como ele queria construir e iniciar as obras antes se não saía a documentação?

R – Mas a obra, ele já havia tido a aprovação do projeto da obra. Os últimos que saíram foram os projetos de sinalização, que são complementares à obra. Para ele executar a obra, ele já tinha o projeto aprovado por nós, já havia dado entrada em Siurb e o projeto estava para ser aprovado em Siurb, não por nós.

P – Nada a ver, mas tudo a ver, porque fica a cem metros do local: por que vocês travaram a Juscelino Kubitschek, na lateral?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Para fazer obra.

R – Desculpe-me, mas não entendi.

O SR. ADILSON AMADEU – Para fazer obra? Juscelino Kubitschek, sentido Marginal? Tem um estacionamento clandestino que está liberado, que a Prefeitura ainda não foi fechar, do lado direito, um grande estacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Ricardo, é fácil. A Juscelino Kubitschek, ia direto para a Marginal. Agora, tenho de fazer um balão. Por que está parado aquilo?

O SR. RICARDO LAIZA – Não, não é que está parado. Aquilo é uma alteração, na geometria daquele cruzamento, para termos capacidade maior no cruzamento. Aquilo era uma obra que ele executou e que estava incluída na primeira etapa.

O SR. ADILSON AMADEU – Quantas obras iguais a essa, da geometria - os senhores falam tanto do trânsito, que hoje já tínhamos 70 quilômetros de congestionamento só na Vinte de Três de Maio – quantas ruas e avenidas os senhores travaram? Porque ali foi travado o trânsito. Estou buscando outro assunto, porque, depois, quero perguntar também ao senhor da SMT, o senhor é Procurador?

(NÃO IDENTIFICADO) – Procurador.

P – O senhor é de carreira?

R – Sim.

P – Há quantos anos o senhor está na divisão?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor, por favor, se identifique.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – João Batista da Silva, sou Procurador do Município. Estou na Prefeitura há 12 anos; na Secretaria Municipal de Transporte, há dois anos.

O SR. ADILSON AMADEU – Há dois anos?

R – Há dois anos.

P – Muito bem. Quantos Traps foram emitidos pela Secretaria, nesses dois anos?

R – Não me recordo, Excelência.

P – O senhor tem condições de dar uma relação de todos que foram emitidos?

R – Não tenho.

P – Não tem?

R – Não tenho.

P – Por quê?

R – Porque nem todos passam diretamente por mim. Somos vários assessores na Secretaria.

P – Mas os que passam pelo senhor, o senhor tem condições de oferecer a relação?

R – Não tenho. Assim, de memória, não tenho.

P – Não, não é de memória. Estou pedindo se o senhor puder fazer um levantamento e oferecer para esta Subcomissão, porque é importante.

R – Posteriormente, sem dúvida alguma, Excelência.

P – Posteriormente, quanto tempo?

R – No tempo que V.Exa. determinar.

P – Não. Gostaria que o senhor ficasse à vontade, até para fazermos comparações.

R – Dez dias?

P – Ótimo. Agradeço muito. Até para fazermos comparações do que está acontecendo na cidade de São Paulo.

R – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já fizemos um requerimento. Creio que já pedimos todos os Trads e Traps que foram feitos desde a nova legislação. Creio que já aprovamos o requerimento. Os senhores já receberam?

– Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, depois o senhor manda.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – Sr. Presidente, se o senhor me permite apenas uma informação adicional em relação a esse caso da Torre?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Claro. Por favor.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – Há uma liminar, do Tribunal de Justiça, determinando que não seja emitido o Trap. Há uma ação civil pública...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não estou discutindo o mérito do Poder Judiciário, até porque na decisão do Poder Judiciário, ele deixa claro que poderia a Prefeitura, no entendimento dela, ter dado o Trap. Está lá. Isso aqui é competência do Município, não é do Poder Judiciário. O senhor me desculpe, Procurador.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se o Executivo quiser, pode dar o Trap, sem problema algum, o Trad não, mas o Trap pode. E não precisa ir para juízo.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – A decisão condiciona.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com todo o respeito, o bom senso. Essa lei foi feita para o bom senso, para que não houvesse impedimento para alguns e facilidades para outros, e está subjetivo. Vamos mudar também. Vamos colocar: “deverá”, porque se ele tem de passar pelas autorizações, falo muito à vontade. Pode vir Ministério Público, Poder Judiciário me fiscalizarem. Estou bem à vontade. Senão, não estaria batendo do jeito que bato. Estou bem à vontade, bem tranquilo. Não sou tendencioso a lado algum.

Agora, se você faz uma legislação onde são criadas as condições para que os dois lados possam fazer a sua parte, e, aí, você pega: ele tem autorização da CET. Depois da CET, ele tem de ir ao Depov. Aí, tem de pedir autorização na Subprefeitura. O senhor sabe quanto tempo demora isso? Eu não sei. O senhor sabe quanto tempo demora? Em quanto tempo sai? O senhor acompanhou esse processo, o senhor deve saber, então o senhor vai me falando. Aí, ele tem de ir à Siurb para poder fazer obra, senão ele não faz. Ninguém faz nenhuma obra na Cidade sem autorização do Município. Ou faz!? Só CET? Não. Depois, ele tem de ir à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para ver o impacto ambiental. Segundo a pessoa que esteve aqui, a última autorização saiu há uns 20 dias. Quer dizer, como pode entregar alguma coisa e vocês...

Quando houve a contrapartida das diretrizes? Foi em 25/05/11. Não foi isso? O senhor sabe? Tem aí o processo?

O SR. RICARDO LAIZA – Sim, sim.

P – O senhor pode me falar? Eu é que estou falando. Quero informação do senhor. O senhor confirma em que dia saiu a Certidão de Diretrizes?

R – A última Certidão? Não, a autorização é uma coisa, a certidão é outra.

P – A Certidão saiu já com atraso da lei. Sei que saiu porque ele me informou aqui. Deveria ser em 60 dias e saiu quase em 120 dias.

R – Certidão?!... Ah, sim.

P – Já descumpriu a lei. Aí, depois, no dia 25/05 saiu a autorização para a construção. Não é isso?

R – A construção, não...

P – Da via. Aí, as autorizações não dependem do empreendedor, dependem da autorização municipal.

R – Sim.

P – Então, aqui está: “Artigo 12. No caso da impossibilidade...”,

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor é formado, Procurador do município, de carreira, concursado. O artigo 12º diz que, no caso de impossibilidade do cumprimento das exigências estabelecidas nas certidões de diretrizes, por fatores alheios a sua atuação, o empreendedor poderá apresentar pedido autônomo à Secretaria Municipal de Transportes. Foi feito isso? Apresentaram o pedido autônomo?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Apresentaram.

P – Para quê?

R – Para a Secretaria. Entraram com um pedido de TRAP.

P – Muito bem. Poderão apresentar pedido autônomo à Secretaria Municipal de Transportes, contendo os elementos justificativos da inviabilidade à solicitação do novo prazo, e a indicação de garantias de aporte financeiro, para execução das obras necessárias. Certo?

R – Certo.

P – Muito bem. O pedido apresentado pelo empreendedor será analisado pela Secretaria Municipal de Transportes, que poderá emitir o TRAP, Termo de Recebimento e Aceitação Parcial, oficiando à subprefeitura competente para adoção das providências necessárias. As garantias mencionadas, no *caput* desse artigo, serão efetuadas através de caução em dinheiro ou fiança bancária, no dobro do valor da obra ou serviço a ser executado pelo interessado. Isso foi feito?

R – Essa informação...

P – O senhor sabe, pelo amor de Deus. Não me fale uma coisa como essa.

R – Desculpe-me, Sr. Presidente, a minha atribuição...

P – Mas se fizeram o pedido para o senhor, seguiram a lei.

R – Não, fizeram o pedido para a Secretaria Municipal de Transportes, não para mim.

P – E encaminharam para o senhor? Ninguém consultou o senhor?

R – Para mim chega a análise técnica, de que se esse...

P – O Sr. Procurador sabe ou não que foi feita a caução? Então, se o Procurador sabe, o senhor também sabe. Não é possível.

R – Mas, estou falando...

P – O senhor é diretor, superintendente do planejamento...

R – Eu sou o responsável pela análise e o TRAP. Ele poderia ser dado, se o impacto de se emitir o TRAP... Nessas condições de não feitura de medir os mitigadores que ainda estão para serem cumpridos, será visto se há impactos ou não.

P – O senhor falou que havia 1.900 mais 1.700 vagas.

R – Sim.

P – Que só iriam usar 1.700 e 1.900 ainda não teriam; e que poderia talvez ou não... O senhor tem isso por escrito ou fez verbalmente? Consultaram o senhor oficialmente ou verbalmente?

R – Oficialmente.

P – Então, o senhor tem um encaminhamento, um pedido por parte da...

R – Eu não tenho aqui...

P – Mas o senhor veio aqui e sabia do caso.

R – Eu sei do caso. As competências...

P – O senhor falar que não sabe que foi depositado... São Paulo inteiro sabe. Isso está nos jornais.

R – Se foi depositado a caução, eu não tenho conhecimento.

P – O Procurador sabe?

O SR. JOÃO BATISTA – Sr. Presidente, sei que apresentaram a proposta de caucionar. Isso foi para a Secretaria Municipal das Finanças, mas não chegou a ser depositado. A informação

que tenho é que não chegou a ser efetivado o depósito.

P – Onde estão as cópias, por favor?

R – Se foi efetivado o depósito, essa informação não retornou a mim.

P – Então, estão dificultando para vender facilidade. Eu não sei quem, pelos escândalos que estamos vendo, pelos jornais, podemos concluir. Eu não tenho problemas, graças a Deus.

R – Nem eu.

P – Essa Prefeitura é uma vergonha.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, eu vou ser sincero, tanto para os Srs. Ricardo e João Batista. Tivemos dificuldades, porque os senhores responderam só ontem que viriam aqui. Essa é a informação que tenho. Não confirmaram. Aí hoje os senhores vieram. Eu, Adilson Amadeu, fico muito agradecido. Ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, sem dúvida alguma, digo vamos precisar da sua gentileza, Sr. João Batista, e outros funcionários também, para que venham aqui, novamente, talvez na semana que vem ou a próxima. Aí o senhor trará todos os dados técnicos e pareceres. Então, o senhor sabe, mais ou menos, o que queremos. Aí o senhor vai trazer tudo e vamos batendo o que aconteceu. Ninguém tem procuração. Muito pelo contrário, não tem nem conhecimento com o dono da empresa ou coisa parecido. É que é fato ocorrido, na imprensa, mostra que mais um empreendimento fechado, quando estava para ser inaugurado, veio o empresário e falou que os senhores deixaram a desejar. Então, vamos ter de fechar essa conta aí direitinho.

Sr. Presidente, estou fazendo essa minha colocação. Depois precisamos aprovar esse requerimento. Ficamos sabendo somente ontem, nobres Vereadores Aníbal de Freitas e Wadih Mutran, hoje de manhã que tive certeza de que estariam aqui os representantes da Secretaria Municipal de Transportes. Eles podem pegar todos os dados e trazer aqui para conferirmos. Também estou pedindo toda a fala que o empresário teve aqui com os seus representantes técnicos, para começarmos a entender um pouco essa questão. Sem dúvida alguma, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente também vai ter de vir aqui para explicar um pouco por que demorou tanto e, em uma semana, liberou a licença.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Como também não sabíamos qual seria a pauta, sua sugestão é bastante conveniente, porque eu tenho toda a tramitação disso. Com tranquilidade, consigo responder todos esses questionamentos. No processo, às vezes, as coisas acabam fugindo da nossa governança, mas a dificuldade maior é na aprovação de projetos de sinalização, que nos afeta. As outras aprovações são a partir disso. Muitas vezes, o próprio projeto que o empreendedor apresenta não está em condições de ser aprovado. Quanto a esse caso especificamente, acompanho como outros, mas com muito mais cuidado. Houve toda uma repercussão. Temos um controle absoluto de toda a nossa aprovação, do que foi cumprido e o que não foi cumprido, passo a passo. Há todas as alegações. Por isso que, no começo, eu falava: “Ele alega”, porque, na questão do cumprimento da medida, a lei também é clara. O empreendedor tem de estar preparado, com toda essa tramitação que há na Prefeitura, para que o começo do processo de início da mitigação seja feito muito antes do término da obra. O que fazem, normalmente, não nesse caso, como em outros? Vão adiando a execução da medida, e depois, aí sim, o município, todos nós achamos que a obra foi terminada, mas a mitigação não foi feita.

P – Muito bem. Quando entraram com a pedido de aprovação do projeto e a certidão...

R – Não tenho isso aqui agora.

P – Mas está aqui. No dia 29... Ele entrou em dezembro de 2010 e saiu em 25 de maio de 2011.

R – Sim, esse é o tempo total que ele levou, não só na CET.

P – Sim, mas os senhores já atrasaram... No processo CET, foi feita uma legislação, porque a Prefeitura sentava há quatro anos. O senhor sabe disso?

R – Sei.

P – Em cima de um projeto, para falar qual era a certidão de diretrizes. Isso é dificultar para vender facilidade. É isso. É a corrupção que existe na Prefeitura, e a gente sabe disso. E eu falo, abertamente, sem problema nenhum. Podem me processar. Está aí nos jornais. Não estou eu que estou falando. Para isso que mudou a legislação, para que não houvesse esse tipo de desvio, de comportamento de algum servidor. Não estou falando do senhor.

R – Sim, sim.

P – Estou falando que observamos isso. Como é que pode um processo andar, em quinze dias, e o outro ficar, por quatro anos, esperando? Há alguma coisa errada ou então não há competência a Secretaria Municipal de Transportes para falar: “Olha, você vai construir aqui? Então, vai trazer um impacto. Você vai ter que fazer isso, isso e aquilo”.

Não foi o senhor que estava à frente dos trabalhos quando realizamos a subcomissão em 2005. A Secretaria Municipal de Transportes atestou que era incompetente para realizar as obras. A Prefeitura atestou que não realiza isso; tem uma SURB, mas não faz isso. É um absurdo. Entendemos que era melhor o empreendedor fazer, em vez de ser depositado o dinheiro. Ótimo, então, ele tem interesse em abrir o seu empreendimento e há velocidade e celeridade na execução da obra. Foi isso o que verificamos.

Quanto tempo demorou para se fazer o anexo novo do Aeroporto de Congonhas e as garagens? Por quantos anos isso ficou na Justiça? Por causa de meia dúzia de árvores? Isso é contra a vontade de quem queria fazer, o próprio Governo, o Governo de São Paulo, a União, todo mundo. Então, a gente tem de olhar bem quando a gente faz uma legislação. Foi nesse sentido que fizemos. Se for vontade alheia do empreendedor, ele pode ter o TRAP e depositar em juízo ou por meio de fiança bancária, no caso aqui, de 84 milhões, dados em garantias em fiança bancária. Isso deve ser 75% maior do que já foi feito. Digo isso porque foram feitas várias intervenções. Então, falta somente um viaduto e uma passarela. Dos 42, deve ficar nos 20, 25 ou 30. Foram depositados 82 em garantia. Se tivesse um inquilino que não cumprisse as coisas, pegaria todo o dinheiro e faria muito mais obras. A Prefeitura não tem competência para realizar viadutos. Então, isso não interessa. O TRAP poderá ser dado. Gostaria que o senhor explicasse, tecnicamente, porque não estão dado esse termo. Só o *Shopping Bourbon* paga de IPTU 7 milhões de reais por ano. Esse *shopping* novo, uma obra nova, vai pagar aproximadamente quanto? O senhor sabe quantos metros quadrados há?

R – São 50 mil metros quadrados.

P – É mais ou menos o tamanho do *Shopping Bourbon*. Aqui vale mais do que lá. Serão gastos uns 10 milhões de reais de IPTU por ano.

R – Referente à questão técnica, o TRAP é a não execução do viaduto. Quanto ao impacto da geração viária do *shopping* e dos escritórios, há necessidade do viaduto, para ampliarmos a capacidade da Marginal Pinheiros. O viaduto é a última parte daquela obra de alargamento, que elimina o último entrelaçamento que há entre a Avenida J.K. e a Ponte Cidade Jardim. O impacto do *shopping* e de escritórios estão em torno de mil veículos/hora no horário pico. É justamente por isso que o viaduto vai acabar mitigando. Ele não vai melhorar a situação. Vai permitir que não seja piorado do que já foi incrementado em viário.

Na análise técnica, enquanto se emitir um TRAP, para que possa funcionar, o impacto que será gerado para não execução do viaduto também é um ônus que o município teria de estar...

P – Mas para que serve o IPTU que eu pago caro?

R – É o orçamento da Prefeitura.

P – É para fazer intervenções na cidade. O Estado e o município estão para servir à população; e não para se servir. É isso o que está acontecendo. Não é isso?

R – É isso.

P – Agora, quando há vontade alheia de eu fazer a minha execução, o que faço? O que diz a lei? O senhor não tem autorizações. Só saiu a autorização agora. O que faço?

R – Entra com o pedido de TRAP.

P – E por que isso foi negado? Tecnicamente? O senhor está olhando o empreendimento como um todo, como se estivesse sido concluída toda a segunda fase.

R – Não, não.

P – Foram entregues várias documentações aqui. Foi trazido só o pedido de abertura do *shopping*. Não é toda a segunda fase?

R – Só a abertura do *shopping*. No pico da tarde, na Marginal Pinheiros, a nossa estimativa é em torno de mil veículos/horas.

P – E por que, no Bourbon, na época em que fomos lá, quando não existia a nova legislação, mas a antiga, não havia a possibilidade de licença provisória? A Prefeitura fazia esses absurdos, os quais corrigimos na forma da lei. O senhor sabe disso, Procurador? O senhor está

lá apenas há dois anos. Antigamente, ao se fazer uma cartinha, podia. Aí fomos lá. Estou falando do Sr. Orlando, Secretário Municipal de Controle Urbano e ex-Secretário Municipal de Habitação. Vamos conversar com S.Exa. Fomos lá com a comissão. Lembro-me que alegaram que há um *shopping* igual a esse. O Sr. Orlando disse que havia 3.600 funcionários, não poderia deixar os trabalhadores sem emprego e isso era um problema social. Isso está nos jornais. Aí pode? Não sei que interesse é esse. Engraçado, dificultam de um lado e facilitam de outro.

Agora mesmo a Prefeitura quer realizar uma obra. Querem passar isso na Câmara. É um absurdo. Há um templo de uma igreja em Santo Amaro em cima de uma rua. Aí pode? Há interferência do Sr. Prefeito atrás dessa decisão ou é apenas uma questão técnica?

R – Estou falando da questão técnica.

P – Só técnica? Está bem. Quero entender como para um, S.Exa. fala que havia mais de 3 mil empregos e não havia quase nada de contrapartida. Aliás, é uma vergonha as contrapartidas do *Shopping Bourbon*. Diz que falaram com o Papa, que os abençoaram.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, deixe-me fazer um resumo. Já fomos para o *Bourbon*. Qual o problema todo desse imbróglio do J.K.? O empreendedor quer abrir o *shopping*, só que fala que quanto a tudo o que se pede, a todas as exigências, dá entrada. Só não há isso porque o processo da Prefeitura é um pouco lento. Também sou engenheiro de carreira da Prefeitura. Tenho 27 anos de Prefeitura. Quanto tempo demora um projeto como esse, em média, para ser aprovado ou para liberar um empreendedor, a fim de fazer um empreendimento?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Vou responder o que se refere a minha área.

P – Não, da parte do CET.

R – A aprovação nossa está dentro dos limites estipuladas na própria lei. Além dos 60 dias da própria certidão, que tentamos controlar isso, há uma aprovação da entrada de sinalização ou de geometria, para aprovarmos um projeto fundamental de geometria, que dura, no máximo, quinze dias. Às vezes, um pouco mais, um pouco menos, mas, em média, a nossa aprovação de qualquer projeto é de quinze dias. Os outros procedimentos, em outras esferas da Prefeitura...

P – Aí é complicado.

R – Também é importante dizer que, às vezes, há um entendimento errado do próprio empreendedor. Isso ocorre em todos os polos geradores. Entram com um projeto muito mal feito para falar: “Entrei. Quero que aprove rápido”. Só que para isso...

P – Vou chegar aí.

R – Emitimos um comunique-se muito rápido, para que seja feito o que está errado. Ele leva muito mais tempo do que a nossa análise para responder e acertar o projeto.

P – O Sr. Walter Torres veio aqui e falou: “É sempre imediato”. Quer dizer, os senhores comunicavam, eles já vinham um dia, dois anos, e, prontamente, iam lá. Isso aconteceu ou não? Ele falou que cumpriu tudo e tudo está protocolado. Há um ritual feito lá. Quando o Vereador Adilson Amadeu falou para todos virem prevenidos, o que escutamos na primeira vez? O Sr. Walter Torres veio falando que tem todos os documentos. Trouxe toda documentação para esta Subcomissão, quer dizer, estava o mais perfeito possível. Logicamente, temos de ouvir todos os lados.

Quando foi ele foi dando entrada, vocês prontamente atenderam?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Fizemos tudo, a partir da legislação nova, nos preparamos na CET para, de fato, cumprir os prazos previstos. Incrementamos equipe, tivemos condições de - não só esse, como os outros polos geradores - dar uma agilidade bem maior e, com certeza, garanto que fizemos a análise e a aprovação disso no tempo previsto; não só o dele, como de outros. Agora, problemas existiram no meio do caminho de atendimento de “comunique-se”, até com relação à mudança de projeto por parte dele. Por exemplo, o viaduto teve várias versões de projetos, não houve uma única versão.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Parece que eles se prontificaram a fazer um projeto.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Isso, eles fizeram até um projeto. Tenho como provar aos senhores tudo isso, possui as datas de aprovação.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Ricardo, até acredito que 15 dias, se ele fizer isso, é um tempo

fantástico. Até precisaria de mais, pelo tamanho do que é, mas na próxima vinda, o pessoal fez um trabalho fantástico. Estão superdocumentados. Gostaria, como funcionário público, que vocês viessem documentados de tudo isso para nós contrapormos ou falarmos que erramos, retardamos ou não tivemos condições. Para quem está de fora, tudo parece fácil. Não é fácil. Sabemos o que temos de problemas dentro de uma Prefeitura. Logicamente, precisamos sempre modernizar, aperfeiçoar, mas nunca conseguimos isso. Um dia, seremos um Governo que vamos melhorar isso.

O que falta para liberar, por parte da CET, o Shopping JK?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Da parte da CET, o que nos cabe, está tudo certo. Sob nossa análise, a liberação não nos cabe e liberando o shopping sem a mitigação, vai dar problema? Sim. É isso.

P - São várias Secretarias, alguém tem de começar a falar: "Da minha parte está bom, da minha parte está bom..." Esse é o problema, precisamos chegar a um acordo. Como vocês estão aqui, vamos perguntar. O que está faltando...

R - Fazer o viaduto...

P - Aí não, inclusive, o viaduto – você vai me desculpar -, seria para atender quando tiver todo o complexo. Está certo? E a lei fala, em seu artigo 12 que – então, precisamos tirar esse artigo -, se não tiver alguma coisa pronta, paga em caução, que vai fazer, existe o compromisso de fazer. Então, não precisa disso. Como se tira essa lei? O Serra dizia assim: "O que precisa ser feito? Tira a lei, assina a lei, faz a lei, muda a lei. Faz que eu assino." Precisamos ver a contrariedade, porque se a lei fala que ele pode pagar o dobro ou caucionar – não sei qual seria o termo -, acho que aí não existe nenhum impedimento. Cumprindo a lei. Não sei se eu estou errado, Presidente.

Acho que alguém tem de assumir e dizer: "Está em condições." Ele fez um estudo – ele comentou -, que não altera em nada. Como foi? Não estou me lembrando... Que não vai alterar o trânsito, com ou sem o viaduto.

Você sabe alguma coisa sobre isso? Vou me aprofundar sobre o assunto e da próxima vez.

R – Não sei. Oficialmente, ouvi que ele faz comparações com outros shoppings. Agora, existem problemas na Cidade de regiões diferenciadas, os problemas são diferentes em cada local. Naquela região, há uma saturação maior do que em outras. Então, em nossa análise, só o shopping e o seu impacto, no pico da tarde, em relação à entrada é de mil veículos por hora na Marginal Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como os senhores autorizaram aquela entrada lateral? Não entendi isso, também.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Qual entrada lateral?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Santander tem uma entrada lateral pela Marginal.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Ali é só a entrada das ocas (?), não é do estacionamento.

P – Existe uma entrada lateral ali. Tem uma garagem de subsolo. Como os senhores autorizaram uma entrada, na Marginal, que reduz a velocidade?

R – Ali, pelo que estou lembrado – precisaria verificar melhor -, mas no projeto não existe autorização para isso.

P – Então, o senhor tem de ir lá fechar. Tem de denunciar. Como aquilo está aberto?

R – A Subprefeitura... De fato, não tenho esse conhecimento.

P – Mas a Subprefeitura não sabe. Quem deu as autorizações foram os senhores. O senhor é que pertence ao Departamento de Engenharia de Tráfego da Prefeitura. O senhor é Superintendente de polo gerador.

R – Mas não sou eu quem autorizo. Essa é a Subprefeitura.

P – Então, está em descumprimento?

R – Sim.

P – Então, peço à Assessoria que dê uma olhada, porque vamos pedir para fechar. Se o empreendimento está errado, vamos pedir para fechar ali. Por favor, Assessoria, verifiquem, vamos pedir o projeto, se não puderem entrar por ali, vamos pedir para fechar essa entrada.

R – Sim, acho que é o que precisa ser feito.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Ricardo, só para completar, então, quando houver uma próxima

reunião em que você esteja por aqui, se puder trazer esses dados, vamos trocar ideia com fatos, na versão de vocês.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Sim, eu trago todas as datas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Não acredito que sejam vocês os responsáveis pelo impedimento da abertura, existem outras Secretarias que são mais complicadas. Mas, acho que vocês têm de fazer algum gesto. Alguém tem de falar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma pergunta. Se o Secretário ligar e falar que tem de dar o TRAP, como faz? Só para eu entender.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Não sou eu quem dou o TRAP. É o Secretário.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Tecnicamente, pode ser dado...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É o Secretário quem dá o TRAP. Então, não é tecnicamente, é o Secretário que dá.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Não, queria perguntar, primeiro, técnica. Depois, na política.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Tecnicamente, é o que estou falando. A liberação do shopping impacta em mil veículos por hora a Marginal Pinheiros. O viaduto é o que mitiga isso. Essa é a resposta técnica para emissão do TRAP.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Então, tecnicamente, não se abre, só daqui a um ano e meio ou dois.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Pode haver uma decisão, até técnica...

P – Política. Tecnicamente, dois e dois são quatro e nunca muda.

R – Não, vou explicar a você, que é engenheiro.

P – Por mim, liberaria. Eu liberaria, seguiria a lei. Eu libero, não tenho problema algum em assinar isso, da minha parte.

R – Agora, liberando, também estou esclarecendo aos senhores que...

P – Nós da comissão queremos entender porque não abre.

R – Tecnicamente, a liberação pode ser feita com prejuízo do trânsito da Marginal Pinheiros. É essa minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, a Prefeitura precisa fazer a lição de casa - porque não faz . O Prefeito fica segurando aqui, nesta Casa, porque esta Casa anda quando o Prefeito coloca moedinha. Não é no mau sentido, é como o bonequinho, sabe? O telefone para funcionar, precisa-se colocar *coins*. Aí se liga.

Então, a reformulação do Plano Diretor da cidade de São Paulo, as melhorias e as infraestruturas que deveriam ser feitas, é de responsabilidade da Prefeitura. Nenhum país cresce sem infraestrutura. Na Europa, quando a Espanha e Portugal entraram na Comunidade Comum Europeia, comparem a infraestrutura antes e depois disso. Vão lá para ver. Aqui não temos nem garagem para estacionar. É uma vergonha. Lá o Governo faz tudo, faz funcionar e bem feito. Aqui é uma vergonha.

De quem é a culpa de que o empreendedor não fez o viaduto, porque os senhores têm conhecimento disso, foi encaminhado ao Secretário Municipal de Transportes. O Procurador deve ter. O Procurador recebeu isso. Deve ter estudado e falado juridicamente. Como na lei está escrito "poderá", o senhor pode não dar. Se estivesse "deverá", tinha de dar, não é isso?

O SR. JOÃO BATISTA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor.

O SR. JOÃO BATISTA - É exatamente como V.Exa. está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, o senhor pode, o senhor tem as cartas na manga e o senhor faz o que achar que tem de fazer, não é isso?

O SR. JOÃO BATISTA - A lei autoriza e V.Exa...

P – Poderá ou não. Está subjetivo, vamos mudar isso. Isso gera possibilidade de dificultar para vender facilidade.

R – Sem dúvida.

P – Não podemos permitir mais isso nesta cidade. É uma vergonha. Precisamos passar isso a limpo. Temos aqui: "O empreendedor..." Não vou ler tudo, porque ele esteve aqui, há disputa judicial com o ex-Secretário, não é isso? O senhor sabe do processo todo, não é?

R – Sei de ouvir.

P – Em dois anos, o senhor sabe. O Alexandre de Moraes ainda estava.

R – Ouvi falar.

P – Isso, o senhor já ouviu falar. Aqui está.

Ele fala: “Por oportuno, quando a melhoria do trânsito, em relação às obras de primeira fase, é vital esclarecer que as medidas implantadas WTorres solucionar o nó de tráfego que sempre houve na região, muito antes inclusive da inauguração da Torre São Paulo onde se encontra a sede do Banco Santander.” Isso é a primeira fase.

“Atualmente, mesmo em horário de pico, não se observa mais níveis elevados de congestionamento no local, estando o trânsito fluindo com maior agilidade.” Isso é verdade? Por conta das intervenções que foram feitas?

O SR. RICARDO LAIZA - Da primeira etapa, sim.

P – Quem fez aquela passagem do viaduto embaixo da Cidade Jardim?

R – Foi ele.

P – Foi ele que fez?

R – Foi. É a ampliação da quarta faixa.

P – É da segunda fase?

R – Da primeira fase.

P – Ele que fez?

R – Foi. Está no processo.

P – Foi feito por ele?

R – Foi feito por ele.

P – Eu não sabia.

R – Todo aquele projeto de melhoria nessa região, de fato, ela mitiga esse impacto do empreendimento. Eu sou responsável por isso e posso dizer. Agora, na questão...

P – Que vergonha! Estou envergonhado.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu fico envergonhado de tanta coisa, não dá nem para ficar mais vermelho. Não é o caso dos senhores, é o dia a dia, com o que o Sr. Prefeito faz com a população.

O empresário alegou que o pico do shopping não coincide com o pico do tráfego. Bate isso?

O SR. RICARDO LAIZA - Em parte. A demanda do shopping no pico da tarde coincide com o nosso pico da tarde. Então, o impacto de manhã, logicamente, não, porque ele abre depois do pico, mas o movimento no final do dia e início da noite - não só esse, como outros shoppings também -, impacta no pico da tarde. É isso que digo que o impacto de funcionamento de shopping é de mil veículos/hora, como em outros.

P – No movimento maior seria das 10h em diante e não das 16h30 às 19h30.

R – Mas o impacto no período da tarde é de mil veículos/hora entre 17h e 18h.

P – O senhor é que dá os pareceres para as TRAPs?

R – Sim. Eu sou o responsável pela análise técnica de todo o processo de polo gerador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor já deu algum parecer favorável para algum TRAP?

O SR. RICARDO LAIZA - Sim.

P – Quantos? Eu gostaria que o senhor encaminhasse para esta Comissão.

R – Encaminharei.

O SR. ADILSON AMADEU – Gostaria que o senhor lembrasse três, hoje, para mim.

O SR. RICARDO LAIZA – Quando o TRAP é dado, quando foi terminado o que está na certidão enquanto etapa, nós damos o TRAP.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor, por favor, lembre de três, como disse o nobre Vereador que o senhor deu agora. O senhor deve saber. Eu sei de 2005.

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor não quer ligar lá para ver se eles passam e o senhor falar para a gente?

O SR. ADILSON AMADEU – Vamos suspender, Presidente, para que ele possa ligar lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Enquanto o Sr. Ricardo faz as ligações, vou colocar requerimentos para deliberação.

- São lidos e aprovados os seguintes requerimentos: (oficiar o Departamento de Aprovações de Edificações relação de processos; oficiar o Sr. Prefeito de São Paulo cópia de denúncias anônimas recebidas em seu gabinete contra o ex-Diretor do Departamento de Aprovações de

Folha nº 52

Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon – RF 11.264
Técnico Administrativo – SGP.12

Edificações; oficiar as empresas Brookfield Incorporações e Sociedade Via Dome Empreendimentos; oficiar o empreendimento Shopping 25; oficiar a empresa TS4FLT; oficiar o representante legal da empresa Maroma Incorporadora Ltda.; oficiar o representante legal da empresa CJW Construção e Desenvolvimento Urbano Ltda.; oficiar a Cyrela Brazil Realty; Nova América Inside Park; Tera Faria Lima)

O SR. ADILSON AMADEU – Nobre Presidente, tenho aqui até o vídeo que fomos lá e fotografamos e depois quero mostrar ao Sr. Ricardo.

Acredito que o nobre Vereador Wadih Mutran tem algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Ricardo, o senhor já se lembrou de três que o senhor deu o TRAP?

O SR. RICARDO LAIZA – Eu fui buscar a informação e, de fato, efetivamente, o único que foi dado até hoje foi o da primeira etapa do WTorre. Foi dada entrada de pedido de TRAP para o Shopping Mooca, o Hospital Cepaco e o empreendimento da Brooksfield que foram negados. Então, o único TRAP efetivamente ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espera aí, não entendi, o senhor deu entrada onde?

R – Na primeira etapa...

P – Não existia legislação para dar TRAP.

R – Não. Foi dado o TRAP porque ele está na vigência da nova lei.

P – Não.

R – Ele teve o TRAP. Foi emitido.

P – Como ele pode ter TRAP? A lei é clara. Eu vou ler para o senhor.

R – Eu sei, mas...

P – Sr. Procurador, como os senhores deixaram fazer isso então?

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. João Batista, Procurador, o material que chega ao seu gabinete é o senhor que analisa ou o senhor tem uma pessoa específica que analisa? Porque deve ser muita coisa.

O SR. JOÃO BATISTA – Tem uma equipe de assessores. O material chega ao gabinete do secretário, o secretário encaminha ao meu gabinete, e será distribuído a algum dos assessores que estiverem no momento.

P – Entendo que são muitas coisas. Quem seriam esses assessores?

R – São seis assessores.

P – O senhor poderia falar o nome deles?

R – Sim. Dra. Renata Elaine Vieira da Silva; Renata Maluf Miguel; Anderson Andrade; Simone Brito; Tiago Souza Barreto, que está lá há menos de dois meses, então não sei se seria interessante.

P – De onde ele veio?

R – Ele trabalhava no complexo da Secretaria, mas em outro departamento, no Departamento de Transportes Públicos. E Débora Freitas.

P – Seis.

R – Seis. Comigo, sete.

P – Obrigado, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vou passar a palavra ao Vereador Adilson Amadeu e, em seguida, continuarei falando. Vou pegar na lei, porque tenho certeza do que fiz. Essa foi uma das discussões que tive com o Sr. Walter Torres, pois ele queria incluir TRAP para o primeiro empreendimento e eu disse que era lei a partir daquele momento. Foi uma das discussões que tive, quando estive na Câmara Municipal. Certo? Sei muito bem o que estou falando. Gostaria de uma cópia desse TRAP que o senhor disse que deu para...enfim, do processo todo.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Poderemos providenciar, como já foi solicitado, todos os TRADs e TRAPs.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Já está até aprovado o requerimento, o senhor recebeu.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Vamos fornecer com todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas desse eu quero o processo todo. Do WTorres, eu quero o processo todo da primeira fase. TRAP não pode se dar antes dessa legislação e ela é clara. As Certidões de Diretrizes, anteriores a essa lei, têm de ter vigência e continuidade. Não atende a nenhum empreendimento que já tinha Certidão de Diretriz. Está na lei. Se os senhores deram, vou representar a quem cometeu esse equívoco. Vou representar.

Com a palavra o Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Srs. Ricardo e João, bom dia. Os senhores sabem qual é a minha

função – vou falar por mim – como Vereador da cidade de São Paulo? Quero saber se os senhores sabem, eu chamei os dois.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Sim, representar o povo na Câmara Municipal, nas leis e no andamento a bem da própria Cidade na questão de toda sua função, tanto o Poder Legislativo como o Judiciário. É um dos Poderes que rezam a nossa boa convivência e como cidadão.

O SR. WADIH MUTRAN – O senhor respondeu quase tudo, melhor do que tinha obrigação de responder. Quero dizer ao senhor que o Vereador da cidade de São Paulo, primeiro, tem a obrigação de estar sempre presente à Câmara Municipal de São Paulo e cuidar dos direitos do cidadão paulistano. Segundo, criar as leis para administrar a cidade de São Paulo e aprovar as leis que o Sr. Prefeito manda para esta Casa. Depois, a nossa obrigação é fiscalizar o Executivo. Por exemplo, para eu fiscalizar o Executivo, na área da qual o senhor é técnico, preciso do senhor. Na área jurídica, preciso do Procurador da Prefeitura, que dá as determinações jurídicas daquilo que deve ou não ser feito.

Então, entendo eu que os senhores são chamados para quê? Para nos orientar, dar informações do fato que está acontecendo. O senhor sabe quantas vezes eu ouvi falar sobre esse problema do shopping, do que está acontecendo lá? O senhor sabe? Ouvi aqui, estou ouvindo aqui. Sabe o que já aprendi? Quase tudo que tem de ser feito lá e não ouvi do senhor ainda. O Procurador, com todas as minhas desculpas, pois sou seu colega também; deu-nos uma resposta dizendo que não sabe. Gostaria de, se fosse possível, que o senhor nos desse algumas respostas para que fossemos orientados sobre o que é o tráfego da cidade de São Paulo. O que precisamos fazer: se é lei, se é obrigação, se é contratar funcionários ou brigar com o Sr. Prefeito para dar poder aos senhores para que possam trabalhar.

No entanto, convocamos os senhores. Por exemplo - vamos ver se o senhor vai responder alguma pergunta -, mas, até agora, não soube nada pelos senhores. Quer dizer, está em aberto. Eu entendi que foi construído o shopping, não sei como foi feito, não sei por que agora tem de fazer a ponte, não sei por que tem de ter a ponte, não sei por que não fez. Existe a lei dizendo que pode depositar o dobro do custo da obra e eles podem funcionar. Entendo eu que se ele – o senhor como Procurador deve estar bem a par – deposita, tem um prazo para construir. É isso, Procurador? Se ele não construir, será penalizado ou a Prefeitura tomará a iniciativa de fazer a obra, porque quem está sofrendo com o problema é a população de São Paulo. É disso que devemos cuidar.

Então, gostaria de requerer, Sr. Presidente e Assessoria, que o Sr. Ricardo que é do Polo Gerador de Tráfego e, depois, o Departamento Jurídico; porque existe uma igreja sendo construída na rua. Gostaria que o senhor mandasse verificar, no prazo mais curto, se for possível dentro de cinco dias e mandasse para esta comissão por que está sendo construída e por que, até agora, não foi tomada nenhuma providência. Pediria à Assessoria que desse o nome da rua ou, então, já fizesse o requerimento pedindo para que, dentro de cinco dias, eles esclareçam a esta comissão por que está sendo construída na rua. Quando é uma pessoa humilde que está fazendo uma casinha, chegam lá, encostam um caminhão e arrancam tudo. Quero saber por que não fizeram isso e se a responsabilidade é do CET, da Secretaria de Transportes ou da Subprefeitura local. Quero que os senhores examinem, por favor, e me deem a resposta. Sozinho, não sei dar a resposta. O técnico é o Sr. Ricardo e o Procurador, o Dr. João. Eles sabem muito bem nos orientar.

Então, os senhores não foram convidados para serem interpelados, foram convidados a nos orientar sobre o que está acontecendo na cidade de São Paulo e é isso que pretendo dos senhores. Que me orientem para tomarmos as providências. Não adianta nada o senhor chegar aqui, dizer que não sabe e eu vou para minha casa sabe como? Sem saber de nada. Amanhã o povo vai dizer que o Vereador não tomou providências, que estão construindo uma igreja na rua e que o mercado está fazendo o que quer porque são ricos. É isso que vou escutar como Vereador da cidade de São Paulo. Eu não quero escutar isso. Eu quero escutar que a cidade de São Paulo está andando bem, que a Secretaria de Transportes está cumprindo a suas obrigações dentro das determinações da lei e do interesse dos municípios.

Foi feita uma pergunta com referência ao Polo Gerador de Tráfego, quem é que determina, é o senhor? É uma comissão? É a Secretaria? É o senhor que dá a última ordem, porque o senhor

fala: “Nós fazemos...” Quer dizer, se colocou no plural é porque tem várias pessoas. Então, eu gostaria – esse é um pedido meu, a comissão está ouvindo e cada Vereador concorda ou não com que estou falando – de saber quem é que dá a decisão.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – A decisão sobre se é ou não Polo Gerador é o que está previsto na lei e o início do processo de construção é feito por uma comissão na Secretaria da Habitação.

O SR. WADIIH MUTRAN – Não foi isso o que perguntei. Mas é tão simples a resposta.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Mas eu queria deixar claro sobre essa questão se é ou não Polo Gerador não é a CET, não sou eu e nem minha equipe. É uma questão que começa num processo na Secretaria da Habitação. A mitigação da Certidão de Diretrizes é feita por uma equipe da CET, que hoje eu coordeno. É feita a análise de todo impacto, de cada empreendimento, que entra como Polo Gerador.

Esse impacto é analisado pela nossa área operacional, que medidas devem ser tomadas para que esse impacto seja mitigado; e fechamos a certidão de diretrizes, que vai para a Secretaria de Transportes, a ser emitida e assinada pelo Secretário de Transportes.

Então, a decisão final é da Secretaria de Transportes. Nós fazemos todos os estudos de impacto dos polos geradores e colocamos no processo quais as medidas que devem ser feitas. O órgão DSV, que é a Diretoria do Sistema Viário da Secretaria, também faz seu parecer, que vai para a área jurídica da Secretaria até o Secretário assinar a certidão. Esse é o processo, e as decisões são tomadas baseadas nesse processo.

O SR. WADIIH MUTRAN – Quem assina o processo?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – O Secretário de Transportes assina.

O SR. WADIIH MUTRAN – O Secretário assina o parecer final. Ele assina porque a Assessoria dele diz que está tudo certo. E quem é a pessoa responsável que diz “Secretário, está tudo certo”?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Começa pela Presidência da CET, a Diretoria da CET; e eu, Supervisor da CET. Esses são os responsáveis pela CET. Abaixo de mim, existe uma gerência e um departamento.

O SR. WADIIH MUTRAN – Porque o senhor disse que falou com o Sr. Walter Torres uma vez só?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Tive uma reunião, não só comigo, até com o próprio Secretário de Transportes, para questionar as medidas. E fui chamado por ser o responsável pelas medidas. Não foi uma conversa, foi uma reunião da Secretaria sobre questionamentos das medidas, onde também estava presente a Diretoria da CET.

O SR. WADIIH MUTRAN – Então é diferente do que estávamos entendendo. Esse proprietário foi convocado na Secretaria?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Ele solicitou essa reunião na Secretaria para discutir a não concordância das medidas na época.

O SR. WADIIH MUTRAN – O senhor sabe se essa solicitação foi feita por escrito?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Acredito que sim.

O SR. WADIIH MUTRAN – O senhor sabe se existe uma ata dessa reunião?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Não sei te dizer. As reuniões não têm essa formalidade como esta Casa.

O SR. WADIIH MUTRAN – Mas é uma decisão de um problema.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Nessa reunião não houve a decisão, foi apenas uma discussão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Como a Secretaria prova que conversou com uma pessoa e foi dada uma solução na reunião?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA – Mas é possível comprovar isso com o agendamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os senhores deram o TRAP para ele em novembro de 2011. Quem assinou foi os Srs. Romeu Takami Mizutani; Reinaldo Peres Rodrigues; Carlos Fernando de Camargo – testemunha – e Tania Soares de Oliveira. É um TRAP?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Isso. É emitido pelo Sistema de Departamento de Sistema Viário da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os senhores emitiram no dia 10 de novembro de

2011, mas o empreendimento estava funcionando antes disso. Como é que pode? Quero entender.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Ele obteve a liminar para funcionamento e, depois, foi cumprindo a primeira etapa num cronograma que está nesse processo judicial.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quando os senhores deram o TRAP?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Quando ele terminou as obras da primeira etapa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas ele deu entrada na certidão de diretrizes na legislação anterior.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Mas ele entrou depois com modificativo e acabou tendo o direito a estar na lei nova.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E onde está? Quem falou que ele tinha direito?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - A Secretaria de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Essa que tem os escândalos no jornal que disse que podia?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Sim. É a interpretação da lei, não é minha. Não só ele como outros empreendedores também entraram com modificativos e agora estão sob a nova lei.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então o senhor está me dizendo que não cabe ao CET, que esse processo não está com os senhores, está parado com a Sehab então? A Sehab que não está autorizando?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor acabou de dizer que quem autorizou foi a Sehab.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Não. Quem falou que ele pode estar na nova lei foi Sehab.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E ninguém questionou em momento algum? O senhor já estava lá em 2011. Não passou pelo senhor?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Isso veio no despacho da Secretaria da Habitação com esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas é ela que interpreta ou são os senhores? Para que tem Procurador? É a Sehab que interpreta o que os senhores têm de fazer?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Não. Ele entrou com processo novo na nova lei. E é essa interpretação que estamos seguindo para todos os outros processos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E a nova lei permite que volte ao processo ingressado anteriormente? O senhor é Procurador e deve saber.

O SR. JOÃO BATISTA - Entendo que não, porque a lei nova tem vigência a partir da sua edição. E o decreto que regulamenta a lei não pode dispor contrariamente à lei.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então quando os senhores querem, pode. Quando os senhores não querem, não pode. É subjetivo?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - O senhor está questionando quanto à aplicação, se ele está afeto ou não à nova lei. Não estou falando que pode ou não enquanto TRAP. Fizemos de acordo com a nova lei. Até me desculpe, pois não é minha formação, mas quando começou a se discutir a aplicação da nova lei no processo originário na Sehab, havia medidas transitórias na lei que facultavam, e foi uma grande confusão se os processos de andamento poderiam estar na nova lei ou não. Sei que houve essa discussão.

Não era dentro das nossas atribuições, mas pelo que sei ficou definido que, no caso dos processos em andamento, seria possível que cada empreendedor entrasse com pedido para o processo continuar pela nova lei. Alguns processos que estavam em andamento deixaram de ser polo gerador, pois com a nova lei mudou a definição de polo gerador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só estou querendo mostrar que os senhores não conhecem a lei. Eu sei que pode. Pode, Sr. Procurador, está na lei.

O SR. ADILSON AMADEU - É uma honra a presença do nobre Vereador Carlos Apolinario. Esse processo todo, que apareceu na Imprensa e está causando todas essas controvérsias, está sendo analisado onde?

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA LAIZA - Na Secretaria, no gabinete do Secretário.

O SR. ADILSON AMADEU – O Secretário de Transportes pediu para quem analisar isso, Dr. João?

O SR. JOÃO BATISTA – Esse processo passou pela CET, pela Assessoria Jurídica, passou por mim.

O SR. ADILSON AMADEU – E hoje?

O SR. JOÃO BATISTA – Hoje ele está na Procuradoria Geral do Município.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, era isso que eu queria escutar. Esse processo está há oito dias na mesa do Sr. Cláudio Lembo. Ontem, por volta das 19h, foi encaminhado aos senhores. E os senhores têm de pegar esse processo hoje e verificar o parecer que foi dado ontem.

Não sou vidente, mas estou acompanhando. Então, estou antecipando aos senhores. Sr. Ricardo, o senhor sabia disso? Então, os senhores precisam consultar a sua Assessoria e saberão que o parecer já foi encaminhado aos senhores.

Uma coisa que demora anos, às vezes, acontece em uma semana. As pessoas vão checar e depois venham falar para mim se não é bem isso. Tenho essa informação, que não é privilegiada, pois estou expondo a todos aqui, inclusive para a Imprensa.

Obrigado.

O SR. WADIIH MUTRAN – Dr. João, logicamente o Sr. Ricardo não é advogado e não vou falar aqui que falta competência. O senhor acha que deve aumentar a competência de cada um dos senhores para a decisão?

O SR. JOÃO BATISTA – Não sei se seria recomendável. A questão é essa.

O SR. WADIIH MUTRAN – Porque convocamos os senhores, e fica um meio para cá, outro para lá, “eu não sei”, “quem assina é o Secretário”, “eu me reuni várias vezes com o pessoal lá”. Mas reuniu para quê, se não tem decisão? Precisamos de pessoas que vão a algum lugar, ou a alguma reunião, que seja feita pelo menos a gravação da reunião. O Sr. Renato acaba de falar que foi feita uma reunião com o Sr. Walter, Secretário, e não se sabe se foi gravada, se há uma ata elaborada. Como é que teremos condições de saber o que aconteceu, de saber dar uma decisão para o terceiro que foi lá para cumprir sua obrigação? O que ele assinou na hora que foi conversado? Quais obrigações que ele tinha na hora em que saiu de lá?

Por isso questiono se não tem de aumentar essa competência, que essas coisas sejam feitas pelo senhor, ou pelo Sr. Ricardo, porque recebemos aqui várias respostas do Sr. Ricardo que nos deixam dúvidas. Por exemplo, de quem é a culpa pela obra não estar pronta?

O SR. RICARDO LAIZA - Deixarei bem claro o seguinte: o empreendedor, desde o início, contestou as medidas, postergou a execução das medidas tanto na primeira fase, como na segunda. Ele postergou judicialmente isso.

O SR. WADIIH MUTRAN – Foi tomada alguma iniciativa? Ele foi multado? O que foi feito? Ele foi notificado porque ele postergou?

O SR. RICARDO LAIZA - Foi, judicialmente. Na primeira etapa, ele tinha um cronograma a cumprir, e não cumpriu.

O SR. WADIIH MUTRAN – Se ele tinha uma obrigação a cumprir, não teria de ser multado?

O SR. RICARDO LAIZA - Na ação judicial, acho que tem a multa.

O SR. WADIIH MUTRAN – Então pergunta ao Dr. João, porque o senhor não é da parte jurídica, se ele está à parte.

Se ele tem uma obrigação a cumprir, lá está escrito que se ele não fizer será multado, e ele nem sabe se foi multado na ação. Tem de haver uma obrigação. Por isso digo que teria uma ata dessa reunião.

O SR. RICARDO LAIZA - Referente a essa reunião, as decisões estão no processo, com tudo assinado. E a decisão maior é a certidão. Essa era uma reunião em que ele contestava a certidão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Sr. Ricardo, num processo, quem fala é o Advogado pela parte do autor, ou pela parte do réu. Portanto, não é aquilo que foi tratado naquela reunião.

O SR. RICARDO LAIZA - Desculpe, para esclarecer, quando eu falo do processo é sobre o processo administrativo da emissão da certidão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Exatamente. Mas foi feita uma reunião para decisão?

O SR. RICARDO LAIZA - Não. Foi para discussão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Então, mas para tomar decisões.

O SR. RICARDO LAIZA - Foi mantida a certidão, como está aqui no papel. Essa foi a decisão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Entendo que tudo o que é da Prefeitura tem de ser registrado. Por exemplo, aqui tudo é gravado, para a população saber, a Imprensa, etc, para saber o que está ocorrendo nesta reunião. Agora a CET faz uma reunião, convoca o dono da construção e fecham as portas? Foi convocada a Imprensa para ir até lá? O senhor falou que é uma reunião aberta.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não tem ata da reunião?

O SR. RICARDO LAIZA - Pelo que conheço, não existe essa formalização de ata nas reuniões da Secretaria ou na Diretoria da CET enquanto se discute o caráter técnico das coisas. Existem as formalidades das reuniões de diretoria, dentro da regra da própria empresa. Mas essa era uma reunião técnica para se discutir se a medida cabia, ou se não cabia. Essa era a discussão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Sr. Ricardo, o senhor me desculpe, mas não posso concordar com a sua resposta. Como uma reunião técnica? O dono da construção teria de levar os técnicos para discutir, mas o senhor falou que ele foi sozinho.

O SR. RICARDO LAIZA - Nessa reunião, havia várias pessoas, inclusive os técnicos de W Torres. Não foi uma reunião somente com ele. Quando o senhor perguntou se tive algum contato com ele, disse que tive sim, nessa reunião, com várias pessoas da CET, da W Torres, da Secretaria, quando ele começou a, inclusive, questionar a certidão.

A certidão já estava emitida. E ele estava questionando e querendo mudar a certidão. A decisão da reunião foi: não se alterou a certidão. Não tinha procedimento para entrar com processo administrativo de alteração. Essa foi a decisão.

O SR. WADIIH MUTRAN – Sr. Presidente, requeiro que seja apresentado, no prazo de cinco dias, o relatório das pessoas que compareceram nessa reunião, o que foi decidido, o que foi falado e quais as providências que foram tomadas nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com o requerimento do nobre Vereador Wadih Mutran permaneçam como estão. (Pausa).

Está aprovado o Requerimento.

O SR. WADIIH MUTRAN – Não tenho como dar uma decisão. O senhor tem de me orientar, mas o senhor não sabe! Infelizmente.

Então é o que falei para o doutor: precisa aumentar a competência do seu setor para que tenha mais amplitude e, daí, tomar as decisões. Para saber como agir: “O que farei?” Se eu não sei fazer nada, o que adianta ir ao plenário da Câmara? Vou dizer apenas: “Fui lá”. As pessoas perguntarão: “Qual a decisão que o senhor tomou? O que o senhor falou? O que o senhor fez?”. Mesma coisa o senhor na sua função: “O que estou fazendo aqui se sou do Polo Gerador de Tráfego e tenho de dar as decisões sobre o tráfego dentro da Cidade de São Paulo?”, vai pensar, não é mesmo?

O senhor pode falar quais as medidas que estão sendo tomadas – desculpe até saindo um pouco fora do assunto – com relação aos caminhões estarem parando no acostamento das estradas? São fatos que estão acontecendo e sabemos que não é culpa dos motoristas, são empresas com sede muito longe, e eles têm de viajar 700 ou 800 quilômetros para chegar em São Paulo, e precisam esperar o horário para entrar na Cidade em virtude da lei que proíbe o ingresso deles, na tentativa de melhorar o tráfego dentro do Município.

Repito: o senhor sabe quais as providências que estão sendo tomadas?

Isso é só como exemplo. Só para conhecer sua ideia.

O SR. RICARDO LAIZA - Sei que as medidas tomadas no âmbito da Polícia Rodoviária Estadual e da Federal são as multas e a retirada dos caminhões.

O SR. WADIIH MUTRAN – O senhor acha isso certo?

O SR. RICARDO LAIZA - Está dentro do Código de Trânsito Brasileiro: caminhão não pode ficar parado no acostamento. O acostamento não é estacionamento.

P – Deixe-me explicar algo para o senhor: sou Vereador e sei dar resposta melhor que o senhor.

E o senhor sabe que se eu fosse motorista de caminhão, posso, sim, parar no acostamento e a Polícia Rodoviária não pode fazer nada.

R - Desde que...

P – O senhor sabe ou não sabe?

R - Sei desde que esteja em caráter de emergência. Estacionado não.

P – Mas é só mandar esvaziar os pneus do caminhão, do carro, e o veículo fica lá parado como se tivesse com problema. A desculpa é: “Estou esperando o borracheiro”.

R - É uma forma.

P - Mas o senhor como responsável do Polo Gerador de Tráfego são sobre esses assuntos que precisamos de informação, entendeu?

Quero aprender. No fim, quem está ensinando o senhor sou eu, ou seja, pode parar, e não podemos punir os motoristas, somar pontos na carteira de motorista deles.

Temos de orientá-lo de forma a quem possa andar bem dentro da Cidade de São Paulo. E, nós, os Vereadores e o senhor – como responsável do Polo Gerador de Tráfego – temos de dar uma decisão de como eles podem entrar dentro da Cidade.

Não podemos simplesmente ficar punindo todo mundo. Ninguém está roubando dinheiro para pagar multas. Isso é um absurdo.

Temos de ver o problema dentro da Cidade de São Paulo. Como? Quem é o responsável pelo Polo Gerador de Tráfego. Tem de encontrar uma decisão para os que precisam parar, esperando o horário. Ou então tem de chegar a uma cidade vizinha, mais perto, a 30, 50 ou 70 quilômetros. Temos de arrumar uma solução. Podemos chamar os representantes das transportadores que possam colaborar.

Não adianta fazer como está sendo feito. Ele vai parar na pista, esvazia o pneu, diz que está com a mão machucada e não pode trocar o pneu, chama alguém para trocar e pode ficar parado o tempo que quiser. Ele dirá que está quebrado.

Então precisamos achar a solução para que isso páre de acontecer e fiquemos fazendo papel de bobos, afinal, é isso mesmo: fazer papel de bobo. Elaboramos uma lei, mas, depois há maneira de não cumpri-la. Por isso, precisamos ver como ajudar o transportador, o motorista e a Cidade de São Paulo.

Presidente, devolvo a palavra a V.Exa.

Obrigado, por enquanto, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Ricardo, gostaria de entender: quando a justificativa, e vejo neste documento que vocês devem ter tido acesso – segundo o senhor disse, só o Sr. Secretário teve acesso a esse encaminhamento do empreendedor relativo ao TRAP.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO LAIZA – Assim, à distância, não sei se foi exatamente isso, mas passou realmente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É que ele faz um pedido de TRAP em virtude de considerações diversas. Só um minuto, virei a página, vou procurar.

O SR. RICARDO LAIZA – Qual é a data desse requerimento, Sr. Presidente? É recente?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É de 31 de janeiro de 2012.

O SR. RICARDO LAIZA – Deve ter passado por mim, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deve ter passado. Eles obtiveram um TRAP, provisório, em 10 de novembro de 2011. Ingressou em 31 de janeiro de 2012 em relação à possibilidade de TRAP, pois verificou que não estava com licenças ambientais e licenças da Prefeitura. Por isso, registrou e está tudo em papel.

O senhor autorizou as obras, mas ele tem de ir na Siurb, na Prefeitura, na Subprefeitura, na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Há dez dias ele conseguiu as autorizações para poder edificar.

A demora é culpa de quem? Gostaria de entender. Se a Prefeitura tem tanto interesse, acho que deve ter mesmo, em resolver o problema, então, não tem competência.

Não que o senhor não tenha, mas a vontade política é a que prevalece nessa cidade. Infelizmente.

Não revisamos o Plano Diretor da Cidade. É uma vergonha. Precisava ser revisto. Dar diretrizes para a Cidade, proporcionar um crescimento ordenado, não essa pouca vergonha que está instalada.

Por que derão a certidão na diretriz naquele local. Melhor nem dá. Ou se cria infraestrutura, ou

nem dá. Não congestionem mais a região.

Na minha opinião, o senhor deve compactuar esse pensamento comigo. A partir do momento que deu e existe legislação, não se pode punir quem arriscou empreender.

E a Cidade vive de quê? Dos negócios existentes. Atualmente, São Paulo é uma Cidade que é extrinsecamente de serviços, negócios. Cada vez mais, as empresas e indústrias estão indo embora de São Paulo. Temos de mudar, senão, o futuro da nossa cidade será negativo, quando pode ser positivo. Precisávamos ter bons administradores, cuja sorte não tivemos nesses últimos 8 anos.

Até parecia que seria um belo mandato, um bom Governo e haveria mudanças na Cidade, mas isso não verificamos.

Claro, não é a questão em debate, mas se a culpa não foi do empreendedor, a legislação permite e dispõe que pode, porque não foi dado?

O senhor tem de me explicar tecnicamente: se o empreendimento precisa de mais torres e ainda uma terceira, mas está sendo inaugurado com apenas 1/4 do que seria essa certidão, não entendo. Se há garantias através de uma fiança bancária com o valor em dobro do que custaria todas as intervenções e já foram entregues 50%, não entendo a motivação pela qual a Prefeitura não deu o TRAP. É isso que não entendo.

Ou será que a Prefeitura quer atestar, mas, a partir do momento da emissão do TRAP ela estará atestando que foi um equívoco, uma inoperância dela própria, e o atraso nas autorizações é de responsabilidade dela e nenhum servidor quer assumir a culpa? Será isso? É esse nosso questionamento.

Quer ver um caso? Gostaria que o senhor explicasse, afinal, o senhor está como Diretor. Credicard Hall. O senhor conhece o Credicard Hall?

O SR. RICARDO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Para a Marginal quando tem evento, né?

O SR. RICARDO LAIZA - Hoje, sim.

P - Tem a Certidão de Diretrizes lá?

R - Tem.

P - Lá foi dada uma certidão provisória? Foi dado o TRAD lá?

R - Não, o TRAD definitivo.

P - O senhor sabe o que tinha na Certidão de Diretrizes lá?

R - Não...

P - Então o senhor vai verificar e vai ver que ele não cumpriu. Ele tinha que construir um prédio de quatro andares de estacionamentos, e não fez. Pode ir lá olhar. O senhor vai lá olhar. Nós vamos pedir para o senhor também. Por isso que nós estamos pedindo tudo, porque o que nós estamos observando é que, num caso, é rígido, nos outros, vista mole. Eu quero saber. Por isso que nós vamos pedir todos, fiscalizar e verificar se as posturas municipais estão sendo respeitadas em todos os aspectos, e, principalmente, na Certidão de Diretrizes. Agora, a legislação foi feita para dar uma flexibilidade, porque a Cidade tem interesse de resolver os problemas de mobilidade e tem interesse de atrair investidores, negócios para a Cidade, que vive disso. Nosso orçamento de 38 bilhões, que não vai atingir - vai atingir 35 bilhões, porque é superfaturado -, vem aproximadamente cinco bilhões de IPTU. Quer dizer, nós já podemos estar recebendo aí mais uma contribuição, no provisório. E quanto antes ele acabe, vai dobrar o valor do IPTU, e de serviços, que as empresas que se instalarem lá vão pagar para a nossa cidade. Vai trazer um problema, mas vai trazer também riqueza. Então, se o Prefeito não tem uma visão nesse sentido, e aqueles que estão abaixo dele, em Secretarias, e em terceiro escalão, nós estamos perdidos. Porque, se não tiver uma visão empreendedora, que eu já vi que não tem... Porque, se tivesse, o nosso orçamento não seria de 38 bilhões, mas de 55. Mas tem que fazer a lição de casa, tem que querer fazer. Esses escândalos que nós estamos vendo no jornal não podem acontecer. O dinheiro deveria vir para o cofre da Prefeitura, não para terceiros, e para iniciativas espúrias, como temos observado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU - Sr. Ricardo, o senhor sabe identificar o que está aí na tela?

O SR. RICARDO LAIZA - Sim. Nós estamos na Marginal Pinheiros...

P - Ali, do lado do Transamérica.

R – Sim, sim.

P – O senhor esteve lá no local?

R – Não recentemente.

P – Isso daí passou nas mãos dos senhores. Ou não?

R – Eu não sei se esse é aquele empreendimento...

P – É o Nova América. Esse é um dos mais gritantes. Até vou te perguntar das diretrizes, dos pareceres que foram dados.

R – Como são vários, eu acho que deve ter passado, sim; mas eu tenho como comprovar se sim ou não.

P – Eu gostaria. Veja, projeto tal eu lembro, e outras você não consegue lembrar, mas tem algumas coisas que são gigantes. Isso daí é meio que fora do normal. Nós temos, em nossa assessoria, engenheiros também. Deram uma dividida ali que é uma coisa bárbara. Dividiram em lotes ali – Lote 4, Lote 3... Então vamos levantar tudo direitinho. Estão burlando muito; não é o caso do Sr. Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O problema é que, na verdade, nós temos que atentar a isso, os senhores deveriam estar preocupados com isso, e não chegou nenhum instrumento a esta Casa para corrigir esse problema. Mas eu já detectei: pegam uma grande área, uma grande gleba, seccionam, e aí não se caracteriza pelo gerador de tráfego. O senhor sabe os limites da lei.

O SR. RICARDO LAIZA – Sim, sim.

P – E nós temos que corrigir isso, porque é um único empreendedor adensando uma região, e nós temos que ter alguma contrapartida em relação à mobilidade para a cidade de São Paulo. Tinha que ter partido da Prefeitura, que tem engenheiros, tudo, olhando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Ricardo, no dia 30 o senhor também traz esse material?

O SR. RICARDO LAIZA – Sim, sim.

P – O senhor está anotando tudo?

R – O material do dia 30 seria todo o material do...

P – W. Torres...

R – E, agora, esse que o senhor me pediu.

P – E, do lado, os mesmos que construíram, que adulteram (?), da Cyrela. Ali ao lado. Se o senhor puder trazer tudo isso. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Desculpe, Sr. Ricardo: não é dia 30, é na próxima semana, porque no dia 30 vai vir o Procurador. É no dia 23. Não, o senhor não, é o Sr. Ricardo. Se o senhor quiser acompanhar, porque o senhor é o procurador.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ah, é outro Procurador. É o que atestou algumas coisas aí, e nós o estamos chamando para averiguar a veracidade.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor não lembra se o senhor já deu uma documentação para esse empreendimento, não é, Sr. Ricardo? Que esse daí, para dar uma...

O SR. RICARDO LAIZA – Devo ter dado...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Vereador Adilson Amadeu pediu algumas informações que seria interessante o senhor ver. Agora, tecnicamente, eu gostaria que o senhor colocasse o porquê de não ter atendido o pedido de TRAP, Sr. Ricardo. Eu gostaria que o senhor explicasse, porque eu fiz uma continha aqui, como o senhor viu.

O SR. RICARDO LAIZA – Eu vi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu venho do segmento empresarial – minha família sempre teve metalúrgica. A gente trata com funcionário e com negócio, e tem que ser prático. Se for tratar do jeito que trata a Prefeitura, quebra, não fica um em pé.

O SR. RICARDO LAIZA – Justamente, baseada nessa quantidade de vagas, e a geração de viagens, os modelos técnicos de geração de viagem que nós usamos, o shopping vai ter uma demanda de entrada de mil veículos/hora entre 18 e 19 horas. Essa demanda não é absorvida pela Marginal do jeito que está hoje; ela precisaria do viaduto para mitigar a demanda a mais que vai ser ocasionada pelo shopping.

P – E por que viaduto e não por baixo? Sistema mineiro de construção. O senhor, que é

engenheiro, sabe: vala. O senhor sabe como que é, né?

R – Sei.

P – É mais barato. Por que não foi feito dessa forma? Por exemplo, na Juscelino, onde vocês fizeram a alça, por que não faz uma passagem em desnível lá? Por que não tem um projeto disso?

R – Inclusive nesse projeto de desnível daquele local, tem um projeto de Siurb, até da própria Boulevard JK, que ali não é possível porque tem a galeria do Córrego do Sapateiro, que é o córrego que tem na Juscelino. Esse é o impedimento. A própria obra do Túnel Jânio Quadros também já é um impedimento de você fazer um novo aterramento. Fazer um aterramento, em vez de um viaduto, nesse local, para tirar o entrelaçamento da Marginal Pinheiros, também teria que ter um desenvolvimento e teria que estar com a boca dele justamente onde a boca do Túnel Jânio Quadros. Então a obra em viaduto ficou até mais barata, em função de todos esses problemas.

P – Sim, mas para eliminar já aquele cruzamento da Juscelino...

R – Seria ótimo se a gente...

P – Porque aquela alça que vocês fizeram, em desculpe, eu uso de vez em quando, pode ter melhorado por um aspecto, mas é absurdo para uma cidade... que nós estamos cobrando contrapartida, que não é nem a Prefeitura que paga, são os empreendedores, e nós nem em relação a isso conseguimos ter competência. Eu fico envergonhado. Quando eu falo que eu fico envergonhado é porque eu, felizmente, tive a oportunidade de estar no mundo inteiro. Esta cidade é uma vergonha. Tem dinheiro, mas não sabe utilizar para coisas práticas e simples. Eu não entendo. Vai ao Chile; vá ver as obras que o Chile fez embaixo do rio. Tem túnel embaixo do rio.

- Manifestação fora do microfone.

P – Mas é longo; embaixo do rio inteiro.

R – É uma via (Ininteligível).

P – Aqui nós não conseguimos fazer uma obrinha. Não é? Gostaria de obter algumas informações relativas ao polo gerador de tráfego, e gostaria que o senhor me mandasse.

O número do processo é 20100017936-9, e foi protocolado na Prefeitura de São Paulo. Nós pedimos a Certidão de Diretrizes para a representante legal, que é a Maroma (?). Eu quero saber a certidão, já que lá me parece que vai ser um templo. E é um polo gerador de tráfego que traz problema. O senhor viu que pararam a Dutra, né?

R – Sim.

P – E eu gostaria de saber quais são os pedidos que os senhores estão fazendo em relação a isso. Aí eu quero ver se a influência política muda ou não, porque o Prefeito tem muito interesse nesse empreendimento.

R – (Ininteligível).

P – É. Em relação ao outro que funciona aqui no Brás, que aos domingos para tudo também: tem Certidão para autorização da utilização daquele espaço?

R – Tem, sim.

P – E tem a Certidão de Diretrizes, tudo?

R – Tem.

P – E fizeram melhoria, fizeram obra para funcionar?

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, me permita: Sr. Ricardo, o senhor está afirmando que tem, e não tem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas ele vai mandar para nós dizendo que tem.

O SR. ADILSON AMADEU – Não tem. Sabe o que acontece? Sabe o que acontece? São muitas coisas que estamos perguntando ao senhor. É preferível não responder dessa maneira, porque... Nós queremos o melhor para São Paulo, o melhor para os senhores, que são funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu quero entender por que está funcionando ali, porque eu sei que tem interferência do Prefeito. Eu sei que teve interferência do Prefeito. E volto a falar: e sei que teve interferência do Prefeito! Inclusive, ele está tentando aprovar um projeto absurdo aqui dentro desta Casa, e o Vereador que ia votar vai ser encaminhado... Eu vou entrar com representação no Ministério Público. Eu, Vereador Aurélio Miguel, vou entrar

contra todos que votaram nesse projeto absurdo que está nesta Casa para atender interesse político. O senhor sabe que lá tem um problema sério. Eu pergunto se tem Certidão de Diretrizes para dar o alvará de funcionamento...

R – Eu vou verificar.

P – Por favor, então. Foi a pergunta que eu fiz; eu não atestei se tem ou não tem, eu perguntei para o senhor. O senhor me encaminhe também, por favor.

O Shopping 25 de Março, que está sendo construindo lá em Interlagos, tem Certidão de Diretrizes?

R – Está em processo de certidão.

P – E ele já está no alto, lá em cima, assim?

R – Existem esses casos...

P – Quais casos que existem, mais assim?

R – ...

P – Eu sei que o senhor é um homem de carreira.

R – Não, não...

P – O senhor, às vezes... Eu não estou questionando o senhor.

R – É que sempre fica aquele questionamento. Ele está atendendo, ele está com a aprovação, e ele vai atender as medidas. Esse é o processo-fase 2.

P – Se tem Certidão e se tem TRAP também.

R – Tá legal.

P – Porque, se não tiver, eu não sei como está funcionando.

O SR. WADIH MUTRAN – O senhor pode me dar um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Concedo um aparte ao Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Ricardo, eu conheço a região do Brás onde está instalada essa igreja há aproximadamente 70 anos. Eu tenho ido várias vezes a essa igreja, para olhar e ver, e eu quero dizer para o senhor que eu não vi modificação nenhuma de tráfego lá, e o senhor diz que tem.

R – Eu vou verificar. Eu não afirmei que tem, eu vou verificar.

P – Por favor, nós queremos. E queremos que os senhores tomem uma providência, porque não é possível a quantidade de pessoas que saem... Tem rua que fica cheia, de lado a lado, as pessoas andando. E eu gostaria de saber o que foi feito.

R – Eu vou trazer a informação precisa.

P – Porque nós temos que privilegiar todo mundo. Todos têm o direito à igualdade; não podemos punir os pequeninhos e proteger os grandes. Vamos proteger os grandes, os pequenos, os médios, todos aqueles que tiverem necessidade de nossa ajuda, para melhorar a Cidade; agora, proteger para piorar nós não podemos. Obrigado, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Tietê Plaza Shopping, esse da Marginal... que eu não sei como vai ficar a Marginal lá. O senhor também, por favor, encaminhe para nós.

Em relação ao da Carneiro Leão, gostaria que o senhor visse se tem TRAP, porque está irregular se está funcionando sem TRAP, e nós não podemos ficar calados em relação a irregularidade.

Queria também comunicar a presença do nosso eterno Presidente, Vereador Roberto Tripoli, Líder do Governo, um dos mais brilhantes presidentes desta Casa.

Outra questão: eu acho que nós, de alguma forma...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aquele processo de 2010: 00179369. Está construindo sobre a rua; está totalmente irregular. É esse que eu vou encaminhar ao Ministério Público; os Vereadores que votarem a favor desse projeto, se votarem. É interesse único e exclusivamente político do Sr. Prefeito.

Sr. Ricardo, o processo está ali. Eu gostaria de saber a respeito do polo gerador de tráfego, que, o senhor sabe, traz um grande problema.

R – Sim.

P – E eu também gostaria que o senhor me encaminhasse as informações relativas a esse da Carneiro.

R – Eu posso trazer no dia 23, isso?

P – Dia 23. Isso aí é importante. Outro questionamento: nós aprovamos aqui, mas talvez tenhamos feito pela tabela do SindusCon, e eu observo que a tabela do SindusCon acaba ficando abaixo em relação às contrapartidas. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco respeito disso. E gostaria de saber qual é o percentual que está sendo imputado a todas as contrapartidas na cidade de São Paulo: se é um, se são cinco. Eu fui voto vencido. Eu gostaria que fossem cinco para todos. E aqueles que são polo gerador de tráfego, que não precisam elaborar mais nenhuma obra, 5% para o Fundo Municipal de Mobilidade.

R – Para também esclarecer: quando fazemos o processo e estipulamos as medidas, nós deixamos muito de lado essa questão de quanto vai custar a medida. Nós temos que analisar a medida que vai ter a mitigação necessária para aquele impacto. Logicamente, a discussão final desse percentual, de quanto a medida é em relação ao custo-empreendimento pela tabela SindusCon, pela lei, está na fase 2 quando da execução da medida. Então, quando a gente estipula, na fase 1, a medida mitigadora e a Certidão de Diretrizes, eu faço uma mera estimativa muito ainda preliminar, porque os projetos do Executivo não existem, só existem projetos funcionais.

A questão do valor pela SindusCon, pelo tipo de empreendimento que nós temos ultimamente, não reflete o custo, porque a tabela SindusCon não leva em consideração vários itens de acabamento e de equipamento que os empreendimentos hoje possuem. Então, de fato, é uma tabela de referência, mas, de qualquer maneira, no meu entender, não reflete, hoje, o custo efetivo do empreendimento.

P – Mas hoje, então, num projeto relativo ao impacto, o senhores vão ver qual é a obra que precisa ser feita – semáforo, vias, viadutos, e tal. Mas o empreendedor tem a limitação a 5%.

R – Sim.

P – Quando passa, a Prefeitura disponibiliza o restante? Como é feito?

R – Pela leitura da lei, isso acontece no primeiro momento, na implantação e no questionamento do empreendedor em relação aos 5%. É possível se fazer uma... Como se faz...

P – Compensação: ele paga, e depois compensa em...

R – Não, uma priorização das medidas, antes, até chegar ao limite; e o que passar do limite, a Prefeitura, em tese, pela lei, deveria estar cumprindo o que o empreendedor deixou de fazer, usando o Fundo.

P – Por exemplo, esse empreendedor que nós questionamos anteriormente: ele diz que custou 400 milhões. Certo?

R – Certo.

P – Mas, pela tabela SindusCon, é menos.

R – Não, acho até que pela tabela é isso, porque são 400 mil metros né?

P – É.

R – Acho que é isso: 400 milhões. Pela tabela, 400 milhões.

P – Cinco por cento seriam 20 milhões; e ele está gastando 42.

- Manifestação fora do microfone.

P – Pela lei seriam somente 5 milhões, certo?

R – Certo.

P – Ele está pagando 42. Ele aceitou prontamente isso? Isso que eu queria... Eu também não entendi. Esse valor não foi questionado?

R – Ele questionou.

P – Ah, ele questionou esse valor?

R – Sim, ele questiona desde o primeiro momento, da Certidão, na Justiça.

P – Eu estou fazendo essas perguntas porque é o meu jeitão, viu?

R – Inclusive, como todos nós, sempre fomos seu fã, não apenas como Vereador, né?

P – Por exemplo, a Prefeitura pode ter a preocupação? Se o procurador tivesse alegado isso, ou a Prefeitura, eu falava: "Peraí, então vamos criar um mecanismo em relação a isso". Por exemplo, ele recebe o TRAP, inicia-se o funcionamento do shopping, com a fiança bancária que ele tem, de 84 milhões, e depois que os senhores derem isso, ele entra na Justiça, com uma liminar, para derrubar e receber a fiança de volta e pagar um valor menor. A Prefeitura tem esse medo? Se falasse isso em algum momento, eu interpretaria diferente: "Peraí, então assina

a tese de que você não vai entrar, tal, tal”. Se tivesse esse receio, porque já teve uma disputa judicial, eu até entenderia. Mas, não tendo, eu, se eu fosse a Prefeitura, eu pegaria o recurso, porque eu sei que eu termino aquela obra com valor menor, e ainda sobrariam 40 milhões na caixa para eu fazer outras intervenções. O senhor entende o espírito não empresarial que a Prefeitura tem? Não tem, não é?

R – Mas também, com outro entendimento, a Prefeitura pode, no caso, ficar com o depósito, desde que ele não cumpra a obra depois.

P – Então. E ele tem prazos para cumprir. E, veja bem, ninguém que investe o que está sendo investido lá vai deixar de fazer obras que vão melhorar para ele mesmo. Ninguém; só se for de outro planeta, só se for um desajuizado. Mas o empreendedor não vai deixar de fazer obra que vai melhorar o entorno do seu empreendimento. Além do que, você está dando um TRAP de um shopping, de uma parte; tem ainda a torre para terminar, duas, e mais outra torre. Isso aí, no negócio, é maior que o shopping. Hoje, naquela região, o metro quadrado de locação de escritórios custa mais de 100 reais – por volta de 110 por metro quadrado. Quantos metros quadrados vão ter as torres de escritórios? Nenhum louco vai deixar de fazer as intervenções.

R – São 14 mil m² e 24 mil m² na outra.

P – São 30 mil m²?

P – É, a soma deu 30 mil m².

R – A 100 reais, o m², vai arrecadar, por mês, 30 milhões de reais em locação. Nenhum louco vai deixar de fazer as intervenções. Com um mês, ele faz todos os viadutos, tal.

Concedo um aparte ao Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Ricardo, as exigências do Shopping Vila Olímpia o senhor se recordam bem como foram? É vizinho desse empreendimento. Também é um shopping em relação ao qual nós vamos fazer um levantamento.

O SR. RICARDO LAIZA – É, no momento, eu realmente não lembro em detalhe das medidas.

P – Shopping Vila Olímpia. Como o senhor está trazendo as certidões desse outro empreendimento do lado do Transamérica, o senhor podia também trazer essas certidões do Vila Olímpia, para a gente fazer até uma comparação. Certidão e TRAP.

R – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu queria fazer um requerimento: para convidar o Sr. Afonso, Diretor do Aprov, que substituiu o Sr. Aref, para que compareça a esta comissão para tratar informações sobre o processo 20100017936-9, porque ele atestou, em requerimento, para este Vereador, que estava tudo regular, direitinho. E nós tomamos vistas do processo, com fotos, e atestamos que está irregular, diferentemente do que ele afirmou no ofício encaminhado a este Vereador. Por isso eu queria convidá-lo para que viesse aqui para falar um pouquinho sobre esse projeto.

Os Srs. Vereadores que concordarem permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado o requerimento.

O senhor vai nos mandar, não é, a Certidão de Diretrizes desse processo?

R – Sim.

P – Bom, o senhor vai estar aqui no dia 23, com mais dados, com mais números.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Tem a palavra, Sr. Vereador.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu gostaria de dar uma sugestão, que não sei se V.Exa. vai aprovar: eu gostaria que o Sr. Ricardo pudesse trazer assessores para orientá-lo para evitar o “eu não sei”, “eu sei”. O senhor vai ter ampla liberdade para trazer os seus assessores. E se o senhor anotou tudo que o senhor tem que trazer...

R – Anotei.

P – E, se há necessidade... Tem alguns que não têm requerimento. Mas, se houver necessidade, nós fazemos os requerimentos. Combinado?

R – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Retificando, então: o requerimento é para convocar o Sr. Afonso, Diretor de Aprov que assumiu o cargo do Sr. Aref.

Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com a convocação permaneçam como estão. (Pausa). Está aprovado.

Sr. Ricardo e Sr. João, agradeço a presença dos senhores. Peço desculpas por alguma eventual forma que tenha parecido contundente demais. De fato, a ideia é fazer justiça, para todos os lados. Não deixe de olhar a Marginal – o senhor, que é do CET: se está autorizada a entrada lateral para a entrada subterrânea...

O SR. WADIIH MUTRAN – Eu gostaria de falar algumas palavras antes de o senhor encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu não encerrei ainda.

Muito agradecido. Na próxima, nós vamos prepararmos mais algumas perguntas; e algo que a gente possa melhorar em relação a essa legislação também. Se o senhor puder trazer algumas demandas também. Esse problema em relação às divisões dos terrenos, usada para burlar a legislação de polo gerador de tráfego, sobre a qual temos que fazer alguma coisa também. E alguma coisa que aconteça no departamento e que a gente possa melhorar.

O SR. JOÃO BATISTA – Sr. Presidente, o senhor me permite? (Pausa) Na próxima quinta-feira, às dez horas?

P – Não, vai ser na próxima quarta-feira, às 12 horas, na sala ao lado. Os senhores estão dispensados. Muito agradecido pela presença.

Tem a palavra o Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIIH MUTRAN – Eu queria agradecer a atenção do Sr. João e do Sr. Ricardo, e dizer que, se eu falei um pouquinho alto é porque é o meu jeito de falar. Também queria agradecer a vinda dos senhores. Obrigado.

O SR. RICARDO LAIZA – Também agradeço; e peço desculpas, se em algum momento a gente ficou um pouco mais exaltado. Com toda a certeza, é privilégio ter Vereadores como os senhores aqui.

O SR. WADIIH MUTRAN – Eu queria ver o senhor exaltado; eu não vi.

O SR. RICARDO LAIZA – Eu fiquei me segurando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas é italiano?

O SR. RICARDO LAIZA – Italiano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então seguiu bastante.

Bom, nós temos mais requerimentos, Srs. Vereadores. Passemos à leitura.

- É lido o seguinte: (requerimento à CET, para que encaminhe cópias de todas as certidões de diretrizes referente ao Processo 20100017936-9).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (requerimento para oficial a Unilever).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (requerimento para oficial a Credicard Hall).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (requerimento para oficial a Sollos Incorporações e Empreendimentos Imobiliários).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (requerimento para convidar o representante legal da Cyrella Commercial Properties).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Lembro que a próxima reunião desta subcomissão ocorrerá no próximo dia 23, quarta-feira, às 12 horas, no 1º subsolo, na Sala Oscar Pedroso Horta.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.



Folha nº 67
Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon - RF 11.264
Técnico Administrativo - SGP.12

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**SUBCOMISSÃO DAS CONTRAPARTIDAS
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30-05-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Reaberta a sessão. A fim de dar continuidade aos trabalhos da última reunião foram convidados os Sr. Ricardo Laio Superintendente de Planejamento da CET e João Batista da Silva, Procurador da Secretaria Municipal de Transportes. Em atendimento ao requerimento de autoria do Vereador Aurélio Miguel, foi convocado Dr. José Roberto Stang Xavier Filho, Procurador do Município para prestar esclarecimentos a cerca do empreendimento JK Iguatemi e as contrapartidas envolvidas em sua construção.

Gostaria de saber se estão presentes. (Pausa) Não disseram o motivo? Está aqui. Secretaria Municipal de Transporte, remetente Sandra Granella. Assunto: ofício. Então eles não vieram e não disseram o motivo? Não está dizendo. “Em atenção ao convite, representa a CET para reunião a realizar no dia 30/05/12, informamos que o Sr. Ricardo Laio Superintendente de Planejamento da CET e Dr. João Batista da Silva, Procurador da Secretaria Municipal de Transportes, não poderão comparecer devido a compromissos anteriores firmados. Na oportunidade colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.” Agora vamos convocar.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Exatamente, Sr. Presidente. Estamos aqui trabalhando, eles não têm condições de vir. Vamos convocar. Ou então, colocarmo-nos a disposição. Vamos ao local onde trabalham, qualquer hora: meia noite, uma, ou duas da manhã. Porque se não, não vamos conseguir ver esse povo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nesse sentido, transformo esse convite em convocação. A votos. Os Srs, Vereadores de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovada a convocação desses servidores que não vieram no dia hoje.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, gostaria de incluir no pé de pauta os requerimentos que foram na Comissão de Finanças os seguintes itens: 10,11,12 e 13 para apreciação dessa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos os Srs. Vereadores de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Passo a ler os requerimentos. Item 1º.

- É lido o seguinte: (Oficiar a empresa Paulistana)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos os Srs. Vereadores de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, na medida em que os requerimentos foram distribuídos, anteriormente, para todos os membros da Comissão, solicito a dispensa de leitura dos itens, para votação imediata dos requerimentos.

O SR. WADIIH MUTRAN – Sr. Presidente, gostaria que fosse esclarecido a este Vereador os requerimentos do nobre Vereador Donato. Não entendi. Ele está próximo ao senhor, faz o requerimento e eu não entendi qual o requerimento que corresponde aos números 10, 11, 12. O que ele requereu para a subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Requereu que fosse incluído no pé de pauta os seguintes requerimentos: “Considerando a matéria veiculada no Jornal *Folha de São Paulo*., considerando que a matéria aponta para supostos enriquecimentos ilícitos envolvendo o Sr. Aref, Diretor do Departamento de Aprovações, cujos os rendimentos totais são incompatíveis ao patrimônio desde de 2005. Considerando ainda que o Sr. Aref não compareceu em diversas reuniões convocadas pela subcomissão em 2011 nesta Casa.

Requeremos, nos termos regimentais, que seja oficiado o Sr. Aref a comparecer a esta Casa Legislativa.

O SR. WADIIH MUTRAN - Gostaria de esclarecer à V.Exa. Se esse requerimento for aceito por esta Subcomissão, ou pelos membros dela, será um desrespeito total à Comissão. Portanto, se for colocado para aprovação, na data de hoje, agora, vou me retirar. Não vou votar e vou tentar anular. O senhor me dê licença.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor tem toda a licença do mundo. O Vereador Donato apresentou aqui assinado.

O SR. WADIH MUTRAN - Não, isso não existe. A Subcomissão quer mandar na Comissão. É um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Subcomissão tem...

O SR. WADIH MUTRAN - Eu não sou bandido para ser julgado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor está defendendo o Governo. O senhor vai defender o Governo em outro lugar, aqui não.

O SR. WADIH MUTRAN – Estou defendendo o direito do cidadão. Os juizes estão nos tribunais defendendo assassinos, bandidos e não são. Estou defendendo quem tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E o Kassab também.

O SR. WADIH MUTRAN - Seja quem for. Vou defender o senhor também se houver necessidade. Não é só o Kassab e qualquer um que esteja aqui. Se precisar, vou defender desde que seja direito. Aqui ninguém está brincando não. Isso é um desrespeito com a Comissão e a Assessoria não fala nada? Como? É desrespeito.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esta presidência suspenderá os trabalhos por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Vereador Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Obrigado, Presidente, pela concessão. Antes de ser colocado a votos, não poderia me calar diante das manifestações feitas pelo Vereador Wadih Mutran.

A votação desses requerimentos não causa nenhum desrespeito da Subcomissão com relação à Comissão. Primeiro, a Comissão não deliberou absolutamente nada. O Presidente, pela prerrogativa do seu papel, concedeu vistas. Então, esta Comissão pode votar qualquer requerimento sem nenhum problema, sem contradição e sem desrespeito a absolutamente nada. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estou na pauta do dia. Não sei por que o Vereador Wadih Mutran está nervoso.

Passemos ao próximo item: Requerimento nº 2. A pedido do Vereador Donato, não vou ler o requerimento uma vez que está na pauta.

A votos o Requerimento nº 2, do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

Tem a palavra o Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – O que está sendo votado?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É a pauta do dia que o senhor tem em mãos, o item nº 2. É o item nº 2, Vereador Aníbal, na pauta da Subcomissão. Não estamos deliberando pé de pauta neste momento.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor tem mais alguma dúvida?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN – Peço desculpas ao senhor. Vim para pedir aos Srs. Vereadores cópia do que acontecerá daqui para frente. Gostaria que o senhor autorizasse, por favor, porque também vou tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas não fiz nada. Estou votando pela pauta, Sr. Vereador. O senhor pode fazer o que quiser.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos o Requerimento nº 2, do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao próximo item: Requerimento da Subcomissão 03/2002, do Vereador Aurélio Miguel. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte: Requerimento de Finanças 04/2012, do Vereador Aurélio Miguel. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

Requerimento nº 5/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 6/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 7/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 8/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 9/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 10/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 11/2012. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 12/2012, de autoria do Vereador Aurélio Miguel. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 13/2012. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Passemos aos requerimentos de autoria do Vereador Donato, colocados em pauta e aprovados por esta subcomissão. Como coloquei isso a votos e ninguém se manifestou, está aprovado. Posteriormente, o Vereador Wadih Mutran percebeu que poderíamos convidar ou convocar servidores que estamos tentando trazer aqui há muito tempo, os quais saíram em jornais, por estarem envolvidos em fraudes e absurdos. Estamos observando tudo isso.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, concordo com V.Exa. Não coloquei nenhum obstáculo nessas matérias da subcomissão. O que não posso concordar é que nós, da subcomissão, pedimos vistas aos documentos, e as matérias aqui são aprovadas. Quero ver apenas esse detalhe, quando V.Exa. colocar essa matéria em votação. Caso contrário, vou pedir vistas ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É prerrogativa de o Vereador dar vistas ou não ao documento.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nobre Vereador, V.Exa. não faz parte dessa comissão.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, só quero fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se o nobre Vereador quiser fazer consulta, faça à Assessoria.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, V.Exa. não quer fazer essa deferência aqui para o Líder do Governo. Só quero fazer uma consulta, uma deferência ao Líder substituto do Líder do Governo e Vice-Líder. A primeira consulta é se esse Vereador não faz parte dessa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, nobre Vereador. V.Exa. não faz parte.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, estou substituindo o Vereador Roberto Tripoli. Como houve uma reunião, da qual faço parte, gostaria de saber se V.Exa. vai adotar os mesmos procedimentos quanto ao pedido de visto. Houve um precedente na comissão oficial, de Finanças, - aqui é a subcomissão - de pedido de vistas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aqui há o entendimento que sempre foi feito, em todas as comissões nesta Casa, quanto a requerimentos serem aprovados, deliberados ou não.

O SR. DALTON SILVANO – Há um precedente de pedido de vistas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Segundo o Presidente da Comissão de Finanças, isso é prerrogativa do Sr. Presidente. Então, nessa subcomissão, o Presidente é o Vereador que fala, e assim não vai atender ao pedido de vistas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Falei que quando entrarmos nessa matéria, solicito vistas de todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nobre Vereador, os requerimentos em pé de pauta estão

aqui.

R – O Vereador pediu vistas ao item 9, referentes aos número 11, 12...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O nobre Vereador diz que se refere à mesma matéria.

R – Sr. Presidente, também peço vistas a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Este Vereador, em função do que o Regimento Interno determina, de não ser projeto, mas requerimento, vou ler o documento e deliberar. Se a maioria decidir que deve haver vistas à matéria, acatarei. Caso contrário, não.

Vou ler agora o requerimento, de autoria do Vereador Donato.

- É lido o seguinte: (Diretor do Sr. Kassab compra 106 imóveis em sete anos)

O SR. ADILSON AMADEU – Temos de transformar isso em convocação, e não em convite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estou atendendo ao requerimento de autoria do Vereador Donato, que está em minhas mãos. O Vereador Aníbal de Freitas requereu vistas ao projeto. Solicito verificação nominal de votação.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, essa é uma prerrogativa da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É prerrogativa da Presidência. Não concedo vistas. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, registre-se o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está aprovado o requerimento. Vou suspender os trabalhos, para continuarmos os trabalhos no subsolo desta Casa.

O SR. ADILSON AMADEU – Registro a presença dos Vereadores Juscelino Gadelha, Chico Macena e todos os senhores presentes. Parabéns e felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Reaberta a sessão. Peço à assessoria que faça a leitura do segundo requerimento de pé de pauta, do Vereador Donato. Antes, tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Agora sim, com a presença do Vereador Dalton. Esses seriam aqueles itens pautados e objetos de vista na Comissão de Finanças?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sou totalmente contrário a isso. Solicito vista, pois eu não gostaria que isso fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O requerimento é para a Subcomissão, Vereador.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Ah, então, sim. Não são mais aqueles itens, como foi falado?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, nunca foi.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Então, retiro o que eu disse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, vamos fazer diferente, porque uma eventual dúvida pode suscitar pedido de encaminhamento de algum Vereador.

Há requerimento do Vereador Donato, a ser colocado em pé de pauta, para que sejam convidados os Srs. Hussain Aref Saab, Edilson Bonfim, Ricardo Pereira Leite e Orlando de Almeida. Peço à assessoria que faça a leitura dos requerimentos... (Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, é relativo ao requerimento. Gostaria que, em relação aos Secretários, que eles fossem convocados, não convidados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É que o Vereador Donato formulou dessa forma, nobre Vereador.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, eu pediria ao nobre Vereador Donato que fizesse uma análise disso, pois não podemos perder muito tempo.

O SR. DONATO – Os requerimentos relativos aos Secretários são convites ou convocações? (Pausa) Aceito o aditamento do Vereador Adilson Amadeu para que os Secretários sejam convocados, já que, em relação aos servidores, parece-me, há uma controvérsia pelo fato de eles não estarem na ativa e poderem ser convocados. Mas, quanto aos Secretários, não tenho dúvidas quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Verificamos a insegurança do Vereador Aníbal em relação

ao conteúdo do requerimento do Vereador Donato, que não foi bem colocado naquele momento. O Vereador Donato esclareceu que a matéria é a mesma e que apresentou os requerimentos que são os mesmos dos itens 10, 11, 12 e 13. Ele apresentou os requerimentos, mas houve esse conflito, esse mau entendimento.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Pela ordem, Sr. Presidente. Não houve insegurança nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Conflito.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não, não. Eu escutei bem, embora não tão bem quanto o Vereador Wadih Mutran. Ele havia falado inclusive os itens da pauta da Comissão de Finanças. Certo, Vereador Donato? Foi isso o que foi falado lá em cima. Então, não houve insegurança nenhuma.

- Manifestações simultâneas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não há concordância, mas o nosso Presidente esclareceu bem que é um novo requerimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não é para a Comissão de Finanças, é para a Subcomissão. Então, peço à assessoria que proceda à leitura de todos os requerimentos para inclusão em pé de pauta.

- É lido o seguinte: (Vereador Donato, visando averiguar denúncias veiculadas na *Folha de S.Paulo*, "Diretor de Kassab compra 106 imóveis em 7 anos", de 13 de maio de 2012, requer convite do Sr. Secretário Orlando de Almeida para esclarecimentos)

O SR. DONATO – Sr. Presidente, o nobre Vereador Adilson Amadeu aditou, e este Vereador concordou, que transformasse o convite, ao Sr. Secretário, em convocação.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, solicito vistas desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nobre Vereador Aníbal, no momento estamos deliberando para colocar o requerimento em pé de pauta.

Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com a inclusão de pé de pauta desse requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, requeiro que registre meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Registre-se o voto contrário do nobre Vereador Aníbal de Freitas.

Passemos à deliberação do segundo requerimento. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com o requerimento apresentado pelo nobre Vereador Donato, permaneçam como estão. (Pausa)

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, é pé de pauta. Estou com a pauta em mãos e não estou vendo esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só para explicar, na reunião passada, apresentamos também requerimentos no momento da reunião e aprovamos da mesma forma.

Na reunião passada, também aprovamos requerimentos que foram apresentados no mesmo dia, assim como ocorre com as CPIs. É isso que estamos fazendo neste momento.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, este Vereador teria condições de pedir vistas?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa é uma prerrogativa do Presidente, e gostaria que a assessoria me colocasse. Isso porque entendi que essa é uma prerrogativa do Presidente.

Esta é uma Subcomissão para apurar possíveis irregularidades. Vou ler o escopo da Subcomissão.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, por analogia simples, a prerrogativa da subcomissão é a mesma do Presidente da comissão e do Presidente da Casa.

Por analogia, V.Exa. tem a mesma analogia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – "Esta Subcomissão de Finanças e Orçamento foi constituída para verificar o cumprimento, ou não, de contrapartidas por parte de empreendimentos contemplados pelo aumento de potencial construtivo, a qualquer título, ou de geradores de tráfego de toda a natureza, bem como a adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e a aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito".

Esse é o escopo.

A praxe é sempre de apresentarmos os requerimentos e colocarmos a votos. Os vereadores contrários votam contrariamente e os favoráveis votam favoravelmente.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, continuo requerendo vistas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Gostaria que a Assessoria Jurídica fizesse um entendimento nesse sentido, porque escutei em diversas outras reuniões que isso é prerrogativa do Presidente porque é omissa. Sendo omissa, o Presidente pode deliberar, colocar a votos. A maioria pode decidir. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu pediria para que a assessoria jurídica explanasse aqui qual é a conduta correta no entendimento dos procuradores, por favor.

A SRA. - Bom, o Regimento é omissa com relação a requerimento de vista...

O SR. ADILSON AMADEU – Por gentileza, o nome da procuradora, para as Notas Taquigráficas. Se ela vai fazer uma leitura, por favor.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Sim. Meu nome é Simona Pereira de Almeida, RF 129.

O 63 fala do pedido de vista dentro...

- Falas fora do microfone.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Sim.

- Falas fora do microfone.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Não. O 63 fala que o Presidente é obrigado a dar vista dentro de processos, projetos, para emissão de parecer. No caso presente a gente está falando de um requerimento, não é um pedido de... não é uma emissão de parecer. Por ser omissa o Regimento com essa questão de requerimento, acho que o Plenário da Subcomissão tem que deliberar o pedido do Vereador de requerimento de vista, e depois o próprio (ininteligível) do requerimento.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS Procuradora, desculpe, mas pelo mesmo entendimento que é de processo, disso e daquilo, o requerimento também seria a mesma coisa.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Não, não é, porque...

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Então por isso que eu acredito, na minha interpretação, seja disso.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Obrigatório? O senhor acha que é obrigatório?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Sim, lógico. O processo... não fala dos processos, de uma série de coisas? O requerimento é a mesma coisa, então, por...

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Eu discordo...

- Falas sobrepostas fora do microfone.

O SR. DONATO – Pela ordem.

- Falas fora do microfone.

O SR. DONATO – Pela ordem. Nós pedimos o parecer da Procuradoria. Eu gostaria que fosse garantida a palavra da Procuradora, depois o debate é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso. Se a Procuradora tivesse dito que teríamos que dar vista, eu daria vista. Eu em momento algum desrespeitaria o Regimento. Por isso que eu pedi para que a Procuradora se manifestasse. Então...

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Bom, eu vou dar aqui o nosso entendimento. O Regimento é contraditório, é omissa. Eu estou dando aqui o meu entendimento a partir de uma troca de ideias com outros procuradores.

O 63 diz que, para emitir parecer em matéria, cada comissão tem prazo de 15 dias, prorrogável por mais oito dias. Dentro desse Art. 63 é que está previsto o pedido de vista.

- Falas fora do microfone.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – De dois dias...

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor está atrapalhando a ordem dos nossos trabalhos. Por favor, ou o senhor mantém o silêncio ou se retire.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então mantenha o silêncio.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vai precisar de força policial?

- Falas fora do microfone.

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – Eu não estou aqui conversando, discutindo o que foi decidido na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós estamos debatendo aqui a questão da Subcomissão...

A SRA. SIMONA PEREIRA DE ALMEIDA – É a questão de vista de requerimento. O Regimento é omisso, ele obriga a concessão de vista de dois dias. O Presidente é obrigado a dar vista, mas dentro de projeto para emissão de parecer, desde que não tenha prazo esgotado. Requerimento não há prazo, então eu acho que nesse caso, por ser omisso, quem vai decidir é o Plenário da Subcomissão, não é o Presidente sozinho, é o Plenário.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Muito obrigado.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor, o senhor não está com a palavra aqui. Por favor, o senhor respeite a Subcomissão. Por favor. Eu agradeço a manifestação da Procuradora. Coloco a votos o pedido de vista.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu coloco a votos o pedido de vista do Vereador Aníbal. Os vereadores favoráveis ao pedido de vista do Vereador Aníbal de Freitas...

- Falas fora do microfone.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Pela ordem, Presidente... Votação nominal...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – ...votarão "sim"; os contrários votarão "não". Como vota o Vereador Aníbal?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Apesar de discordar totalmente da Procuradora, que ela olhou um lado, não olhou o outro, eu sou favorável ao pedido de vista e à aceitação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Adilson Amadeu?

O SR. ADILSON AMADEU – Voto "não"

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Donato?

O SR. DONATO – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Francisco Chagas?

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Vereador Aurélio Miguel vota "não". Portanto não foi aceito o pedido de vista. A votos. Os Vereadores que tiverem...

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Pela ordem, Presidente. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Votação nominal.. Como vota o Vereador Aníbal?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Adilson Amadeu?

O SR. ADILSON AMADEU – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Donato?

O SR. DONATO – Favorável

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Chagas?

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está aprovado o requerimento, o primeiro requerimento. Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (Convocação do Secretário de Habitação, Ricardo Pereira Leite)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor requer votação nominal. Como vota o Vereador Chagas?

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Favorável ao requerimento..

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Aníbal?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Donato?

O SR. DONATO – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Adilson Amadeu?

O SR. ADILSON AMADEU – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Vereador Aurélio Miguel, favorável. Aprovado o requerimento.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (Convocação do Corregedor Geral do Município, Edilson Bonfim)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Votação nominal.

Como vota o nobre Vereador Francisco Chagas?

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Favorável ao requerimento.

Como vota o Vereador Aníbal de Freitas?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Ouvindo, não escutando, o que a Procuradora falou, eu discordo fielmente. Não é da minha interpretação. Respeito, mas não concordo com essa interpretação. Por isso que sou engenheiro: 2 e 2 são 4 e nunca 5. Agora, palavras resultam em várias interpretações.

Sou contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Donato?

O SR. DONATO – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Adilson Amadeu?

O SR. ADILSON AMADEU – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como vota o Vereador Aurélio Miguel?

Favorável.

Portanto, aprovado o requerimento.

Peço que faça a leitura do próximo requerimento, de autoria do Vereador Donato.

- É lido o seguinte (Requerimento do Vereador Donato à Subcomissão das contrapartidas, “considerando matéria veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. DONATO – Mas foi feito aditamento que o convite viraria convocação. (Pausa). Dos Secretários.

O SR. ADILSON AMADEU – Ricardo Pereira?

O SR. DONATO – Foi feito de novo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Suspenderei a sessão por alguns minutos.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos, sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Agora estamos deliberando o requerimento de convite do Sr. Hussain Aref. Os Srs. Vereadores favoráveis...

O SR. JOSÉ ANÍBAL – Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos o requerimento de convite do Sr. Hussain Aref. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel, verifica-se que votaram “sim” os Srs. Vereadores Francisco Chagas, Donato, Adilson Amadeu, Aurélio Miguel e não” o Sr. Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está aprovado o requerimento.

Há mais algum documento a ser deliberado?

- É lido o seguinte: (Documento dizendo que o diretor do Sr. Kassab compra 106 imóveis em sete anos)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos a deliberação do documento dizendo que o diretor do Sr. Kassab compra 106 imóveis em sete anos. Requeiro votação nominal.

Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel, verifica-se que votaram “sim” os Srs. Vereadores Francisco Chagas, Donato, Adilson Amadeu, Aurélio Miguel e não” o Sr. Vereador Aníbal de Freitas. Está aprovado.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Na seção V, que fala sobre procuradores, há o artigo 55, que fala que as comissões permanentes poderão constituir, dentre os seus próprios componentes, sem o poder decisório. Então, às vezes, tomamos algumas decisões e, às vezes, nem temos esse poder.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Sr. Presidente, submeto a V.Exa. e aos membros desta Comissão para que seja completado o conjunto de pessoas convidados, inquiridas ou convocadas. Aí poderia ser incluída no convite - porque, no caso, não é mais funcionária pública - a Sra. Lúcia de Souza Machado, que, segundo *O Estado de S. Paulo*, teria também, da mesma forma, tido enriquecimento inexplicável, para que venha a esta comissão prestar esclarecimentos.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, V.Exa. vai apreciar o requerimento primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nobre Vereador, não temos o requerimento aqui. Não sei se há possibilidade de fazermos isso verbalmente. (Pausa) Há possibilidade.

Os Srs. Vereadores favoráveis ao requerimento do Vereador Francisco Chagas, para que seja convidada a Sra. Lúcia de Souza Machado, Secretária da Secretaria que dirigiu o Sr. Aref, estiverem de acordo com o requerimento do Vereador Francisco Chagas permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado o requerimento do Vereador Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Eu vou transformar em requerimento escrito e submeteria, apresentarei a esta Comissão, porque já está aprovado.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, o Vereador Aníbal fez uma observação sobre a seção 5, das Subcomissões, mas é interessante ler a seção toda: “As Comissões Permanentes poderão constituir entre seus próprio componentes, sem poder decisório, subcomissões permanentes, subcomissões temporárias. O Plenário da Comissão Permanente fixará o número de membros da subcomissão, designando-os nominalmente. No funcionamento das subcomissões serão aplicadas, no que couber, as disposições desse regimento relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes”. O que entendo como caráter decisório? Eu, por exemplo, presidi uma subcomissão das OSs. O relatório final, nós tivemos que submeter ao pleno da Comissão. Agora, para ela funcionar ela precisa ter os instrumentos das Comissões Permanentes, que está autorizado expressamente aqui no Regimento. Então, para o funcionamento da subcomissão, ela tem os instrumentos da Comissão Permanente. A deliberação, que é um relatório, ela tem apresentar à Comissão Permanente. Essa é a forma que eu entende. Então o conjunto do artigo permite, no meu entendimento, e estamos totalmente na legalidade em relação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vereador, é lamentável que esta Casa não queira apurar essas fraudes que estamos observando, que já é fruto de um trabalho feito pela Subcomissão das Outorgas Onerosas, onde os Procuradores desta Casa nos ajudaram muito, nós seguimos o Regimento, a Lei Orgânica do Município e a pressão que fizemos, não obtivemos nenhuma documentação, não veio nenhum servidor aqui nos atender, mas a pressão que exercemos sob a Prefeitura e o Ministério Público, que inclusive fui chamado novamente no próxima dia 13 para prestar mais esclarecimento, que fez com que acontecesse o aparecimento das fraudes todas que estão saindo. Todo dia está saindo uma fraude e é sempre na mesma Secretaria que nós estávamos tentando apurar e não conseguimos. E as pessoas envolvidas, essas que saíram nos jornais, são as mesmas que deram prejuízo, eu já encaminhei Ministério Público. Não tem problema de falar porque encaminhei ao Ministério Público, já que esta Casa não quer fazer o trabalho dela, eu estou fazendo como Vereador, porque tive acesso à documentação e não posso me calar porque pode cair sobre mim até acusação de prevaricação e eu não vou colocar minha imagem nesse sentido. Nesse sentido encaminhei ao Ministério Público, está lá e as mesmas pessoas são as mesmas

pessoas que deram prejuízo à Prefeitura de São Paulo em 1999, na época da Operação Interligada Faria Lima, são as mesmas pessoas das outorgas onerosas, são as mesmas pessoas que estão no jornal de hoje, que também estão na Sehab e por sete anos detiveram vista de um processo que o Corregedor em um mês descobriu que tinha fraude. Então esta Casa não quer apurar essas fraudes, esses absurdos que estamos vendo na imprensa e eu não posso ficar calado. Por isso minha indignação quando eu vejo que uma comissão importante, como a Comissão de Finanças e Orçamento não quer fazer seu papel, ou não tem interesse, ou no plenário desta Casa há algumas semanas estou tentando pedir a instalação da quarta CPI. Então não estão lendo os papéis, estão obstruindo. É dessa forma que estou vendo.

É uma vergonha o que está acontecendo na cidade de São Paulo, é uma vergonha o que está acontecendo na Câmara Municipal de São Paulo. Não querem fiscalizar o óbvio, o que está na nossa frente. Estão fazendo de conta que são avestruz, enfiando a cabeça na areia, escondendo e não estão olhando nada. É essa a minha indignação.

O SR. ANIBAL DE FREITAS – Sr. Presidente é sempre um prazer estar aqui e, principalmente, fazer parte desta Comissão e logicamente este Vereador quer que as coisas sejam muito claras, bem esclarecidas e quero ressaltar que tudo isso que fui ao contrário, foi porque usando o bom senso, acho totalmente errado o que foi pedido vista na nossa Comissão de Finanças, que é maior. E de repente vir aqui, contrariar aquilo e chamar para cá. Quer dizer, eu acho, não sou doutor, sou muito novo na Casa, mas não me passa pela minha cabeça o bom senso de que a Subcomissão desvirtua alguma coisa que está acontecendo na maior, que é a nossa Comissão de Finanças.

Não sou assim um grande defensor, não quero ser, vamos dizer, o defensor maior. Acho que uma Administração não concorda em hipótese alguma com certas coisas erradas que acontecem. Acho que é bom para o Prefeito, para os Secretários verificar, checar todos esses erros, se assim foram cometidos. Se fizeram bobagem, se fizeram asneiras, se fizeram as coisas incorretas, esses elementos serão logicamente punidos. Não me passa que um Prefeito de São Paulo vá aceitar certas coisas.

Então, acredito na Justiça, concordo com toda essa vontade de apurar os fatos, concordo e estou aqui para isso mesmo. Estou aqui para colaborar. Vamos punir aqueles que realmente fizeram essas asneiras, essas bobagens que estamos ouvindo pelo jornal.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, nobres Vereadores, quero agradecer sempre a qualidade dos Procuradores.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Desculpa, só um pouquinho, Adilson, por favor. Você é meu parceiro, eu gosto de você a tal ponto que não estou querendo obstruir nada, que toda pauta que foi desta subcomissão, não tive nenhuma objeção. Normal, sem problema nenhum, porque acho o correto. Chamem quem quiser que tiver, está na pauta da Subcomissão. Obrigado. Desculpe nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – É sempre uma honra e um prazer escutá-lo, nobre Vereador Aníbal de Freitas. Parabenizo sempre a qualidade dos Procuradores, os funcionários, os assessores de Comissões, porque nós Vereadores, estamos de passagem e eles continuam. Mesmo quando manifestam as suas posições, poderá talvez a Mesa Diretora mudá-los de sala, mas vão continuar funcionários. Parabéns pela posição deles.

Com referência ao Prefeito, ele sabe de tudo, sim. Não venha agora ficar escondido não, porque sabe tudo o que acontece. Aliás, a Cidade está do jeito que está porque ele sabe de tudo. Dinheiro tem, mas as coisas acontecem de forma diferente. Lamentavelmente, dificilmente conseguiremos instalar uma nova CPI. Hoje a Record deu pedrada nos Vereadores falando no *Jornal da Manhã* que ninguém faz uma CPI da CET. Tenho protocolada já há oito anos a CPI da CET e protocolei outra há cerca de três anos. As coisas realmente não andam porque o Governo passa com o trator em cima de boa parte dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Convocamos o diretor do CET que não veio no dia de hoje. Já deliberamos e também o convite e convocação desses requerimentos aprovados.

O SR. ADILSON AMADEU – O Sr. Ricardo do CET veio aqui e se comprometeu naquele dia. Depois recebeu informações para não vir e ele que não venha sem toda a documentação que se comprometeu a trazer.

Folha nº 78

Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon - RF 11.264
Técnico Administrativo - SGP.12

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ele já encaminhou alguma coisa e viria para que tirássemos algumas dúvidas em relação às certidões de diretrizes de alguns empreendimentos. Peço à assessoria que verifique o dia que podem vir na próxima reunião na quarta-feira das 12h às 15h, na Sala Oscar Pedroso Horta. Quem puder vir, nós os atenderemos.

Algum Vereador tem mais algum requerimento?

Não havendo mais nada a tratar estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde.



Folha nº 79
Do processo nº 37-003/2012

Andre Marcon – RF 11.264
Técnico Administrativo – SGP.12

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**SUBCOMISSÃO DAS CONTRAPARTIDAS
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 06 DE JUNHO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na qualidade de presidente da Subcomissão da Comissão de Finanças e Orçamento constituída para verificar o cumprimento ou não de contrapartidas, por parte de empreendimentos contemplados por aumento de potencial construtivo a qualquer título ou de geradores de tráfego de toda natureza, bem como adequação dos respectivos projetos aprovados e a realidade existente executada, além da apuração da arrecadação e aplicação dos valores correspondentes, incluindo o Fundo Municipal do Desenvolvimento do Trânsito, declaro abertos os trabalhos da 5ª reunião ordinária do ano de 2012.

Com a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Francisco Chagas, Donato e Aurélio Miguel na presidência.

Esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara Municipal de São Paulo - www.camara.sp.gov.br, link TV Câmara e Auditórios On-Line.

Estão presentes: o Dr. José Roberto Strang Xavier Filho, procurador do Município; Dr. Carlos Figueiredo Mourão, presidente da Associação dos Procuradores do Município e a procuradora chefe.

O requerimento é de autoria do Vereador Adilson Amadeu, para quem passo a palavra.

Agradeço a presença de todos.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, bom dia a todos.

Dr. José Roberto Strang Xavier Filho, o senhor é funcionário de carreira concursado?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Sou procurador do Município concursado.

P - Há quanto tempo o senhor está neste cargo?

R - Há três anos.

P - Só quero que o senhor me conte a respeito do empreendimento JK, tudo o que o sabe a respeito.

R - Bom, o que eu sei do empreendimento, tirando o que qualquer cidadão sabe por meio da mídia, é da minha atuação como procurador em três ações judiciais que envolvem o mesmo local.

A primeira ação judicial é de 2009, diz respeito à primeira fase do empreendimento, foi ajuizada pela Cia. W.Torre em face do Município, onde o requerimento, na época, era de não realização das medidas que vinham sendo definidas pela CET como necessárias, para a mitigação do impacto viário.

Nessa ação judicial houve um acordo, e a companhia se comprometeu a realizar as mesmas obras que a princípio havia litigado para não realizar.

Ao longo dos anos as obras foram sendo feitas e no ano de 2011 foram concluídas, em relação à primeira fase do empreendimento.

Quanto à segunda fase, como foi expedida uma certidão de diretrizes específica, que seria o Shopping, houve a necessidade de previamente abertura a do Shopping que era da segunda fase, terminar todas aquelas obras.

Não havia nenhuma discussão sobre isso no primeiro processo, mas quando passaram a ser exigidas, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública em janeiro ou fevereiro deste ano, requerendo: em face das empresas que elas não iniciassem a exploração do Shopping antes de concluírem as medidas de mitigação de impacto; em face do Município para que não expedisse qualquer licença de funcionamento ou certificado de conclusão, antes que as obras fossem concluídas.

Nessa ação houve uma liminar que impediu a abertura do shopping, mas não impôs qualquer obrigação ao Município, a liminar foi parcial.

Em paralelo, as empresas fizeram um pedido administrativo para a Secretaria de Transportes - como o Dr. João Batista já deve ter esclarecido -, para substituir as obras por uma fiança bancária. O referido pedido foi indeferido, o que suscitou uma terceira ação judicial das empresas contra o Município. Atuei mais diretamente nessas ações.

O juiz abriu uma oportunidade para o Município falar nos autos, antes de apreciar o pedido de liminar. Falamos e o juiz indeferiu a liminar. Houve uma reiteração desse pedido e também uma segunda oportunidade de falarmos a respeito. Novamente peticionamos e a liminar foi rejeitada mais uma vez.

Houve um recurso das empresas que até o momento ainda não teve efeito prático, será julgado provavelmente no próximo mês, mas não teve nenhum tipo de decisão desse recurso ainda. São essas as três ações em que atuo. É tudo o que sei sobre o empreendimento.

P - O senhor esteve com os advogados da W.Torre?

R - Nunca.

P - O senhor fez alguma reunião na CET com quem a respeito desse empreendimento? Qual foi a última reunião que os senhores fizeram para falar sobre esse empreendimento, por procurador, CET, Secretaria de Transportes?

R - O contato com a CET e com a Secretaria de Transportes sempre foi por meio de *e-mails*, não tivemos tempo de fazer uma reunião, até porque as ações sempre tramitaram em regime de urgência.

Logo que foi ajuizada vinha um requerimento de medida liminar, o juiz abriu prazo para o Município falar em questão de poucos dias. Preparamos uma defesa com base nos materiais que a CET já havia nos enviado. Não houve tempo hábil para uma reunião, mas sempre estive em contato com a Procuradoria Geral do Município, que é o órgão superior ao meu, sou do departamento judicial.

P - Com quem?

R - Com a Dra. Lílilana Marçal.

P - Sim, o senhor passava todos os assuntos logicamente que vêm nas suas mãos, exatamente esse assunto JK o senhor passava para ele.

R - Sim, para a Procuradoria Geral do Município.

P - Muito bem. Desde que o senhor entrou neste caso, tratou com a Secretaria de Transportes e CET via *e-mail*?

R - Via *e-mail*.

P - O senhor tem todas essas cópias?

R - Não só via *e-mail*, como também via processo administrativo.

P - O senhor tem todas essas cópias desse assunto tratado?

R - As cópias de *e-mails* não estou seguro, porque o programa deleta os *e-mails* antigos automaticamente. Agora, o processo administrativo está sob custódia ou nossa ou da Procuradoria Geral e as cópias estão lá.

P - Os senhores têm condição de oferecer essas cópias?

R - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélil Miguel) – O senhor me dá um aparte, Vereador?

O SR. ADILSON AMADEU – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélil Miguel) – Na ocasião quando veio o representante da WTorre, ele disse que a Procuradoria tinha dado um parecer favorável para a abertura. O senhor confirma isso? E que depois, na hora de dar o TRAP, os senhores mudaram de posicionamento. Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Sobre os pareceres da Procuradoria, já é um outro órgão. É o consultivo.

P - Mas falou que foi. Justamente chamamos o senhor porque foi dado o seu nome. Não é nada pessoal. Estamos consultando, porque o senhor pode ter dado um parecer favorável porque há possibilidade de dar.

Num momento deu o parecer favorável, depois mudou o posicionamento? É isso que a gente gostaria de saber por quê? O Ministério Público não pode interferir na legislação, com todo o respeito que tenho pelo Ministério Público, a legislação é para ser cumprida. É nesse sentido que eu gostaria que o senhor falasse.

R - Não expedil nenhum parecer, não tenho competência para isso. O meu órgão é de contencioso processual, atuei nos processos judiciais.

P - Qual é o órgão que emite parecer que o senhor disse?

R - É a Procuradoria Geral.

P - E tem algum parecer da Procuradoria Geral favorável? Por favor, a Sra. Lílilana, procuradora chefe.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Fique à vontade, senhora. Apenas peço que a senhora se identifique, para que fique registrado.

Queria registrar a presença do Vice-Líder do Governo, nobre Vereador Dalton Silvano.

A SRA. LILIANA MARÇAL – Boa tarde a todos. Meu nome é Liliana Marçal. Eu sou Chefe da Assessoria Jurídico-Consultiva da Procuradoria Geral do Município.

Com relação ao parecer: realmente, o departamento judicial não elabora pareceres; é uma atuação meramente processual. É atuação dentro dos processos judiciais.

O que aconteceu: diante do indeferimento administrativo do pedido de TRAP feito à Secretaria Municipal de Transportes, a empresa WTorre entrou com uma espécie de embargos de declaração, e um pedido de reconsideração. E, dentro desse pedido de reconsideração, o processo foi encaminhado à Procuradoria Geral, para análise. Nós analisamos esse processo lá, dentro da Procuradoria Geral do Município, e tivemos algumas conclusões, que acabaram saindo na imprensa de maneira distorcida. E qual foi o parecer da Procuradoria?

Num primeiro momento, nós afastamos a questão da impossibilidade de realização das obras. Ou seja, não daria para aplicar a lei atual do polo gerador de tráfego, nem a questão da caução, porque ela é específica num caso em que esteja comprovada realmente a impossibilidade de realização...

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente. Doutora, guardando o seu raciocínio: em que momento os senhores, procuradores, negaram...

A SRA. LILIANA MARÇAL – Nós não negamos. Na verdade, era uma consulta da Secretaria Municipal de Transportes...

P – Quando?

R – Foi agora: março, março-abril.

P – Mas aí já estavam construindo o empreendimento.

R – Sim, mas a questão toda não é a questão da viabilidade do empreendimento em si – essa questão não estava sendo analisada –, era só a questão das obras de mitigação de trânsito. Só isso. Ele já tem alvará, já tem tudo. O que nós estamos tratando aqui são simplesmente obras de mitigação de trânsito.

Eles alegavam a impossibilidade de realização das obras em razão de um eventual retardamento na emissão de licenças para a execução dessas obras, e que isso, no entender deles, configuraria a impossibilidade de realização das obras, e, portanto, a caução que eles teriam feito seria suficiente para a emissão do TRAP.

A gente analisou a data de emissão dessa certidão, e a ciência deles em relação a essas obras, e os pedidos que eles fizeram. Então, na verdade, há anos eles têm ciência dessas obras que seriam necessárias para a segunda fase, e eles demoraram muito para pedir essas licenças municipais para executar as obras. Então nós afastamos essa questão da impossibilidade, e fomos para um segundo estudo.

Seria possível fazer um novo “faseamento” de obras para tirar o shopping dessa segunda fase? Porque essa segunda fase não era só o shopping – são dois prédios atrás e mais um teatro. Então vamos tirar o shopping para fazer como se fosse um segundo “faseamento”, e a CET informaria quais seriam as obras necessárias só para mitigação do trânsito causado pelo shopping. Eles realizariam essas obras, e daí poderia ser emitido o TRAP.

Esse processo, depois de passar pela Secretaria dos Negócios Jurídicos, e de ser acolhido pelo Secretário, voltou para a Secretaria Municipal de Transportes, para os técnicos informarem quais seriam as obras necessárias só para mitigação do shopping – e é nesta fase que está.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora sabe quais obras já foram feitas lá?

A SRA. LILIANA MARÇAL – As obras da primeira fase...

P – Nós estamos falando da segunda fase. Aliás, na primeira fase não poderia nem ter dado...

A legislação não permitia. Vocês fizeram um acordo, mas em que a legislação não dava sustentação. O acordo que os senhores fizeram não existia antes da legislação nova?

O SR. ADILSON AMADEU – Na primeira fase, nobre Presidente, em 2009.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso. Como vocês fizeram um acordo em desacordo com a legislação?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - O acordo, na verdade, foi praticamente

um reconhecimento das empresas, de tudo aquilo que elas iam mitigando (?) contra. A CET fixou medidas de acordo com a legislação vigente – uma lei de 88 e o Código de Obras –, a empresa as impugnou em juízo, e, diante dos insucessos que ela vinha tendo no processo, ela aceitou fazer um acordo para cumprir exatamente aquilo contra a qual ela brigou.

O SR. ADILSON AMADEU – Ah, foi justamente no que ela entrou.

A SRA. LILIANA MARÇAL – É, foi por isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas vocês liberaram um prédio do funcionamento do Santander sem as obras que deveriam ser feitas para a mitigação.

A SRA. LILIANA MARÇAL – Essa pergunta eu gostaria que o senhor fizesse para os técnicos da Secretaria Municipal de Transportes.

P – Nós vamos fazer.

R – Isso aí eu não sei responder ao senhor; isso aí não passou pela PGM.

P – Em relação a essa segunda fase, eu queria saber se houve em algum momento um parecer favorável ou não para o TRAP, porque, segundo o que foi dito pelos empreendedores, em um determinado momento houve um parecer favorável da parte dos procuradores, pelo qual não havia problema algum em dar o TRAP.

R – Não, não, Vereador, só para deixar claro: só teve um parecer elaborado pela Procuradoria Geral do Município, que é esse parecer ao qual eu estou me referindo, feito por um procurador nosso e acolhido na Secretaria dos Negócios Jurídicos, que não libera a emissão do TRAP. Vê a possibilidade, a viabilidade jurídica de um novo “faseamento”. É uma coisa bem diferente. É um novo “faseamento”.

P – Aí eu faço a pergunta para a senhora: quais as obras mitigatórias que já foram feitas? A senhora sabe?

R – Não, todas, de cabeça, não. Eu sei que eles batem muito na questão da quarta via da Marginal...

P – É, fizeram o viaduto sobre... sob o viaduto da Cidade Jardim, com pista dupla, a quarta via, e a ciclovía também.

R – A ciclovía, que não sei se está concluída, na verdade. Para ser sincera, eu não sei todas as obras. De cabeça, assim, eu não sei. O que a gente fez foi uma análise jurídica de uma possibilidade de um novo “faseamento”, destacando o shopping do resto do empreendimento. Foi só isso.

P – Verificando o material que foi encaminhado, eu vi que eles deram entrada nos pedidos para licença de edificação das obras, e me parece que só tiveram a licença há 30 dias. Quer dizer, se é um processo antigo, que precisa de autorização do poder concedente, autorização municipal para fazer as intervenções, como é que se faz?

R – É, mas aí a gente fez uma análise, Vereador, da data de emissão da Certidão de Diretrizes da CET, a ciência que eles tinham da necessidade de realização dessas obras e do efetivo pedido deles de licença. Então transcorreu um prazo muito grande. Se eles já tivessem solicitado, e iniciado algumas dessas obras, desde o início, quando eles começaram a construir o próprio shopping e os outros prédios, provavelmente essas obras estariam acabando no mesmo momento.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - Eu só gostaria de completar que isso é tema de defesa do Município, porque, inclusive, na última ação judicial, eles sustentam que eles não conseguiram fazer as obras em virtude de atrasos no processo de licenciamento das próprias obras – quando, na verdade, esses pedidos foram feitos apenas a partir de novembro; e, desde 2009, eles já estavam cientes de quais seriam as obras.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Novembro de?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - Dois mil e onze.

P – E não tem uma verdade aí a respeito dessas liberações de outras secretarias que realmente ficaram 11 meses, e, depois, em 15 dias, deram a liberação?

R – Pelo que me consta, todos os pedidos foram feitos a partir de novembro, e ação que eles ajuizaram foi em março, de modo que já tinham se passado três ou quatro meses.

P – A Secretaria do Verde e Meio Ambiente demorou 11 meses?

R – Foi requerido em janeiro.

P – Que janeiro?

R – Deste ano. Inclusive, de acordo com a própria petição inicial dessa última ação que a WTorre propôs, ela informa ao juiz que requereu a licença ambiental no dia 25 ou 26 de janeiro.

P – Eles já tinham dado entrada? Ficou sendo examinado o processo na Secretaria do Meio Ambiente?

O SR. DONATO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Só para eu entender os critérios. Existia uma primeira fase; o prédio, hoje, é do Santander. Existiam já medidas mitigatórias, obras solicitadas na Certidão de Diretrizes, na legislação anterior, que não previa nenhum “faseamento” – não existia o TRAP. Como é que foi liberado a Certidão de Diretrizes e a possibilidade do habite-se do alvará de conclusão para o prédio do Santander?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - Isso é assunto da subprefeitura de Pinheiros que é o órgão competente para expedir licença de funcionamento.

A SRA. LILIANA MARÇAL - Não foi feita nenhuma consulta a PGM a respeito dessa questão. Entramos em atuação nessa segunda fase. Passado esse histórico não foi objeto nem das ações judiciais que ele trata, nem dos pareceres, enquanto estou na chefia não sei informar isso.

O SR. DONATO – Apenas para recuperar aqui. Tivemos um processo bastante interessante nesta Casa a partir de uma Subcomissão de Polos Geradores, com a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Miguel, eu, Abou Anni, Jorge Tadeu, na época, conversamos muito com empreendedores e com a CET. Atualizando a Legislação de 88, é fruto dessa conversa e dos vários problemas, tanto de um lado quanto do outro. Existiam empreendedores que reiteradamente pediam novas certidões de diretrizes para empurrar para frente e não realizar as obras, porque grandes empreendimentos em geral têm fases, é um shopping, depois é uma loja de carro, é um hotel, ou seja, vários empreendimentos e alguns se valiam dessa possibilidade para nunca realizar as contrapartidas. E por outro lado tinha muito grande do poder público municipal. Tivemos casos aqui absurdos, que muitas vezes a CET exigia uma rampa em algum lugar que ia mexer em 10 árvores e a Secretaria do Verde demorava um ano para decidir. Por isso surgiu a ideia do TRAP, em comum acordo os representantes da CET a ideia de fixar as contrapartidas, a ideia da caução, porque se não existir a possibilidade real do empreendedor realizar intervenção, por isso a ideia de ter um termo parcial e a possibilidade caucionar o dobro da obra, ou seja, não é para ele se valer dessa possibilidade para não realizar a obra, mas é numa impossibilidade grave mesmo. E o que percebo, na primeira fase, com uma lei, esses instrumentos todos foi feito um acordo, e sem as obras, porque as obras era uma certidão de diretrizes do solo, não tinha um faseamento na certidão de diretrizes pela lei anterior. E se liberou um grande prédio lá, a torre do Santander. E agora na segunda fase, quando me parece que o bom senso e a utilização boa da lei permitiria uma situação melhor, aí você tem uma situação, ou seja, dois pesos duas medidas para o mesmo empreendimento. Isso que gostaria de entender. Sei que não é responsabilidade da PGM, ficou claro aqui, mas acredito que são questões que temos de aprofundar. Porque que uma lei mais rigorosa, sem os instrumentos mais ágeis, melhores que a própria experiência nos impôs, se faz um acordo e agora que temos os instrumentos tem tanta dificuldade, tem impacto social, tem problema no empreendimento, problema do desemprego. Sei que administração pública também tem de se proteger e estar de acordo com a lei. Mas me parece dois pesos e duas medidas. Isso que me chama atenção nesse processo. Não é bem uma pergunta, apenas uma consideração minha.

A SRA. LILIANA MARÇAL – Apenas uma observação. Atuo bastante na área de direito urbanístico, só fazer um comentário. Acredito que a ideia da caução é bem plausível, bem razoável. Temos de nos pautar pelo princípio da razoabilidade, mas ela não pode ser utilizada pelo empreendedor como instrumento, em uma saída para não realização das obras. Porque o funcionamento do empreendimento, apesar de estar caucionado o valor o impacto que ele causa, o dano urbanístico que ele causa a cidade, a coletividade, não só pessoal do entorno, mas a coletividade, é muito grande. Então acho que a questão da caução, tem de ser utilizada como uma exceção e não como regra.

O SR. DONATO – Sem dúvida está colocado assim...

A SRA. LILIANA MARÇAL – Com exceção no sentido quando houver mesmo a inviabilidade, o que não podemos deixar é quando houver desidias de empreendedores que poderia ter iniciado essas obras em dois, três anos para trás a ligar agora, quando ele quer na verdade só inaugurar empreendimento que ele não teve tempo hábil de realizar as obras...

O SR. DONATO – Ele alegou mais coisas aqui. Não quero tomar partido de ninguém. Aqui estamos querendo entender o que aconteceu. Ele fala que no tal do acordo, por isso eu me refiro ao acordo da previa uma medição sobre a melhoria do trafego com as obras realizadas na Marginal. Ele argumenta que a CET mediu, e as obras deram fluidez e que o impacto da existência do Shopping seria mínimo por conta que o shopping funciona em horários entre picos, enfim, tem toda uma argumentação dele aqui. Não sei se é razoável ou não. Não sou técnico. Queria ouvir para que possamos tentar entender bem ali. Entender os critérios. Tem um problema que a lei, e a gente não conseguiu resolver isso na atualização da lei, é que ali é uma região de explosão, de empreendimentos. Quais os critérios para um shopping, de um lado ter uma contrapartida de 80 a 100 milhões de reais e muitas vezes o empreendimento muito próximo que gera trafego, 300 mil, 500 mil reais pinta uma faixa, coloca um semáforo inteligente. É um drama difícil de resolver na lei. Porque como você faz isso? Precisaria ter um estudo global da área, mas como os empreendimentos, cada um tem seu ritmo, seu momento, o cara pode licenciar e só construir mais para frente, não construir no momento em que ele licenciou. Estamos em situação que dá margem a uma arbitrariedade. Um empreendimento fica com toda conta do impacto no trânsito e às vezes um empreendimento da mesma dimensão, dimensão parecida não paga conta quase nenhuma. Isso tem um lado de injustiça que a nossa lei não conseguiu resolver, mas enfim, só estou fazendo considerações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Justamente foi esse questionamento que fizemos da outra vez que veio os representantes aqui da Secretaria. O Shopping está previsto em 3 mil 700 vagas, são mais duas torres e mais uma outra torre. A certidão toda de diretrizes desse empreendimento. Para atender todo esse empreendimento, a certidão que saiu foram todas as intervenções, só que ele está pedindo parcialmente. Somente a abertura do shopping. O que representa? O que foi feito, ele questiona aqui também no pedido que ele deu entrada na Prefeitura do Município de São Paulo. Pergunto se poderia haver a possibilidade de ter dado ou não.

A SRA. LILIANA MARÇAL – Na verdade o que examinamos, foi o seguinte: na verdade essa questão de tirar o shopping do empreendimento, só tratado o shopping, esquecendo esses dois prédios.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Que não estão prontos.

A SRA. LILIANA MARÇAL – E o Teatro da Daslu, é isso que falamos. As decisões judiciais não inviabilizam esse novo faseamento. Como vimos a possibilidade desse novo faseamento só para destacar o shopping, é que consultamos os órgãos técnicos para tentar, afinal, só para o shopping, que obras seriam necessárias. Esse estudo que a CET está elaborando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E o que os órgãos técnicos falam?

A SRA. LILIANA MARÇAL – Ainda não voltou o processo para PGM, não sei quais são as conclusões de obras.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A CET já tem estudos sobre isso?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Sou funcionário da CET, respondo pela área da gerência de estudos especiais do polo gerador. Essa solicitação veio por meio da PGM, o estudo foi realizado, foi encaminhado a SMT. Está em trâmite de encaminhamento a posição para apreciação da SGM, da Promotoria Geral do Município, uma vez que no próprio despacho, talvez o Dr. João possa esclarecer essa particularidade, solicita que essas análises sejam encaminhadas novamente a promotoria para que eles possam avaliar. Eventualmente, referendá-las.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dar o respaldo Jurídico?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Perfeito.

O SR. DONATO – Mas só para entender: está em trâmite significa que já saiu da CET?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Já saiu da CET e encontra-se em SMT, em trâmite

para a Promotoria.

P – Saiu quando da CET?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Procuradoria do Município.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Procuradoria do Município. Saiu na... Hoje é quarta... Segunda-feira para terça-feira.

O SR. DONATO – Segunda-feira saiu...

R – Isso.

P – E foi para SMT...

R – Está em SMT.

P – Está na mesa do Secretário...

R – Desculpe... Terça-feira.

P – Ontem?

R – Ontem.

P – É bom chamar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quais são as intervenções? Qual é a solução encontrada?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Na realidade, a partir da solicitação do faseamento, onde a proposta apresentada caracterizava a solicitação do funcionamento do shopping e das duas torres de escritório...

P – E mais o teatro.

R - ... e mais o teatro...

P – Que é uma torre, praticamente.

R – Isso. Nós promovemos toda uma análise a partir de simulação, identificando não só esses cenários solicitados como a possibilidade de eles operarem de formas distintas: ou o que já está hoje liberado – no caso, o Santander com o shopping -, ou com as duas torres, ou o shopping e as duas torres, até a situação-limite de todo o empreendimento estar em funcionamento. Isso apresenta, no contexto das características de simulações, uma avaliação da alternância dessa velocidade média identificada na área, variando de 39,5 a 37,8 para as situações, que estão dentro desse processo, em análise em SMT e para a Procuradoria, posteriormente.

O SR. DONATO – Mas o parecer da CET é pelo novo faseamento?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – O parecer da CET ilustra as situações possíveis e uma caracterização, principalmente em função do alargamento concluído da Marginal Tietê...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Marginal Pinheiros.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Desculpe, da Marginal Pinheiros. Uma condição de um desempenho melhor, que caracteriza essas pequenas diferenças de velocidades ante a expectativa final e as situações com esses cenários possíveis, como eu disse, com variações que vão da ordem, praticamente, de 38 a 39, em cima de uma expectativa maior inicial, que era trabalhar na ordem de 41.

O SR. DONATO – Mas eu não entendi... A PGM fez uma consulta para a CET sobre se podia ter um novo faseamento. Qual é a conclusão da CET?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – O faseamento que ela nos solicitou é a análise da situação shopping funcionando e as duas torres.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, mas isso não vai acontecer. Ele está pedindo somente o shopping no momento. As duas torres não vão ser entregues agora, inclusive vieram as pessoas aqui e falaram que só daqui a oito meses. Então, o que está se pedindo aqui – pelo menos no que foi entregue aqui, no pedido que foi feito, de TRAP, para o Executivo – foi somente em relação ao shopping. E as intervenções que foram feitas - a Ponte da Cidade Jardim, que fizeram lá as duas pistas -, é isso o que foi pedido. Não foi pedido em função das duas torres. Então, eu não sei por que está se falando das duas torres novamente.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Pois não. A simulação considerando o funcionamento do shopping ao Santander, já em operação,...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso, sim.

R – ... é, de todos os cenários, o mais positivo, que trabalha na ordem de 39,5, a velocidade na sessão lá, em relação aos 41 de expectativa. É a condição mais favorável dentro dos cenários

possíveis.

P – Então, há possibilidade de se dar o TRAP?

R – Se houver, por parte da Promotoria, uma recomendação nessa linha,...

P – Veja bem: a Procuradoria, ela só vai te dar a garantia jurídica; a técnica, quem dá são os senhores. A jurídica, se o senhor falar o que o senhor acabou de falar agora, aqui, ela vai referendar. Claro que vai referendar, até porque a Prefeitura vai ganhar só com a abertura do shopping, só de IPTU para o ano que vem, 10 milhões de reais, ou 12. Então, ela vai referendar. E mais a arrecadação de serviços, empregos, Cadastro Municipal de Contribuinte... Tudo isso gera riqueza. Ela fica pendente na questão técnica. O que o senhor acabou de falar neste momento, ela vai referendar. Não tem como, a legislação permite.

O SR. DONATO – Eu sei, mas só para entender de novo. A PGM fez uma consulta à CET. É possível um novo faseamento? Sim ou não?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Sim.

P – Então, entendi agora.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ela falou que sim. E ele disse mais: que havia possibilidade com o shopping e as duas torres, porque ele estava falando: ou as duas torres, ou uma torre e o Santander. Aí, eu questionei: “só o shopping e o Santander, que tem lá, já funcionando”; e ele disse que até melhora o coeficiente em relação à fluidez. Não é isso?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Na realidade,...

O SR. DONATO – Só para entender: o novo faseamento prevê quais obras mitigadoras?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – A proposta desse faseamento previa que as obras associadas à construção daquele ramo direcional - de ligação da Juscelino Kubitschek com a Marginal Pinheiros, pista local, e a passarela – deveria ser concluída só no final de todas as etapas construtivas do empreendimento; ou seja: a construção das demais torres e da torre que vai ser construída sobre a antiga Daslu.

O SR. DONATO – Ou seja, no momento, com as obras já realizadas, é possível considerar... liberá-las; e só para liberar o conjunto do complexo é que seriam necessárias todas as obras concluídas...

R – Esse é o objeto maior da solicitação.

O SR. ADILSON AMADEU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aí, não se abre mais exceção. Se não concluir, não abre torre, não abre nada, já fique claro. Não é isso, Procurador? É isso. É simples. Agora: por que tanta novela, não é? Difícil, hein? Eu, que não sou técnico, fiz a conta rapidinho: dois mais dois são quatro. Mas, olha... Essa administração te dificulta para vender facilidade. Eu queria ser uma mosquinha agora para saber o que aconteceu lá no Executivo.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor também não vai descobrir nunca o que anda lá no Executivo... Está difícil, o senhor não vai saber nada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com esses escândalos que tem aqui, a gente não consegue trazer Secretário, informação, nada. A casa... O síndico... Está aí, o Prefeito diz que quer ser garagista; mas ele é o síndico aqui da Câmara Municipal, ele já manda aqui.

O SR. ADILSON AMADEU – Os procuradores, os funcionários... Vocês não têm nada... Logicamente, veem o melhor para a população, o melhor para o Município; mas tem algumas coisas que não batem. Quando veio aqui, numa sessão, um empresário, ele até citou o Dr. José Roberto Strang Xavier. E, aí, a gente vê aqui que o Ministério Público entrou com uma ação na justiça e conseguiu uma decisão judicial impedindo a abertura. Foi isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - Sim.

P – Aí, ele também fala: (Vereador faz leitura de notas taquigráficas rodízio 8-10-12756, de 9/05/2012): “Na verdade, não. O Desembargador deu um parecer dizendo que achava que a Prefeitura era capaz de entender, desde que o empreendedor estivesse cumprindo o que era para ser cumprido. Quer dizer, ele transferiu, outra vez, a responsabilidade para a Prefeitura. O que o Ministério Público pediu é que eu estivesse proibido de abrir se eu não tivesse todas as licenças. É óbvio que não iríamos abrir se não tivéssemos todas as licenças, todos os documentos. E a discussão ficou assim: o Desembargador devolveu a bola para a Prefeitura”. Isso aqui, quando o empresário esteve aqui, Sr. Presidente, ele falou, são as cópias taquigráficas. Eu as estou passando.

“Estranha-me também o fato, Excelência, de o Procurador da Prefeitura, na audiência (...)” O senhor teve audiência com o juiz? O senhor esteve lá?

R – Não, não tive nenhuma audiência com o juiz.

P – Mas eu vou ler o que foi falado. “(...) na audiência com o juiz, dar pareceres contraditórios, dizendo que não havíamos executado a contrapartida da fase 1 e que desde 2009 sabíamos dessa contrapartida da fase 2. Como isso é documentado, achei muito estranho ele dar um parecer desses, uma vez que a própria Prefeitura nos deu o aceite (...)”

É verdade que os senhores deram o aceite para ele?

R – Aceite seria...?

P – De poder andar com a obra? Tem algum parecer que fala, dos senhores, assim?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG FILHO – Não, os pareceres que há já foram mencionados aqui pela Dra. Liliana. Só existe um na verdade que tem a ver com o novo faseamento e é recente, tem menos de um mês. Acho que tem um certo erro do empresário, porque não dei parecer algum. Sou advogado, atuo em juízo. Fiz petições, isso sim.

O SR. ADILSON AMADEU – Mas, estou lendo o que foi falado aqui nas Notas Taquigráficas. Aí ele vem aqui “... para a última etapa da primeira fase e quatro vezes superior do acordo porque eram nove milhões e fizemos 32 milhões acrescidos da garagem de ônibus, das calçadas e de outras coisas. Como todos os paulistas e paulistanos estão usando a Nova Marginal, a passagem embaixo, então achei muito estranho o Procurador da Prefeitura ter dado essa informação.” Vou até passar a Nota Taquigráfica, que é para o senhor atualizar e o senhor fala em cima disso, por favor.

Depois eu queria saber também da Dra. Liliana sobre o entendimento da nossa Lei, a 15.150. Qual interpretação a senhora tem sobre essa lei? A senhora já veio várias vezes aqui e é muito inteligente. É verdade, porque trazemos todos: CET, as pessoas que conhecem São Paulo, de trânsito e transporte e percebo, nobre Vereador Aurélio Miguel, que está pegando alguma coisa. Foram construídos vários empreendimentos ao lado do JK e não vi vocês fazerem nada para bloqueá-los. Todos os que foram construídos ao lado do JK. E esses empreendimentos são a bola da vez. Não tenho procuração do Sr. WTorres. Não tenho procuração de ninguém, muito pelo contrário. Queremos ver o melhor. O que o nobre Vereador Aurélio Miguel disse é verdade. Construiu, está pronto. Toda a mercadoria, 3.200 funcionários parados. Estamos pedindo informações também sobre tantas coisas que acontecem na cidade de São Paulo. Aliás, o Sr. Ricardo foi convidado a vir aqui e não veio, não é isso? E ele se comprometeu naquele dia, o Sr. Ricardo, do CET, quero me lembrar do nome. Ricardo...?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Ricardo Oliveira Laiza.

O SR. ADILSON AMADEU – Ele se comprometeu: “Não, pode deixar que na semana que vem eu trago toda a documentação”. Sumiu, evaporou, não quer contribuir com esta subcomissão. Só se o senhor trouxe. Ele pediu que o senhor trouxesse, eu acho, pelo jeito que o senhor está puxando documentos aí. Mas, fico feliz se o senhor trouxe. O senhor vai colaborar, porque percebo sua condição técnica, pelo desenvolvimento de sua fala sobre a Marginal de São Paulo.

Gostaria que a Dra. Liliana me falasse, não sei, acho que vamos ter de melhorar algo para que as coisas andem.

O doutor já leu?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG FILHO – Tudo isso que foi sustentado na última audiência, na verdade, são discussões judiciais. São as estratégias de defesa da Prefeitura em face das alegações das empresas. Então, quando ele fala que o desembargador deu um parecer, primeiro que é uma decisão judicial, um parecer. Ele passa a bola para a Prefeitura. Essa é uma interpretação que a empresa fez. A nossa interpretação e a do Ministério Público é outra.

P – Qual é a dos senhores?

R – Que o desembargador proibiu a emissão de TRAPS na situação atual.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas o desembargador pode proibir?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG FILHO – Decisão judicial só se discute em juízo.

P – Sim, mas existe uma legislação. A Prefeitura que indeferiu o TRAP.

R – Bom, não tenho informação se as empresas recorreram...

P – O senhor está falando juridicamente, então vamos falar. Não sou advogado, não tenho

formação, mas temos um raciocínio lógico. Agora, o Poder Judiciário... Porque a Prefeitura negou e aí se deu por esse trâmite. Agora, quando a Prefeitura quer - é nisso que vamos chegar nesta subcomissão - age de uma forma. Quando quer de outra forma, ela faz diferente, como fez no Bourbon. Temos aqui, inclusive, declarações de Secretários dizendo que era importante porque tinha empregos. Acho que tem de respeitar a legislação, porque senão vamos falar de empregos e tal e eles vão falar dos traficantes também que têm emprego demais. Não vamos entrar nessa seara. Vamos fazer a coisa de acordo com a legalidade. Acho importante.

Agora, há outra coisa que fico preocupado. Está lá o Shopping Capital, foi indeferido. O que a Procuradoria fez? Estava com liminar. O que a Procuradoria fez? O que a Prefeitura fez? Não pediu nada para vocês. Na Mooca, na Paes de Barros. Está aqui, foi indeferido. Por que está funcionando, não teve uma intervenção? Não tem atuação da Prefeitura para nada?

A SRA. LILIANA MARÇAL – Tem uma ação judicial, sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E o que a Procuradoria fez?

R – Entramos com a ação judicial. Eles têm uma liminar, acho que contrária, para continuar o funcionamento.

P – E aí o Poder Judiciário deu favorável? Quer dizer, uma hora o Poder Judiciário dá favorável, outra hora dá contrário? É duvidoso também, não é? Neste país precisamos começar a verificar. É uma vergonha. Duas decisões diferentes para o mesmo tema.

R – É que na verdade ele só previa dois faseamentos. Só para explicar a decisão do Desembargador, quando proibiu a emissão de novo TRAP estava correto. Por quê? Porque naquele momento só existiam dois faseamentos. Então, era o primeiro referente aos prédios e o segundo. Não caberia um TRAP naquele momento. Só caberia um TRAD. Daí, ele estava certo. Ele falou: São duas fases. Estamos na segunda. Não tem de se falar em TRAP na segunda, é TRAD, é o definitivo. Então, estava certo na decisão.

Agora, com esse novo cenário da possibilidade de fazer um novo faseamento, daí sim, entra a figura do TRAP. Só para explicar isso.

P – E todos os empreendimentos que estão funcionando na cidade de São Paulo, são vários, estão com TRAD?

O SR. _____ - Só gostaria de mencionar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas estou perguntando aqui. Depois. Tem? Todos?

O SR. ADILSON AMADEU – Dr. Daniel Cassetari?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Entendo que não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor entende que não?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Entendo que não.

O SR. ADILSON AMADEU – E estão funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O que os senhores estão fazendo? Os senhores já comunicaram à Procuradoria e à Prefeitura para também tomar as mesmas medidas que estão tomando nesse caso? É esse o questionamento aqui. A legislação é igual a todos, não é isso? E por que para um abre exceção e para o outro vai à Justiça, não é Procurador, não é verdade? Interessante isso, não é?

A SRA. LILIANA MARÇAL – Eles que foram.

P – Quem foi?

R – O empreendedor.

P – Claro, se sentiu prejudicado. Mas têm outros empreendedores que não precisaram ir, porque deram o funcionamento a eles. É esse o questionamento. Esse é o Executivo que nós temos. É esse escândalo que não querem apurar. Esta Casa não quer apurar, o vice-líder do Governo não quer, o líder não quer. É uma vergonha isso aqui. Isso é um escândalo e aqui está todo mundo fazendo de conta que não está acontecendo nada, que é em Curitiba. Não é em São Paulo que está acontecendo isso. É em Curitiba, é no Rio de Janeiro. Mas é em São Paulo que está acontecendo isso. Dificultar para facilitar. E aí que gera a corrupção. É isso o que está acontecendo nesta cidade. Falo tranquilamente, porque se falar para eu provar, digo para abrir os processos todos. Vou mostrar para vocês que o que estou falando tem verdade. Tanto que está saindo tudo aí, as denúncias que fizemos. Então, é isso que não entendo. Queria entender, quer dizer, para uns podem e para outros não podem. Queria entender, para

o Bourbon pôde. O Secretário que se envolveu, pôde. Para o outro, não pôde. Não sei por que. Isso sem falar - vi a planilha - nos custos da obra, 42 milhões que deveriam corresponder a 5%, que é o máximo, então, teria de ser uma obra de um bilhão quase. E a obra, pelo que me disse, foi 400 milhões. Os senhores alguma vez questionaram isso? A Procuradoria questionou isso? Nem eles questionaram isso, não sei. Até 5% pelo que eles disseram e é pelo Sinduscon, que é algo que temos de corrigir, Vereador Donato, senão fica a contrapartida muito baixa para a Prefeitura. Uma obra de um bilhão dariam 40 milhões, 50 milhões. Uma obra de 400 milhões dariam 20 milhões. Estão gastando 42 milhões. Na verdade, quem tem de dar também a contrapartida é a Prefeitura que cobra IPTU. Ela está aí para isso.

E esse questionamento não foi feito?

A SRA. LILIANA MARÇAL - Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas não é incoerente, então, não fazer?

R - Não, isso foi questionado em ação.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Essa aí é de 2010. O empreendimento é de 2009.

P - Não, a segunda fase é nova.

R - Aí é uma questão de interpretação jurídica. Nós defenderemos que não se aplicam os 5% - em juízo.

P - Que não se aplicam? E o que se aplica?

R - O que for necessário para mitigar o impacto viário.

P - Ah, você está brincando, não é?

R - É a lei antiga.

P - Então, por que no Bourbon não fizeram da mesma forma?

R - Eu não atuei nesse caso.

P - Ah, você não atuou.

Por que não foi feito, senhor. Explique-me. Porque eu vivi lá o Olímpia, que foi feito ali do lado: também não foi feito. Expliquem-me. Eu queria entender. Por quê? Porque o Vila Olímpia - eu sei porque eu ando ali, eu sou da região -, você chega lá umas 7h da noite e você não anda mais ali. Depois das intervenções - que deveria ter sido uma intervenção com a avenida nova que há ali onde está o novo shopping, que é a Gomes de Carvalho, deveria ter feito uma solução melhor, porque aquilo lá está estranho.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG FILHO - Vereador Aurélio Miguel, dentro do âmbito técnico da nossa competência, à luz do que reza a lei atual, e também, se o senhor me permitir um esclarecimento, efetivamente, toda consulta que chega ao âmbito técnico da nossa competência quanto à existência de um processo que cumpriu a segunda etapa ou não, nós referendamos em cima daqueles subsídios que tenhamos competência. A situação de funcionamento ou não, tenho o entendimento de que ela transcende a competência da nossa área e, talvez, o órgão maior afeto a isso estaria atrelado às Subprefeituras que fazem o licenciamento e a regularização desse processo. Então, como eu disse anteriormente: desconhecer, não desconheço. Agora, dentro das consultas, como essa inclusive que foi formulada, Vereador, nós tivemos, sim, a presteza de preparar esse material e encaminhar na semana decorrente da própria reunião. Encaminhamos aos senhores, tá?

P - Um momentinho só. O senhor fala que a Subprefeitura... Não, é a Secretaria que tem de verificar se foi atendida a Certidão de Diretrizes.

R - Aí, sim. Enquanto consulta a certidão e traga e a gente responde.

P - Então, me desculpe. Então, não é isso o que o senhor está falando.

R - Não existe processo aberto ainda.

P - A Certidão de Diretrizes para o Shopping Cidade Jardim: o que foi feito?

R - Foi atendida plenamente.

P - Atendido o quê? O que vocês pediram lá? Nada? O que vocês pediram no Shopping Cidade Jardim? Eu moro lá, eu sou da região. O que os senhores pediram?

R - Olha, de cabeça é difícil dizer, mas, com certeza, foram ações atreladas à melhoria do eixo da marginal.

P - Não fizeram nada lá. Não fizeram nada. Fizeram lá uma faixinha, uma concretagemzinha - nada que tenha melhorado o impacto que aquela obra trouxe para aquela região. Nada. Aí, vem aqui... É o que o Procurador fala: "Tem que fazer a intervenção necessária". Está bem.

Então, tem de fazer um viaduto que custa 300 milhões? "Custa mais do que o meu empreendimento!" Está errado, Procurador. Há regras: até 5%. Foi criada essa regra, porque, antes, sabe como que era? Para uns, o valor do empreendimento; para outros, nada - para os amigos da "corte", nada. Era assim. Desculpem-me, quanto ao posicionamento que o senhor falou aqui, eu discordo. Há regras. Empreendedor traz riqueza para a cidade. Quer dizer, a Prefeitura cobra IPTU dos mais caros que há. Eu sei. Caríssimo - para fazer as intervenções e a manutenção da cidade. Claro que nós queríamos algo, porque é deficiente a mobilidade na cidade de São Paulo. Então, foi criada essa legislação dos polos geradores para dar uma melhora em relação ao tráfego que vai trazer àquele local.

Agora, se vocês pegarem como era feito anteriormente, era piada. "Olha, tem que fazer". "Olha, não tem o que fazer aqui".

Shopping Higienópolis "Ah, então, dá dois computadores e uma moto". É o que foi dado no Shopping Higienópolis. Foi isso, CET? Uma vergonha. É isso, uma vergonha. Uma vergonha. Fico indignado mesmo, porque é uma vergonha. Tem que passar a limpo.

O SR. ADILSON AMADEU - Até para o senhor respirar um pouco, que está tão indignado...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É porque há muito cargo político ali. Vocês, talvez, que são de carreira, façam coisas que não gostariam de estar fazendo. Acho que é isso o que acontece. Porque não é possível: para um, pede-se um absurdo; para outro, nada.

O SR. ADILSON AMADEU - Presidente, nobre Vereador Donato, agora há uma nova pegadinha... Não sou engenheiro, sou administrador de empresa, e vejo a experiência do Sr. Daniel Cassetari... Grande pegadinha, os grandes empreendimentos. Há vários, e estamos levantando para poder informar aos senhores, mas eu queria que o senhor me ajudasse nessa pegadinha, porque o senhor conhece tudo. Vagas: 499 vagas. (Pausa) Residencial: 499 vagas. Sabem quantos já há em São Paulo? O senhor é do ramo, o senhor conhece. Quantos o senhor acha que há?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Não tenho essa referência.

P - Nós vamos levantar e trazer o senhor aqui. Há um que terminou agora; fizeram ruas lá, abriram tudo - atrás do Transamérica. Foi isso que eu questionei do Sr. Ricardo. Maravilhoso empreendimento, 499 vagas. Não são 512 nem 513; o número, lindo número, é 499. Será que os senhores, que conhecem muito, não pegam isso; e nós aqui, Vereadores, ficamos aqui cavoucando? Nós estamos com vontade, muita, de trabalhar. Aliás, os outros 52 também adoram trabalhar, por isso é que a gente vai cavoucando. É que a gente não tem toda essa condição de assessoria e também o Prefeito não nos ajuda tanto porque ele tem muitos eventos, muita coisa, e não ajuda os Vereadores - pelo menos esses três Vereadores aqui não têm muita colaboração. Mas os senhores... Vamos fazer alguma coisa que fique registrada nas cópias taquigráficas. Nos próximos 15 dias, vamos nos encontrar, eu vou à CET. Aí, vou levar a relação dos empreendimentos residenciais com 499 vagas.

R - Me permite uma colocação, nobre Vereador? Na realidade, essa informação, enquanto trâmite interno, atrelada ao polo gerador, não nos chega porque esse parâmetro divisor é definido através da Secretaria de Habitação, Sehab.

O SR. DONATO - Em Aprov, Vereador. É Aprov que aprova isso.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - A referência é lá, do divisor de águas. Então, se o senhor me perguntar hoje quantos tem, tirando aqueles que hoje o acionamento...

O SR. ADILSON AMADEU - É no Aprov, então...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É lá onde está havendo esses escândalos todos? É nesse departamento?

O SR. DONATO - É lá que se define onde é o polo gerador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É Sehab...

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - É Sehab.

O SR. ADILSON AMADEU - Eu estou perguntando, porque os senhores, que conhecem tanto... O senhor é funcionário de carreira?

R - Sim.

P - Há quantos anos? Trinta e três-lá-lá...

R - Setembro de 2005 (?), 36 anos.

P - Então, não dá nem para falar. Os senhores conhecem tudo. A gente quer aprender um

pouquinho, mas nem dá. Nem dá. Pode ser Aprov, pode ser CET, Procuradoria... Se todos se unissem, fariam uma São Paulo melhor. Nada contra os senhores, pois os senhores fazem o que podem; é que as coisas estão difíceis mesmo. A gente procura querer levantar, mostrar as coisas... A procuradora já veio aqui quantas vezes? Em várias CPLs, também, não é, procuradora? A senhora veio?

- A Sra. Liliana Marçal manifesta-se longe do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Então... É até desagradável, porque os senhores têm seus afazeres, e a gente os traz aqui para esclarecer; aí, vêm empresários aqui, falam, e fica nas cópias taquigráficas. Vem denúncia, a gente quer mostrar, a gente não tem a condição, porque oposição às vezes não deixa, também, que a gente faça o trabalho.

- Manifestação longe do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – A situação... A oposição tem três só, acho que quatro... Nem sei quantos tem. A oposição está até cansada, está doente a oposição. Bom... Eu não quero nem falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma perguntinha. Nós vamos fazer diversas aqui, temos bastante coisa. Faria Lima, aquele empreendimento que tem um sítio arqueológico: qual é a certidão de diretrizes daquele empreendimento? Eu sei que vocês estão para dar o habite-se lá. Eu quero saber qual é a certidão daquilo. Aquilo vai trazer não sei quantas mil pessoas. Eu quero saber qual é a certidão daquilo. Aquele lá, que tem o sítio arqueológico.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Números, o senhor quer saber?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu quero saber o que vocês estão pedindo de contrapartida e certidão de diretrizes ali. Quero saber. Acho que nada, né?

O SR. DANIEL CASSELARI DA SILVA – Eu posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O que vocês pediram? Está pronta a Faria Lima, não precisa nada?

O SR. DANIEL CASSELARI DA SILVA - Têm adequações geométricas...

P – Qual adequação geométrica? Eu não vi nada. O empreendimento está pronto. Já vi. Está pronto para dar autorização de Habite-se. Quando derem o Habite-se, a Câmara Municipal vai falar e vai ter liminar, não é Procuradora? Aí tem liminar, porque não pode, já começou o funcionamento, tal. É assim que funciona aqui, não é? Pelo menos, até onde tenho observado é assim. O Renaissance está com liminar, o Shopping Villa Lobos com liminar, todo mundo com liminar e o descumprimento da legislação. Quando interessa. Quando não interessa é diferente. Depende. Eu gostaria de saber, o senhor me mande, o senhor deve ter ou liga. Quero saber o que determina, naquele empreendimento, a Certidão de Diretrizes. Não sei quantos mil metros quadrados de escritórios têm ali. Vão ter milhares de pessoas trabalhando ali. Fica na Faria Lima.

R - Está certo.

P – O senhor sabe aonde é?

R – Com certeza.

P - Onde tem o sítio arqueológico, que ali não tem nada de arqueológico. Fui ver, só tem uma casinha que está sendo reformada.

R – A Casa do Bandeirante.

P – Isso, é ali.

R – Existe, evidentemente, uma certidão e um processo fase 2 em andamento.

P – Fase 2 de onde?

R – Desse empreendimento enquanto cumprimento das medidas. Esse foi um dos empreendimentos que entrou com pedido de caução para obter...

P – Esse também entrou com pedido de caução?

R – E foi indeferido.

P – Quero saber qual é a contrapartida que ele tem de dar à Prefeitura, porque ali vai trazer um transtorno terrível.

R – Se o senhor me permitir, encaminho.

P – Por favor, gostaria e gostaria do processo de indeferimento também. O porquê foi indeferido.

R – Está bom.

P – Vamos continuar com o senhor. Quanto aos procuradores, a dúvida que tínhamos é que foi dito que havia uma decisão favorável, depois, houve a mudança, não é? Mas já foi esclarecida.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Só para complementar aquela parte do desembargador que teria passado a bola para a Prefeitura. Naquela situação da decisão, realmente, como o Dr. Guilherme esclareceu, eram duas as fases, não era possível o TRAP. Houve esse pedido de faseamento após a decisão.

Quando a Prefeitura começou a analisar esse pedido, a imprensa noticiou...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, mas o primeiro também era antes da legislação nova, como o senhor disse. O senhor concorda? O senhor falou anteriormente que era da legislação nova quando foi a segunda fase. Da primeira fase usou a questão da legislação nova em favor do que já tinha se iniciado.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Daí, enfim, a Prefeitura começou a analisar, a imprensa noticiou, o Ministério Público pediu uma liminar para o juiz para não deixar haver essa análise do novo faseamento. Defendemos que deveria haver, pelo menos, uma análise de um faseamento. Na sexta-feira saiu uma decisão judicial. Peço licença para ler, pelo menos, um parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Em que pesem as ponderações feitas pelo Ministério Público, a postura do Município com relação à aprovação do empreendimento em tela vem se mostrando técnica e prestigiando o interesse público.

Essa é a mais recente decisão judicial nos casos da WTorre.

Ela supera ou, simplesmente, acresce uma nova etapa àquela decisão anterior comentada nas Notas Taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas claro, a Prefeitura é que fiscaliza a legislação e pode enxergar da forma que entende melhor para a Cidade. Ela que concede as licenças, as autorizações, verifica projetos, aprova. Ela.

Gostaria de uma cópia dessa decisão, por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – O senhor pode ficar com essa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. DONATO – Talvez eu tenha perdido a atenção em algum momento e não tenha entendido bem o que o procurador falou. Mas o senhor falou que a linha de atuação, tanto sua como da Procuradoria, é que sejam mitigados todos os impactos viários de cada empreendimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Não temos uma linha definida porque isso nunca foi suscitado em juízo.

O SR. DONATO – Mas o senhor mencionou isso aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Agora, como existe a questão dessa lei ser posterior ao empreendimento, uma primeira análise, talvez, levasse a essa conclusão, mas de modo algum ela está fixada. Isso não foi suscitado em juízo. As empresas não alegaram.

O SR. DONATO - Não, porque eu queria só fixar algumas coisas do debate da lei. Existia uma primeira lei em 88, na gestão do Prefeito Jânio Quadros, que instituiu o conceito de polos geradores e de mitigação. Quando nós fomos discutir isso aqui diante das inúmeras contrapartidas que não eram efetivamente realizadas – isso foi em 2005, nós começamos a discutir até 2009 até concluir a aprovação da lei –, nós tínhamos duas vertentes. Primeiro, que os empreendedores diziam o seguinte: Não, nós já temos o Plano Diretor, temos o zoneamento, eu não tenho que fazer mais nada. Isso é uma linha. Havia alguns urbanistas que diziam o seguinte: Não, eu tenho, inclusive, o poder de impedir o empreendimento caso ele cause muito transtorno, impacto viário. Essa era outra linha.

Nós atuamos entre esses dois extremos, seguindo a linha da lei original, que é de haver mitigação dos impactos. Com qual intensidade...? Porque esta era uma reclamação dos empreendedores, e de fato apuramos isto: para um empreendimento, pedia-se um viaduto; para outro, pedia-se para pintar uma faixa – e ambos com volumes parecidos. A própria CET nos informou na época que ela tinha um parâmetro que era de 3 – lembro bem desse debate –, um parâmetro interno, que era mais ou menos respeitado dependendo de como era feita a análise, já em 2005, 2006. Por precaução, para proteger o Município, nós aumentamos o

parâmetro - já que se tratava de um parâmetro interno – fixando-o em lei. Porque o empreendedor também tem razão: ele não pode chegar com um empreendimento de 500 milhões e ele não sabe se vai gastar, de contrapartida, 10 milhões ou 100 milhões. Isso pode inviabilizar o empreendimento.

Esse foi o conceito de mitigação dentro desses parâmetros. Eu sei, e mesmo o Ministério Público está defendendo que a mitigação não basta, pois se pode, inclusive, inviabilizar o empreendimento se ele tiver um impacto sobre o trânsito. Mas, de fato, esse argumento de que existe um Plano Diretor e existe um zoneamento é um argumento real, forte. Existem leis que ordenam o uso do solo. Se elas são frágeis, mudem-se as leis. O que não dá é termos leis que se sobrepõem de tal maneira que, daqui a pouco, não haverá empreendimento em São Paulo, será impossível construir. E a Cidade é dinâmica, precisa desses empreendimentos – preservando, evidentemente, sua condição de circulação mínima.

Então, só para fixar, esse é o conceito da lei. Porque, senão, fica parecendo que não existia um debate, e existiu um debate importante nesta Casa, que, como representante da sociedade civil, escolheu um caminho, e esse é o caminho que temos de aplicar. Se não é esse, mude-se a lei; que se faça outro debate e se elabore outra lei. Não dá para aceitar nem o Ministério Público querendo impor sua vontade por cima das leis nem interpretações de qualquer órgão jurídico da Prefeitura ou de outra instituição, que passem por cima da lei. Nosso papel hoje aqui – até porque nós nos esforçamos muito para fazer uma lei melhor – é preservar a lei enquanto ela existe. Bem, se ela tem problemas, vamos aperfeiçoá-la, se o conceito dela está errado, vamos mudá-la; mas esse é um debate que tem de ser feito aqui dentro, não nos tribunais ou no Ministério Público. Eis minha preocupação.

A SRA. LILIANA MARÇAL – Só para prestar um esclarecimento, Vereador. Na verdade, quando o Dr. José Roberto falou que nesse caso não estaria fixado o limite de 5, é porque a aprovação e a fixação dessas obras foi anterior à nova lei. Na nova lei, não existia esse limite. Na verdade, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – mas dúvida. O senhor deu essa decisão. Aqui, num parágrafo, está dito o seguinte: Se tanto não bastassem as manifestações da Fazenda, neste feito sou no sentido de se exigir, como condição do funcionamento do shopping, a solução quanto ao impacto que este trará ao trânsito da região. Observe-se, inclusive, que já há parecer negativo da CET quanto ao ponto considerando a proposta de escalonamento que é feita pela W... . Eles são contra, está dito aqui. O senhor falou que...

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Isso foi logo quando o pedido foi protocolado, a CET fez uma primeira análise, e ela não tinha mais elementos técnicos à época.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tá. E aqui tem a decisão do Tribunal, que diz o seguinte – e eu quero saber se já há outra decisão -: A obrigação de não fazer, consistente em não iniciar qualquer atividade do Shopping Center guatemi JK e nas duas torres de escritórios – Blocos C, D e E, antes da obtenção do Termo de Recebimento expedido pela Secretaria Municipal de Transporte - TRAD...

A SRA. LILIANA MARÇAL – Eram duas fases, aí é que está o problema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas já há outra decisão?

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Não, essa decisão continua válida.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E como vocês vão solucionar isso?

A SRA. LILIANA MARÇAL – Na verdade, o que ele está vetando – foi o parecer da PGM que justamente superou essa questão – é o TRAD, o definitivo, pois eram duas fases. Agora, criando-se uma terceira fase, é possível ter um segundo TRAP. Outro contexto agora. Isso que nós superamos no parecer da PGM ao dizer que essa decisão do Tribunal não é óbice jurídico a ter um novo faseamento, desde que viável tecnicamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO – Primeiro, porque a decisão não se impõe ao Município, ela se impõe só às empresas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu também observo aqui que vocês também indefeririam o TRAP para o Brookfield São Paulo Empreendimentos imobiliários. Os senhores indeferiram também.

O SR. DANIEL CASSETARI SILVA – Longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é esse empreendimento da Brookfield?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Era o que o senhor estava comentando da Faria Lima.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ah, esse aqui... Mas eu gostaria da certidão de diretrizes para a gente saber o que os senhores pediram para eles. Vocês sabem qual é o valor do investimento, lá, do empreendedor?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – De cabeça, eu não tenho, nobre Vereador. Se eu falar, vou estar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Porque eu fui voto vencido. Eu gostaria de ter colocado 5 para todos os empreendedores que são polos geradores. Quando se coloca de 1 a 5, cria-se corrupção. Essa é a palavra. Porque para um é 1, para outro é 2, para outro é 3, para outro é 4 e para outro é 5. Os senhores estão estabelecendo um limite máximo para todos?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Não, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De forma nenhuma?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, não está equivocado...

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – O trabalho técnico nosso se estabelece em função da definição das medidas mitigadoras. Eu até gostaria de esclarecer o meu entendimento em relação à Lei 15.150, em relação aos 5, nobre Vereador. O que se estabelece é a necessidade de medidas. Se porventura, elas estabelecidas, no ato do cumprimento ela exceder, é facultado ao empreendedor o questionamento dos valores e a Prefeitura tem que estabelecer a prioridade a implementação dessas obras com recursos. Está na Lei 15.150. Esse é o meu entendimento do fator limite facultado nos 5, que está previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, então está bom. Eu venho, faço um empreendimento, não preciso fazer mais nada. Mas ele é polo gerador de tráfego. Não se cobra nada dele, só 1, o mínimo. Muito bem. Aí, há outro empreendimento, do qual vocês estão cobrando mais do que 5... Que justiça é essa? Que equilíbrio, que entendimento é esse? Do meu ponto de vista, qual deveria ser? Criou-se o Fundo Municipal de Mobilidade, para o transporte, para melhorarmos a situação desse caos da cidade de São Paulo; e cobram-se os 5 para isso. Não é isso? Essa era a nossa intenção inicial. Acontece que fomos votos vencidos, todos nós. Nós gostaríamos que fossem 5 para todos. polo gerador de tráfego? Qual é o custo do empreendimento? Cem milhões? Quatro milhões. Ah, mas têm de ser feitas essas intervenções. Dois milhões? Descontem-se 2 milhões, vão 2 milhões para o Fundo. Quando houver um empreendimento como esse, que precisa fazer viadutos... Porque a Prefeitura tem que fazer viadutos também, é função da Prefeitura. Só que o viaduto custa 200 milhões, o empreendedor vai pagar 40 milhões e nós vamos completar, porque temos um fundo. Essa é ideia da nossa Comissão. Quando nós fizemos a proposta, era para isto: distribuir as despesas em relação às mitigações que têm de ser feitas pelos grandes empreendimentos da cidade de São Paulo.

Agora, a Prefeitura tem a sua responsabilidade, até porque ela cobra bem. O senhor me desculpe, mas, pelo que o senhor falou para mim agora, entendimento facultativo faculta não cobrar mais do que um por cento. Eu não cobro. Isso para mim gera corrupção, com todo o respeito. Gera corrupção: Fulano, posso cobrar de um a cinco. O senhor concorda ou não?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Eu respeito a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – a minha posição diante dos escândalos que temos acompanhado neste país. Por isso, temos de proteger a Administração Pública, o dinheiro público, e a gestão tem que ser eficiente para trazer o máximo possível de recursos para a Administração para fazer as intervenções em prol da população. O Estado está para servir a população e não para ser servido. Meu entendimento é esse.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, já que Exa. falou de intervenção ao Sr. Daniel Cassetari, vou citar o empreendimento Vila Allegra, na Cândido Mota Filho, na Vila São Francisco. Eu tinha pedido que fosse analisada a documentação, e o Promotor Mauricio Ribeiro Lopes está pedindo o cancelamento de todas as licenças irregulares que foram dadas. O senhor está sabendo disso?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Temos ciência, sim.

P – Já têm ciência?

R – Sim senhor.

P – Estou falando de apenas um caso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores querem fazer mais alguma pergunta? Há alguma dúvida? Pausa

Agradeço à Procuradora Chefe e ao representante dos Procuradores a presença. Obrigado pela atenção. Precisamos trabalhar em conjunto para melhorar essas questões. A senhora viu: um por cento, cinco por cento. Está errado, porque é polo gerador de tráfego. Aí vai contra aquilo que o senhor falou: tem que fazer a intervenção; se cobrar cinco de todo mundo, sobra no caixa, o empreendedor faz no limite dos cinco e o restante vende-se em fundo. fácil, é só ter um pouquinho de inteligência em gestão corporativa e empresarial. Agora, é política sempre. Então, é um problema sério.

Muito agradecido pela presença dos senhores. Se houver qualquer dúvida, entramos em contato ou pedimos por escrito. Obrigado.

A partir deste momento, falarão o Sr. Procurador Daniel Cassetari da Silva e o Sr. João Batista da Silva, Procurador da Secretaria de Transportes. Obrigado pela presença.

O artigo 15 da Lei 15.550/10 diz que a CET tem o prazo máximo de 60 dias para emitir a Certidão de Diretrizes. Esse prazo está sendo atendido?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Em termos médios, próximo, excedendo-se no máximo em 10 dessa ordem, em torno de 70 dias de prazo máximo para apreciação no contexto da CET.

P – Dez por cento? E por que não há esse cumprimento da legislação?

R – Na realidade, esse indicador, apesar de ser preciso enquanto lei, 30 mais 30, enseja no nosso dia a dia, até por conta dos projetos que são encaminhados, um número maior de comunique-se que são tratados com os empreendedores. Nessa questão, apesar de o prazo ser paralisado, cada reencaminhamento de retorno de comunique-se acaba exigindo dos nossos técnicos uma releitura em relação ao objeto primeiramente pedido, o real cumprimento, a falta de um e, por vezes, a emissão de novos comunique-se. Então, existe, nesse trato entre empreendedor e CET, um número de comunique-se que se torna um pouco excessivo ao que inicialmente imaginava-se, e isso está sendo um dos fatores que agregam nessa questão da defasagem.

P – Como são analisados e por quem são analisados os pedidos de Certidão de Diretrizes? O senhor pode nos explicar por que os prédios de mesmo uso, de tamanhos semelhantes têm contrapartidas tão diferentes? Por favor, primeiro fale como são analisados e por quem são analisados os pedidos de Certidão de Diretrizes.

R – Dentro do fluxo de análise estabelecido no âmbito da CET, nós temos, dentro da minha gerência e através do Departamento de Análise de Polo Gerador, a competência primeira, recebido o processo pela SMT, de promovermos toda a análise do projeto arquitetônico apresentado, de verificarmos a pertinência em relação às bases legais que constituem o projeto arquitetônico e de analisar o acesso enquanto inserção na localização da via pública para ajuste, dentre questões de outras ordens atreladas a percentual de rampa, localização de vagas e, eventualmente, o não atendimento às legislações complementares das vagas.

Esse é o cenário e, estando ele concluído, promovemos todas as análises da geração de viários estabelecidos por esse empreendimento e estabelecemos a demanda que esse empreendimento vai gerar a partir dos modelos matemáticos que temos e a distribuição dele dentro do sistema viário no entorno, informando, através de um relatório para uma segunda área que atua conosco enquanto o fluxo é em série, a área operacional que tem a competência de, a partir desses dados, analisar as medidas mitigadoras necessárias a essa intervenção.

Então, nesse sentido, em função do estado da região, das possibilidades que existem, que talvez até possam ajudar a esclarecer um pouco a questão díspare de medidas e por vezes alguns empreendimentos por localização, está atrelado a alguns trechos viários onde já existem leis de melhoramentos.

Essa ação permite que se possa, dentro da competência da CET, propor situações como foram evidenciadas no próprio WTorre, porque existe a lei e existe, a bem da verdade, uma área que

não necessita de desapropriação. Essa situação colabora para as medidas que transcendem um pouquinho a mitigação sob a superestrutura do trecho viário; ou seja, o que conseguimos disponibilizar aporte tecnológico de pequenas adequações planimétricas em cima de uma área consolidada, medidas um pouco mais de aporte que possam ajudar na melhoria do sistema como um todo.

Esse cenário é analisado por essas áreas operacionais da CET, conhecidas como GETs e DEC's; o processo retorna a nós com essas informações e fechamos o relatório final...

P – Mas na equipe do senhor, quantas pessoas têm? Por exemplo, se entrar um pedido do Shopping Plaza Tietê? Porque lá vai ser o caos. Por acaso, outro dia passei lá e vi a bagunça que vocês fizeram na saída do último viaduto antes do empreendimento. O CET fez uma bagunça lá, pelo amor de Deus. Está confuso. Fui a um evento no sábado. Estava dirigindo e foi conturbado para sair para a Marginal no acesso natural que tinha anteriormente, mas que agora não tem mais. Agora, entra, sai, é uma bagunça aquilo. Desculpe-me, mas a CET não se atentou bem àquele projeto. Em seguida, o shopping. Como é feito? Entra com o processo, vai para a CET, no departamento do senhor? Quantas pessoas há?

R – Nós estamos atuando na área de polo gerador 18 técnicos.

P – Dezoito técnicos envolvidos?

R – Sso.

P – Os senhores analisam, mandam para o GET responsável da região?

R – Exato.

P – E eles que vão dizer o que tem que ser feito ou os senhores, desses 18, vão *in loco* e pegam as diretrizes, o Plano Diretor da Cidade, o que pode ter de melhoramento?

R – Não. Com certeza, tudo isso é consultado enquanto possibilidades e é subsidiado a essa área da CET para que ela possa estabelecer as medidas, atreladas ou a ações de melhorias tecnológicas no entorno ou, eventualmente, de obras civis de portes diferenciados.

P – E se estiver tudo solucionado lá? Se não precisar fazer nada, porque já tem vagas para quatro mil carros e vão trazer um fluxo, se está tudo feito, as Marginais, a Bandeirantes, a Anhanguera, vão pedir contrapartida de 1 %?

R – De um por cento. Porque a lei estabelece a relação direta da mitigação com a geração de...

P – De um a cinco por cento.

R – Mas se eu não tenho ações possíveis dentro do âmbito da minha competência, eu não possa inventar.

P – Tem. Lá tem coisa para fazer. Eu acabei de falar para o senhor agora que está uma vergonha aquela saída antes da Bandeirantes. Qual é o viaduto lá?

R – Deve ser o Lisses Guimarães.

P – Eu não sei. Eu sei por bairro. Esse negócio de ficar mudando denominação de viaduto atrapalha a gente. A última saída antes da Bandeirantes está confusa. Tem que ser feita alguma coisa ali. Então, sempre tem algo para fazer nas imediações do transporte. Sempre tem. Dizer que não tem nada para se melhorar na região é um equívoco.

R – Acho que esse empreendimento não se insere na questão dos cinco por cento. Ele está atrelado ao trecho da Raimundo Pereira de Magalhães.

P – Ele não se insere nos cinco por cento?

R – Não, nos um por cento.

P – Ele vai se inserir no limite.

R – Sem medida. Ele vai se inserir na medida em que nós entendemos que é necessária para mitigar dentro dessas possibilidades de restrição que eu lhe coloquei.

P – Então, outra que na lei também estabelece cinco por cento, os senhores cobram mais do que cinco por cento a contrapartida? Quer dizer, que coerência é essa?

R – Não, eu não cobro nada. Eu estabeleci as necessidades...

P – Estabeleceu 42...

R – ...das medidas.

P – Sso. E o Executivo está cumprindo à risca. Só que a lei fala que é de cinco por cento. O caso do JK.

R – Ali fala que o empreendedor...

P – Viaduto é caro, custa caríssimo.

R – Sim.

P – mais barato quando faz o empreendedor, não tem a tal da tabela do Executivo, da Prefeitura, que é muito cara. Quando o empreendedor faz, sai bem mais barato. Quando a iniciativa privada faz, sai uma vez a menos, bem mais barato. Tanto é que os senhores mesmos disseram isso para nós aqui. Quando nós fizemos a Comissão anterior, a CET, a Secretaria Municipal de Transportes disse aqui que não tinha competência para fazer essas intervenções, essas obras e que era melhor que o empreendedor fizesse.

Agora, o que eu não entendo é isto: o senhor está defendendo que se pode cobrar um por cento, dois por cento, e algo que deveria ser cinco por cento está sendo 12, 15. Eu não sei qual a justificativa que se tem para isso. Eu não sei nem como o empreendedor não se atentou para isso. porque ele está com a faca no pescoço e está com medo. O certo seria ele entrar na Justiça e falar que a legislação estabelece até cinco por cento das intervenções. Eu não sei por que ele não questionou isso. Se eu fosse o empreendedor, eu questionaria e faria como esses donos de poços fizeram agora, denunciando o nosso ex-Secretário, que foi condenado. Eu faria isso sem medo nenhum.

Agora, eu não entendo: de um lado se cobra o máximo, de outro se cobra o mínimo. Eu quero ver essa certidão da Brookfield. Eu quero ver.

Mas não tenha dúvida. Ai vão falar: Não, mas lá tem Operação Urbana Faria Lima e já tem previsão de intervenções. Então, não precisa. Isso que vão falar. Dever ser, não é? Creio que seja isso. Já está previsto, porque como ali vai se arrecadar muito dinheiro, então, vai se investir em metrô, em vias e melhorias. Então, não precisa. Se observarmos as doações de campanha para, inclusive, Prefeito e alguns Vereadores; veremos quem são os maiores doadores.

Gostaria que o senhor nos desse uma aula, trouxesse os processos e nos explicasse – quando o senhor puder, marcaremos um dia – as diferenças de certidões, por exemplo, da Brookfield, do Shopping JK, do Shopping Vila Olímpia. Já pedimos as certidões aos senhores. Já mandaram?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Não nos remeteram ainda do Vila Olímpia. O senhor trouxe hoje?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Na realidade, está aqui nesse documento que encaminhamos...

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – A Certidão de Diretrizes do Shopping Vila Olímpia?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – inclusive.

P – Deveríamos ter trazido os Assessores para nos explicar como funciona essa matemática. Gostaríamos de saber.

R – Se quiser fazer o copiativo, fique à vontade, por favor.

P – O senhor voltará muitas vezes ainda.

R – Estou à disposição.

P – Solicitamos todos os pedidos de TRAP, que o senhor já mandou. Os que foram atendidos também mandaram? Gostaria de ter os TRAPs atendidos.

R – A solicitação dos TRAPs está sendo encaminhada através do DSV e SMT.

P – Estão encaminhando ainda?

R – Sim, o controle é deles e não nosso.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel - Pedi também a Certidão de Diretrizes da... Quero fazer uma pergunta ao Procurador. Foi o senhor que emitiu os pareceres contrários em relação ao empreendimento Brookfield, JK, enfim, todos que foram indeferidos?

O SR. RICARDO - Emiti alguns pareceres com relação ao JK. Foram três. Brookfield...

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – O senhor pode encaminhar todos os pareceres, tanto dos que foram deferidos como os indeferidos?

O SR. RICARDO - Perfeitamente. JK, Brookfield, todos?

P – Todos que o senhor fez, os favoráveis e os contrários que foram indeferidos.

R – Está certo. Já posso adiantar...

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel - Da última vez em que os senhores estiveram aqui, pedi também das Ruas Bruges e Florenville. Os senhores trouxeram? Não. O senhor sabe se

tem Certidão de Diretrizes ali? Eles informaram que não.

Da Florenville mandaram, que não tinha Certidão de Diretrizes. O da Florenville, o senhor vai saber qual é. aquela do Templo da igreja Mundial. Esses os senhores mandaram e não tem Certidão de Diretrizes nenhuma. O senhor sabe disso ou não? O da Rua Florenville, que é um templo, os senhores nos informaram que não tem certidão nenhuma. Admira-me a Prefeitura fazer de conta que não existe nada lá e não verificar o que aconteceu na Via Dutra, que parou e causou transtorno a todos os paulistanos e paulistas, porque muita gente perdeu voo naquele dia.

O senhor sabe da Certidão de Diretrizes de lá? Porque já entraram com projeto. um templo, reúne muitas pessoas. como se hoje fossemos construir um estádio, como está sendo feito o do Palmeiras. Os senhores não pediram nada lá?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – De cabeça, não sei informar. Esse documento, na realidade, sintetiza todas as solicitações feitas naquela reunião...

P – Não, não. Nós pedimos, justamente, todas essas.

R – Então, tem de estar aí. Talvez, com uma identificação nominal diferenciada.

P – Está aqui o do Vila Olímpia. Não tem valor. Esse é do Vila Olímpia?

R – o 051.

P – Não tem nem visto, porte, programa de edificação e os usos previstos. Distribuição de vagas previstas: 1.666; 28 vagas de deficientes... Deverá ser previsto estacionamento interno. Reserva de 5 de vagas...

A Certidão de Diretrizes está aqui. implantar e revitalizar a sinalização horizontal e vertical, incluindo a readequação de sinalização e regulamentação de estacionamento, ponto de táxi, placas especiais, aproximação de cruzamentos. Rua Olimpíadas, Rua Gomes de Carvalho, Alameda Vicente Pinzon, Rua Fidêncio Ramos, Rua Ramos Batista. Reinstalar o conjunto semafórico existente no cruzamento da Rua Olimpíadas com Alameda Vicente. Readequação de sinalização. implantar guias rebaixadas para deficientes.

isso melhora o fluxo dos carros. isso melhora bastante. verdade. isso é intervenção da Prefeitura. Os senhores estão pedindo algo para mitigar trânsito de algo que a Prefeitura teria de fazer. Ou não. Faço essa pergunta ao senhor. O que tem a ver. implantar vias rebaixadas para deficientes. isso é importantíssimo. ...com piso referencial tátil tal. isso é a Prefeitura que tem de fazer. O que mitiga o polo gerador da região?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Na realidade, isso...

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – implantar jardineira e vegetação baixa no Canteiro central. Com todo respeito, o que isso mitiga? Ainda temos um Procurador aqui? O senhor é Procurador? Plantar jardineira mitiga bastante o trânsito no local em razão do empreendimento.

Promover a fresagem e o recapeamento asfáltico. isso quem tem de fazer é a Prefeitura.

Fornecer e instalar duas câmeras de monitoramento.

Para uns, os senhores pedem isso e para outros, o viaduto. do lado. Por que não foi pedido também em conjunto na contrapartida, não é Sr. Procurador? Não entendo isso. isso que estou questionando. Essa Prefeitura é uma vergonha. Não sei se isso ocorria nas outras Administrações - não estava aqui - mas ao que tenho acesso hoje... isso é uma vergonha. São dois pesos e duas medidas. uma pena que os Procuradores do Município foram embora para mostrar que é contrapartida. O que custou isso aqui? Tem valor? Não.

Redirecionamento de fibra óptica existente na caixa localizada. Lançamento de cabo óptico. para ficar perplexo mesmo. isso o que queremos ver. O que os senhores estão pedindo para vermos os absurdos.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Pois não.

P – No meu entender, isso é um absurdo. No entender do senhor, não, mas para mim é. Faremos mais solicitações ao senhor, depois, por escrito, pois o senhor não mandou todos os pedidos que fizemos. Gostaria de todo material para que pudéssemos... Gostaria de todas as certidões que saíram nesses últimos tempos, porque – para mim – está evidente.

Para um pede uma formiguinha e para outro, um elefante e meio. Está bem, então. Muito agradecido pela presença. Vamos chamá-lo outras vezes.

R – Pois não.

P – Gostaria que o senhor remetesse todos os requerimentos que encaminhamos pedindo

informações.

R – Com certeza.

P – Estou perplexo. Já sabia que isso acontecia. E continua acontecendo. Não mudou nada. Muito obrigado, pela presença. Não deixe de mandar o que pedi. Não tem certidão nenhuma da Rua Florenville, em Santo Amaro, do Templo da Mundial, que reunirá muita gente. um absurdo estar lá edificando sem Certidão de Diretrizes nenhuma. O senhor sabe do que estou falando. O senhor conhece. Passou nas mãos dos senhores.

Fizemos o pedido de informação aos senhores. Informamos que para o projeto de reforma... Não tem projeto de reforma, o projeto é novo. tudo novo. ...e ampliação de um templo religioso na Rua Carneiro Leão... Essa rua não é lá. Esse não é de Santo Amaro. de Santo Amaro? Carneiro Leão?

- Manifestação fora do microfone.

P – Em nome da igreja Mundial, foi emitida a Certidão de Diretrizes através... Essa é do Brás? Gostaria de ter a certidão. Os senhores não mandaram até hoje. Aqui tem o número da certidão.

R – Está anexo.

P – Está anexo?

R - Tenho certeza.

P - Vou ler tudo: Foi emitida a Certidão de Diretrizes através do Processo de 2009... A certidão foi publicada em 7 de maio de 2011. Até o presente momento, não consta processo referente ao atendimento da referida certidão. E não acontece nada lá? Lá pode? Porque o Prefeito tem interesse político... Então, pode? Ali é assim que funciona? Quero saber se tem alguma interferência do Executivo.

Tem interferência do Executivo?

R – Não tenho essa informação.

P – Mas a informação que o senhor me deu, com todo respeito, que não foi atendida a certidão.

R – Esse é o estado na área da CET. Até hoje não foi constituído um processo pelo empreendedor para atender. Isso é um fato.

P – Então, por favor, comunique-se. Vamos fazer um requerimento comunicando os órgãos competentes para que tomem as devidas medidas.

R – Com certeza.

P – Os senhores também não podem tomar essa medida, estando cientes disso? o que eu estou falando: para uns os senhores são muito exigentes e para outros são benevolentes, bonzinhos. Ou alguém pediu. Foi o Prefeito que pediu? Foi o Secretário que pediu? O senhor não tomando nenhuma medida... O senhor é de carreira, não é?

R – Sou de carreira.

P – O senhor sabe que está prevaricando, não é, se não mandar isso para frente? Se o senhor não encaminhar a algum superior seu para que tome as devidas medidas que não foram atendidas. O senhor sabe disso. Algum superior do senhor sabe disso? O senhor protocolou? Nos encaminharam aqui.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - Com certeza, esse documento tramitou em todas as instâncias da CET e da SMT.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Então, o senhor, por favor, faça tomar conhecimento, pois, eu tomando ciência disso agora não posso ficar quieto.

O senhor entregou agora.

R – Está sendo encaminhado oficialmente através da SMT. Já deveria ter chegado, nobre Vereador.

P – Meu Deus, pena que os procuradores foram embora.

O SR. ADILSON AMADEU – Depois podemos encaminhar as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Deixe-me ver mais alguns, afinal, nós não tínhamos recebido.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, até voltando àquele assunto de agora há pouco, das 499 vagas. O Ministério Público levantou 644 casos já. Só para que os senhores tomem ciência também.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA - As duas folhas iniciais, que estão com o clip, nobre Vereador, têm o extrato das duas certidões. Pausa

Nesse documento que lhe forneci. As duas primeiras folhas têm o relatório consubstanciado e, anexo, estão as posições identificadas por nossa sequência. Pausa

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – uma convivência total com o ilícito quando interessa. E, quando não interessa, não.

A certidão, por exemplo, dessa Nova América que o nobre Vereador Adilson Amadeu mencionou agora há pouco. Quais são as contrapartidas?

R – Estão estabelecidas na certidão anexa.

P – Anexa? Nova América, SMT 96/2008. Pausa
a legislação nova ou antiga?

R – A certidão é 97?

P – 2007.

R – Depende da data de entrada dela, da publicação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel - A entrada foi em 2008. A certidão, em 2008. Foi utilizado qual expediente?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – O anterior.

P – O anterior? O anterior era a opção da Prefeitura.

R – Que não impede ele de optar.

P – Fazia o que queria. Pedia muito ou pedia pouco.

R – Não tinha referência estabelecida.

P – Está aqui: Para amenizar o impacto, implantar, revitalizar a sinalização horizontal e vertical, avenida Mário Lopes, avenida Mário Villas Boas, rua Adele e avenida Mário Lopes com a Engenheiro Francisco, a avenida Nações Unidas; fornecer e implantar câmara de CFTV em vários cruzamentos; fornecer e instalar um par de rádios; prédio da Editora Abril, na Nações Unidas com a rua do Sumidouro.

Momento. Não é no local? Então há contradição. Na hora era no local. Isso é Santo Amaro, na Transamérica, e estamos pedindo no Sumidouro, em Pinheiros.

Que técnica é essa, no local? O senhor falou que a legislação tem de ser, etc e tal.

R – Esse sistema de CFTV trabalha pelo sistema *wireless*, que exige uma inter-relação de continuidade de comunicação via rádio.

Um dos pontos de conexão é o prédio da Abril, próximo à CTA, localizada na rua Sumidouro. Ele trabalha com essa necessidade de estabelecer pontos sequenciais de ligação.

P – Então posso dizer que um viaduto a ser construído 7 quilômetros à frente, melhorará o impacto do trânsito no local. Isso? Ou não? O Rodoanel vai melhorar, não vai?

R – O senhor pode repetir, por gentileza.

P – O que o senhor disse anteriormente, quando perguntei sobre o Tietê Plaza, era que não sabia o valor da contrapartida. Se bem que já tem a certidão diretriz, onde está disposto sobre locais que não se cobra o limite de 5, cobra 1, pois já estão feitas todas as intervenções necessárias.

Mas se fizermos outras intervenções adiante, melhorará também o trânsito no local ou não?

R – Sim, com certeza.

P – Tanto é que os senhores estão colocando no documento a instalação de câmeras etc.

R – Sim, dentro do aspecto tecnológico que permite ações de monitoramento. São solicitados, com certeza, num plano maior.

P – Então, pode ser cobrado 5 o tempo inteiro, pois qualquer intervenção que se faça na Cidade de São Paulo – para melhorar e dar fluidez ao tráfego – vai melhorar mesmo.

O Rodoanel não vai melhorar nosso tráfego local?

R – Ajuda.

P – Não. Vai melhorar ou não?

R – Melhora, mas, naturalmente, toda a demanda transferida, rapidamente é absorvida pelo sistema periférico.

Falar, em São Paulo, que uma determinada medida estabelece um diferencial, na realidade, passa, rapidamente, a ser suprimida pelas demandas periféricas.

P – Depende.

R – Esse é o comportamento que entendo natural.

P - Se tiver um transporte coletivo de qualidade, garanto ao senhor que minimiza.

Mas pediram muito pouco para aquele empreendimento Nova América.

Estou falando isso perto deste, para o qual os senhores pediram 42 milhões. Muito pouco.

E lá, quantos apartamentos têm? Nova América.

R – São dois empreendimentos: Maфра 1 e Maфра 2.

P – Tem muitas torres lá. Vai adensar muito. Cada família tem 2 carros, em média, até 3. E os senhores não pedem nada: câmaras, semáforos.

R – A característica de empreendimento residencial, dentro do contexto maior de polo gerador, é o que traz menos geração de viagem.

P – Mas no horário de pico traz.

R – Mas de todos os tipos de uso é o que possui menor indicador.

P – r para a zona Sul na hora de pico está fácil.

R – Não está. Eu moro lá.

P – No Jôquei Club já pára o trânsito. Se eu melhorar lá, fluirá mais, e desafoga aqui.

Com a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Daniel, nesse caso, especificamente, no qual o senhor se debruçou e o acompanhou desde o começo...

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Não, na realidade, faço um gerenciamento de gestão.

P – Mas, nesse caso, Nova América, para o senhor lembrar bem, quem lhe ajudou?

R – O senhor não estava presente, eu expus ao Vereador Aurélio Miguel os procedimentos de análise de polo gerador.

Dentro da competência do departamento, junto com a Sra. Silvia Sofia, fazemos uma análise técnica do projeto arquitetônico, das adequações legais necessárias e uma gestão junto às outras áreas da companhia: uma delas tem a responsabilidade de estabelecer essas medidas mitigantes a partir de um relatório que submetemos a eles enquanto informações.

Atualmente, dentro da estrutura funcional da CET, todas essas medidas são definidas pela Diretoria de Operações. E nós, na realidade, fazemos uma gestão de integração ao processo e somos os gestores no sentido de elaborar a minuta final da certidão.

Fazemos, então, uma gestão de integração ao processo e elaboramos a minuta final da certidão, encaminhando-a para a apreciação do Sr. Secretário. Este é o fluxo que existe.

As medidas mitigadoras têm sua competência, hoje, dentro da estrutura da CET, afetas à Diretoria de Operações.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – E as Jardineiras melhoram o trânsito local, não é?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – A Jardineira, assim como a guia rebaixada, dentro de um princípio de sinalização, procuramos colocar todos os equipamentos que possam, de alguma forma, colaborem na relação fluidez-segurança.

Jardineira ajuda, sim, a evitar passagens irregulares de vias, além de concentrar as pessoas, onde tem pedestres e guias rebaixadas.

O SR. ADILSON AMADEU – E nesse caso ajudou em quê? Vocês fizeram em outra parte, mas estamos falando da zona Sul, e o benefício foi onde?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – No eixo da marginal.

P – No eixo da marginal.

R – Onde tinha monitoramento.

P – Daí abriram umas vias lá, umas ruas, nesse empreendimento. O senhor conhece bem esse empreendimento? O Nova América? O senhor mora na zona Sul?

R – Não. Não, senhor, não conheço.

P – O senhor mora na zona Sul?

R – Moro na...

P - atrás do Transamérica. um absurdo o que foi feito lá. Foi assim: Vamos fazer desse jeito, vocês fiquem calados, vai ser assim e acabou. m absurdo.

O senhor mora na zona Sul, se não for viajar, amanhã dê uma volta lá. atrás do

Transamérica. O senhor vai dizer: Que absurdo . O senhor vai se sentir mal.

Pedi para fotografar. Pedi o helicóptero do Sr. Prefeito emprestado, mas ele não emprestou, pois eu iria fotografar. Mas eu fui, com o Dr. Roth, e tirei as fotos. verdade.

Queria realmente fazer umas fotos aéreas. o maior absurdo.

Tenho informações e um dos números 1 da CET é o senhor, sabia disso?

R – Não, não sabia.

P - o que mais conhece de todo esse trabalho é o senhor.

R – Não, não.

P – Pelas informações de colegas seus. Mas esse condomínio é uma das maiores aberrações.

Eu fico preocupado, pois falamos de tudo sobre o trânsito e o transporte, mas há coisas pequenas que o senhor mesmo sabe. Ficamos parados no trânsito e, muitas vezes, o que é? São semáforos quebrados.

O pior sistema semaforico do mundo é o nosso. Não tem pior. o nosso o pior.

Esse caso, Sr. Daniel, bem atrás do Transamérica, faça uma visita para análise, daí o senhor me diz.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Depois vamos convidá-lo novamente.

Gostaria de lhe pedir que nos enviasse todos os polos geradores de tráfego ingressos desde 2010 até os dias de hoje.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Os processos que estão em análise ou os fechados?

P – Todos os processos que entraram na Secretaria de Transportes.

R - Num primeiro momento, o senhor quer a referência deles?

P - Os de 2010, os que tiverem a certidão-diretrizes, por favor.

R - As certidões, com certeza.

P – E todas as...

R – Os que estão em análise a referência deles.

P – sso

R – Desculpe, isso vai ser oficializado para que possa lembrar, ou devo anotar?

P – Pode oficializar.

R – Ajuda? para que até não tenha falhas nas nossas anotações.

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor pode colaborar. O senhor vai colaborando conosco.

Cadê o Sr. Ricardo? o Sr. Ricardo, que esteve aqui. O senhor colabora conosco.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – E o procurador, todos os pareceres também, por favor. importante.

O SR. ADILSON AMADEU – O Sr. Secretário nem vai ficar chateado. Quem fica chateado é o Sr. Prefeito. Secretário não fica. Falta pouco tempo para irem embora, não ficam chateados. Apesar de que já estão se preparando para estarem com o Serra. Se der Serra, continua igual.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Gostaria de agradecer as presenças.

Tem mais perguntas, nobre Vereador? Por favor, se tiver, fique à vontade. Aproveite a vinda do servidor municipal para tirar as dúvidas.

O SR. ADILSON AMADEU – que o Sr. Daniel não tem a posição desse novo empreendimento, o Nova América. Então farei uma pergunta, depois, por e-mail, o senhor pode me responder, dentro do seu departamento, por favor.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Nós transcrevemos a posição do Nova América na citação.

Tão logo a reunião se concluiu, constituímos esse documento e encaminhamos aos senhores através da SMT, essa é uma cópia que tenho, esclarecendo todos os passos solicitados e os quais foram possíveis anotar. Até pedi a oficialização, pois se houver alguma falha, é possível conferir.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Mas a pergunta é a seguinte: quando foi feito o pedido de certidão de diretrizes, foi como um todo, ou foi por partes?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – O senhor está falando em relação...

P – Ao Nova América.

R – São dois empreendimentos, com duas certidões, dois processos distintos. Está escrito aí.

P – Sim. E a pergunta, são dois lotes, a legislação permite?

R – São dois lotes, matrículas diferentes.

O SR. ADILSON AMADEU – um empreendimento só?

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Não, são dois, distintos.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – São dois, distintos. Mas, daí, verifica-se, desculpe-me.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Pois não. O senhor fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Nós verificamos depois que deveríamos corrigir isso.

O senhor concorda que o empreendimento é praticamente o mesmo. Então utilizaram-se da mesma legislação. Eles estão certos. O empreendedor está certo, ele não está errado.

O SR. DANIEL CASSETARI DA SILVA – Não posso emitir opinião a esse respeito, porque é legal.

P – Mas eu posso. Está dentro da legalidade, mas a Secretaria de Transportes, através da CET – que analisa esses processos - começa a verificar que tem uma demanda muito grande e estão, de certa forma, burlando a legislação do polo gerador de tráfego - desmembrando as áreas – deverá perceber que o impacto em relação à região é o mesmo.

Os senhores não comunicam ao Secretário: Sr. Secretário, precisamos tomar alguma medida aqui, pois estão usando desse expediente .

R – Nobre Vereador, na minha concepção, isso acontece independente de ser um empreendimento único ou não. factível a qualquer empreendedor, detentor de matrícula que permita ao empreendimento, dentro da estrutura dele, começar um polo gerador, daí posso ter uma cena sequencial, ao longo de quadras de testada, com empreendimentos diferenciados, em trâmites diferentes, sem, necessariamente, serem do mesmo empreendedor.

Ele está correto em relação à lei.

E é a Sehab que estabelece se ele tem de analisar enquanto polo gerador ou não.

P – Está bem, então, pego uma área de 40 mil metros quadrados e fraciono toda ela em lotes de mil metros. Não sou mais polo gerador de tráfego, certo?

R - Só que a pertinência dessa legalidade ou não, não está afeto no trâmite nosso de análise.

P – Olha, não sou técnico de CET. Não tenho entendimento em relação ao conhecimentos dos senhores, seja da viabilidade, seja das ruas, e tudo o mais.

Mas nós identificamos que já estão usando desse expediente para não entrar nessa contrapartida.

A Prefeitura tem de criar mecanismos para atender os interesses da Cidade, não é isso?

R – Sem dúvida.

P – Se verificamos que haverá um grande empreendimento, puxa vida, é grande, e não fazemos nada para melhorar o impacto do trânsito local, então para que serve a Secretaria de Transportes, a CET, a Câmara Municipal de São Paulo? para isso: debater os problemas da Cidade e solucioná-los, trazendo propostas melhores.

O Procurador tem o posicionamento da legislação, claro: passível de se fazer dessa forma; a legislação permite . Mas temos de alterar e melhorar.

Pedi também do empreendimento do lado do Hospital Albert Einstein. Está aqui? Estádio do Morumbi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Eu pedi. Lá também é um empreendimento só e é polo gerador de tráfego.

Pedi ainda do Paulistânia, na rua Ben Gurion, no Butantã. O empreendimento é lindeiro à via o tempo todo. Gostaria de saber se os senhores pediram para alargar a via. sso é algo inteligente e coerente. O próprio empreendedor vai querer fazer, mas se o senhor não pedir, o empreendimento não fará.

Ben Gurion, no Butantã, perto do cemitério. uma construção grandiosa ali. Teve alguns embargos um tempo atrás por conta de movimentação de terra. Mas o empreendimento continua, com várias torres. Pedi também e os senhores não mandaram.

R – Realmente não tenho. O Ricardo tem.

P – O senhor encaminha todos esses que solicitamos, de TRAD e tudo, e nós vamos verificando.

R – Está bem, nós até antecipamos uma oficialização nesse documento. O senhor pode ver, a partir da reunião e das anotações que o Ricardo fez.

P – Os senhores mandaram, mas também têm de tomar medidas. Os senhores pedem a certidão e fica por isso mesmo? Pergunto para o senhor: fica por isso?

Os senhores emitiram uma certidão diretriz e está nos dizendo que não foi atendido. O empreendimento está funcionando e não acontece nada?

R – como disse ao senhor. A questão de estar funcionando ou não, a competência dessa legalidade é afeta à Subprefeitura, não a nós.

P – Está bem, mas eu perguntei ao senhor. Aos senhores, ao departamento. Os senhores nos enviaram um documento dando conta de que não foram atendidos. E está todo mundo calado na Prefeitura? Na Secretaria Municipal de Transportes? Na Subprefeitura? Está todo mundo calado lá?

R – O entendimento que tenho, enquanto orientação maior, Sr. Vereador, é o seguinte: a emissão de uma certidão de diretriz dá a prerrogativa ao empreendedor, primeiro, de obter o alvará de execução da obra e, no momento em que ele julgar adequado, abrir um processo de cumprimento.

P – Para pedir o TRAD.

R – Ele abre no momento que ele quer. O quê?

P – O TRAD.

R – O TRAD.

P – Termo de Recebimento de Aceitação Definitiva.

R – Essa gestão é dele. Enquanto ele não entra com esse processo, uma vez que sou consultado, a informação para mim disponível é que não existe o processo ainda.

P – Não foi atendido, é o que está dito aqui.

R – Não abriu o processo.

P – Não, o senhor disse que não foi atendido.

R – Talvez um...

P – Talvez, não. Está aqui.

R – Erro de digitação.

P – Não foi atendido. E vamos verificar diversos que não foram atendidos.

R – Mas não...

P – Sei de diversos na Cidade que não foram atendidos. Sei até de alguns que, por conta da Prefeitura dificultar as licenças, construíram sem licença alguma para poderem atender, tomaram multa, mas atenderam pelo menos.

Quer dizer, olha a Cidade em que estamos. Quer dizer, um contra-senso total.

De qualquer forma, agradeço sua presença. Desculpe-me alguma coisa.

R – De forma nenhuma, estamos à disposição.

P – Vamos pedir novamente para alguns técnicos virem até aqui. Talvez o senhor mesmo.

R – Pois não.

P – Gostaríamos que enviasse todos os documentos solicitados.

R – Só reitero a oficialização para que eu não comete qualquer deslize em não encaminhar algum documento.

P – Muito agradecido.

R – Não por isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE Aurélio Miguel – Há requerimento sobre a mesa, os Srs. Vereadores que estiverem de acordo que sejam dados como lidos permaneçam como estão. Pausa . Aprovado. Os requerimentos estão considerados lidos.

Os Srs. Vereadores que estão de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. Pausa . Estão aprovados os requerimentos.

Podem elaborar e enviar para ele.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrados os trabalhos desta Subcomissão.

Seção — Juizado —, nesta data do ano de 1964
 o conteúdo de informação rubricado — Sch. 106/13
 nº 106 6107 Em 02/10/13
 André Marcon
 RF. 11.264 - T. 2
 A. Martins

ÍNDICE DE ANEXOS - SUBCOMISSÃO CONTRAPARTIDAS

Folha nº 106 do proc.
nº 037-003 de 2012
nº 1725

PROCESSO PRINCIPAL

VOLUME 1

Requerimento de criação RSC 3/2012
requerimento da comissão

ANEXO 01 (DOCS. RECEBIDOS DA PREFEITURA)

VOLUME 1

DOCREC 309/2012 - Of. SGP12 168/2012

VOLUME 2

Continuação do DOCREC 309/2012 - Of. SGP12 168/2012
DOCREC 308/2012 - Of. SGP12 165/2012

VOLUME 3

Continuação do DOCREC 308/2012 - Of. SGP12 165/2012
Resposta ao Of. SGP12 225/2012 - CET/SMT
Resposta ao Of. SGP12 210/2012 - CET/SMT
Resposta aos Of. SGP12 239/2012 e 241/2012 SMT
Resposta aos Of. SGP12 240/2012 APROV

VOLUME 4

Resposta ao Of. SGP12 166/2012 - SMT
Resposta ao Of. SGP12 244/2012 - APROV

VOLUME 5

Continuação da resposta ao Of. SGP12 244/2012 - APROV
Resposta ao Of. SGP12 242/2012 - SMT/SEHAB
Resposta ao Of. SGP12 243/2012 - CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Documentação recebida na Diligência realizada em APROV (30/06/2012)

ANEXO 02 (Docs recebidos de Empreendimentos)

VOLUME 1

Resposta ao Of. Sub 19 - Shopping Center Lapa
Resposta ao Of. Sub 04 - Shopping Center Norte
Resposta ao Of. Sub 05 - Shopping Lar Center
Resposta - Morumbi Shopping
Resposta - Shopping Vila Olímpia
Resposta - Shopping Anália Franco
Resposta ao Of. Sub 13 - Shopping Ibirapuera
Resposta ao Of. Sub 30 - Soc. Vendome Empreendimentos e Participações
Resposta ao Of. Sub 46 - Soc. Benef. Israelita Brasileira Albert Einstein

VOLUME 2

Resposta ao Of. Sub 31 - TS4-FLT Desenv. Imobiliário Ltda. + 16 Plantas
Resposta ao Of. Sub 42 - CCP Marfim Empreend. Imob S.A. + 09 Plantas
Resposta ao Of. Sub 36 - T4F ENTRETENIMENTO S.A. + 21 Plantas

107
37-003-2011
R.F. 2/14

ANEXO 03 (Docs recebidos do MP)

VOLUME 1

Resposta ao Of. SGP12 226/2012 - Documentos MP JK Iguatemi
Documentos MP Villa Allegra e Club Life Morumbi

ANEXO 04 (Docs Recebidos pela WTORRE em Reunião)

VOLUME 1

Documento entregue em reunião - WTORRE JK Iguatemi

VOLUME 2

Continuação do Documento entregue em reunião - WTORRE JK Iguatemi

VOLUME 3

Continuação do Documento entregue em reunião - WTORRE JK Iguatemi

ANEXO 05 (Certidões de Diretrizes)

VOLUME 1

Certidões de Diretrizes - 2008

VOLUME 2

continuação Certidões de Diretrizes - 2008

VOLUME 3

continuação Certidões de Diretrizes - 2008

Certidões de Diretrizes - 2009

VOLUME 4

continuação Certidões de Diretrizes - 2009

VOLUME 5

continuação Certidões de Diretrizes - 2009

VOLUME 6

Certidões de Diretrizes - 2010

VOLUME 7

continuação Certidões de Diretrizes - 2010

VOLUME 8

continuação Certidões de Diretrizes - 2010

VOLUME 9

Certidões de Diretrizes - 2011

VOLUME 10

continuação Certidões de Diretrizes - 2011

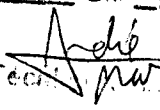
VOLUME 11

continuação Certidões de Diretrizes - 2011

VOLUME 12

Certidões de Diretrizes - 2012

Segue 1 (unidade), nesta e em documentação
o papel de informação rubricado 1 sob o(s)
nº 108 Em 14/01/13

André Marcon 
RF. 11.264 • Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº **108**

Do processo n.º 37 – 003 de 2012 Em 14/01/2013

(a) Andre Marcon – RF 11. 264
Técnico Administrativo – SGP.12

Considerado o término da Legislatura,
AO ARQUIVO.

Em 14/01/2013

Andre Marcon
RF 11.264
Técnico Administrativo – SGP.12

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº.....e folha de informação
sob nº...109..... 12/03/2013
.....*J. Batista*.....

José Sousa Batista - RF 11.000
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 109
do processo 37-3 de 2012 12/03/2013

J. Batista
José de Souza Batista
RF 11092

Obs.: 1) A mídia em CD, correspondente à folha 852 do anexo 1, encontra-se arquivado em separado, no arquivo de mídias de SGP-33. 2) Faz parte do anexo 2 três conjuntos de plantas de imóveis, certificados às fls. 232, 239 e 262 do Anexo 2 e arquivados em caixa box única.

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 109 fls.
Arquivado em 12/03/2013
O Funcionário

J. Batista
José de Souza Batista
RF 11092